

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO – PPGSeD**

CAIO RODRIGO FIER

**“HOJE EU SOU UMA DEPUTADA ESTADUAL E TAMBÉM NÃO SOU
POR ACASO, DEUS FALOU COMIGO”: ANÁLISE DOS MANDATOS
DA CANTORA MARA LIMA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
PARANÁ**

**CAMPO MOURÃO - PR
2025**

CAIO RODRIGO FIER

**“HOJE EU SOU UMA DEPUTADA ESTADUAL E TAMBÉM NÃO SOU
POR ACASO, DEUS FALOU COMIGO”: ANÁLISE DOS MANDATOS
DA CANTORA MARA LIMA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Linha de Pesquisa: Formação Humana, Processos Socioculturais e Instituições.

Orientador: Prof. Dr. Frank Antonio Mezzomo.

**CAMPO MOURÃO - PR
2025**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e
Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP
e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FIER, Caio Rodrigo

"Hoje eu sou uma deputada estadual e também não
sou por acaso, Deus falou comigo": análise dos
mandatos da cantora Mara Lima na Assembleia
Legislativa do Paraná / Caio Rodrigo FIER. -- Campo
Mourão-PR, 2025.

100 f. : il.

Orientador: Frank Antonio Mezzomo.

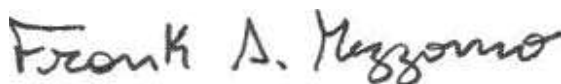
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação
Mestrado Acadêmico Interdisciplinar: "Sociedade e
Desenvolvimento") -- Universidade Estadual do
Paraná, 2025.

1. Religião e política. 2. Assembleia de Deus. 3.
Assembleia Legislativa do Paraná. I - Mezzomo,
Frank Antonio (orient). II - Título.

CAIO RODRIGO FIER

“HOJE EU SOU UMA DEPUTADA ESTADUAL E TAMBÉM NÃO SOU POR ACASO, DEUS FALOU COMIGO”: ANÁLISE DOS MANDATOS DA CANTORA MARA LIMA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Frank Antonio Mezzomo (Orientador) - Presidente



Prof. Dr. Samuel Klauck - Unioeste, Foz do Iguaçu



Prof.^a Dr.^a Adriana Beloti - Unespar, Campo Mourão

Data de Aprovação

20/03/2025

Campo Mourão - PR

FIER, Caio Rodrigo. **“Hoje eu sou uma deputada estadual e também não sou por acaso, Deus falou comigo”**: análise dos mandatos da Cantora Mara Lima na Assembleia Legislativa do Paraná. 100f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná, *Campus* de Campo Mourão, Campo Mourão, 2025.

RESUMO

A pesquisa problematiza as relações entre as esferas da política e da religião a partir dos mandatos da Cantora Mara Lima na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP). A hipótese é de que a deputada, vinculada à Assembleia de Deus (AD), construiu seus dois mandatos (2015-2018; 2019-2022) articulando sua cosmovisão religiosa às dinâmicas da realidade política estadual e nacional. Adotamos uma perspectiva interdisciplinar, na qual noções das disciplinas de História, Sociologia e Antropologia são acionadas para fundamentar a investigação. As fontes utilizadas referem-se às proposições legislativas (projetos de lei, projetos de resolução e requerimentos) produzidas pela deputada durante o período legislativo, informações disponíveis no *site* oficial da ALEP e materiais de campanha publicados em sua página oficial do *Facebook*. Construímos categorias temáticas, a fim de analisar o *corpus* documental e o perfil e a ênfase dada pela Cantora Mara Lima, percorrendo sua trajetória política e suas interlocuções junto ao campo religioso, espaço a partir do qual mantém conexão durante as campanhas e mandatos políticos. Identificamos que a deputada procura fortalecer os laços com seu eleitorado e os operadores evangélicos, com quem alimenta e promove trocas simbólicas, evidenciando e ratificando um movimento que vem ocorrendo em todo país, onde as fronteiras entre os campos da religião e da política estão cada mais fluídos e permeados.

Palavras-chave: Religião e política, Assembleia de Deus, Assembleia Legislativa do Paraná.

FIER, Caio Rodrigo. **“Hoy soy una diputada estatal y tampoco lo soy por casualidad, Dios habló conmigo”**: análisis de los mandatos de la Cantante Mara Lima en la Asamblea Legislativa de Paraná. 100p. Disertación (Maestría) – Programa de Posgrado Interdisciplinario Sociedad y Desarrollo, Universidad Estatal de Paraná, *Campus* de Campo Mourão, Campo Mourão, 2025.

RESUMEN

La investigación problematiza las relaciones entre las esferas de la política y la religión a partir de los mandatos de la Cantante Mara Lima en la Asamblea Legislativa de Paraná (ALEP). La hipótesis es que la diputada, vinculada a la Asamblea de Dios (AD), construyó sus dos mandatos (2015-2018; 2019-2022) articulando su cosmovisión religiosa con las dinámicas de la realidad política estatal y nacional. Adoptamos una perspectiva interdisciplinaria, en la que se utilizan nociones de las disciplinas de Historia, Sociología y Antropología para fundamentar la investigación. Las fuentes utilizadas se refieren a las proposiciones legislativas (proyectos de ley, proyectos de resolución y solicitudes) presentadas por la diputada durante el periodo legislativo, así como a información disponible en el sitio oficial de la ALEP y materiales de campaña publicados en su página oficial de Facebook. Construimos categorías temáticas con el fin de analizar el corpus documental y el perfil y énfasis dado por la Cantante Mara Lima, recorriendo su trayectoria política y sus interlocuciones con el campo religioso, espacio con el que mantiene conexión durante las campañas y mandatos políticos. Identificamos que la diputada busca fortalecer los lazos con su electorado y con los operadores evangélicos, con quienes alimenta y promueve intercambios simbólicos, evidenciando y ratificando un movimiento que viene ocurriendo en todo el país, donde las fronteras entre los campos de la religión y la política son cada vez más fluidas y entrelazadas.

Palabras clave: Religión y política, Asamblea de Dios, Asamblea Legislativa de Paraná.

FIER, Caio Rodrigo. “‘Today I am a State Deputy and it is not by chance either, God spoke to me’: an analysis of Singer Mara Lima’s terms of office in the Legislative Assembly of Paraná.” 100p. Dissertation (Master’s Degree) – Interdisciplinary Postgraduate Programme in Society and Development, State University of Paraná, Campo Mourão *Campus*, Campo Mourão, 2025.

ABSTRACT

This research problematizes the relationship between the spheres of politics and religion through the analysis of Singer Mara Lima’s terms of office in the Legislative Assembly of Paraná (ALEP). The hypothesis is that the deputy, affiliated with the Assembly of God, constructed her two terms (2015-2018; 2019-2022) by articulating her religious worldview with the dynamics of both state and national political realities. An interdisciplinary perspective was adopted, drawing on notions from the disciplines of History, Sociology, and Anthropology to support the investigation. The sources used include legislative proposals (bills, resolutions, and requests) submitted by the deputy during her legislative period, information available on the official ALEP website, and campaign materials published on her official *Facebook* page. Thematic categories were constructed in order to analyse the documentary *corpus* as well as the profile and emphasis adopted by Singer Mara Lima, tracing her political trajectory and her interactions with the religious field, from which she maintains a connection during her campaigns and political terms. We identified that the deputy seeks to strengthen ties with her electorate and with evangelical operators, with whom she fosters and promotes symbolic exchanges, highlighting and reaffirming a movement that has been occurring throughout the country, where the boundaries between the fields of religion and politics are increasingly fluid and interwoven.

Keywords: Religion and politics, Assembly of God, Legislative Assembly of Paraná.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1 - Partidos políticos nas eleições de 2014 e 2018.....	23
Quadro 2 - Comissões Parlamentares de Inquérito.....	50
Quadro 3 - Frentes Parlamentares.....	52
Quadro 4 - Tipos e quantidades das proposições apresentadas pela Cantora Mara Lima, no mandato 2015-2018.....	67
Quadro 5 - Proposições da Cantora Mara Lima por categoria temática, no mandato 2015-2018	69
Quadro 6 - Tipos e quantidades das proposições apresentadas pela Cantora Mara Lima, no mandato 2019-2022.....	74
Quadro 7 - Proposições da Cantora Mara Lima em relação a categoria temática, no mandato 2019-2022.....	76
Figura 1 - Material da Campanha de 2014.....	35
Figura 2 - Material de Campanha de 2018.....	37
Figura 3 - Material de Campanha de 2022.....	39
Figura 4 - Material de Campanha de 2014.....	47
Figura 5 - Culto na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP).....	59
Figura 6 - Lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família.....	60
Figura 7 - Panfleto digital da campanha eleitoral de 2018.....	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produção de cada tipo de proposição, no mandato 2015-2018.....	68
Gráfico 2 - Proposições temáticas de 2015.....	71
Gráfico 3 - Proposições temáticas de 2016.....	71
Gráfico 4 - Proposições temáticas de 2017.....	71
Gráfico 5 - Proposições temáticas de 2018.....	71
Gráfico 6 - Proposições temáticas no mandato 2015-2018.....	72
Gráfico 7 - Produção de cada tipo de proposição, do mandato 2019-2022.....	75
Gráfico 8 - Proposições temáticas de 2019.....	77
Gráfico 9 - Proposições temáticas de 2020.....	77
Gráfico 10 - Proposições temáticas de 2021.....	77
Gráfico 11 - Proposições temáticas de 2022.....	77
Gráfico 12 - Proposições temáticas no mandato 2019-2022.....	78
Gráfico 13 - Síntese da 18ª e 19ª Legislatura.....	79
Gráfico 14 - Síntese temática da 18ª e 19ª Legislatura.....	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD - Assembleia de Deus

ADSA - Assembleia de Deus em Santo Amaro

ALEP - Assembleia Legislativa do Paraná

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CCAP - Comissão de Cidadania e Assuntos Políticos

CIEADEP - Convenção das Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus do Estado do Paraná

CIPIS - Câmara Internacional de Pesquisas e Integração Social

CMC - Câmara Municipal de Curitiba

CONEMAD-PR - Convenção Estadual das Assembleias de Deus Ministério de Madureira no Estado do Paraná

Covid-19 - Doença do Coronavírus 2019

CPI - Comissões Parlamentares de Inquérito

DEM - Democratas

ESPIN - Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional

GPCP - Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LGBTQIA⁺ - Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexo, assexuais

LP - Disco de vinil / *Long play*

MEC - Ministério da Educação

ONDH - Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PECIM - Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares

PMDB/MDB - Movimento Democrático Brasileiro

PMN - Partido da Mobilização Nacional

PP - Partido Progressista

PPL - Partido Pátria Livre

PPS - Partido Popular Socialista

PR - Partido da República
PRB - Partido Republicano Brasileiro
PROS - Partido Republicano da Ordem Social
PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSC - Partido Social Cristão
PSD - Partido Social Democrático
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PSL - Partido Social Liberal
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PV - Partido Verde
STF - Supremo Tribunal Federal
TRE - Tribunal Regional Eleitoral
TSE - Tribunal Superior Eleitoral
Unespar - Universidade Estadual do Paraná

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa à minha mãe, Marcia Cecilia Brito Fier, e ao meu pai, Antonio Carlos Fier, por sempre me apoiarem.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me capacitado para esta oportunidade.

À minha família, expresso minha profunda gratidão pelo apoio incondicional ao longo de minha trajetória.

Sou grato ao Prof. Frank Antonio Mezzomo, cuja orientação e contribuição foram fundamentais para minha formação acadêmica e profissional.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, direciono meus sinceros agradecimentos pelo constante apoio e pelas sugestões enriquecedoras ao longo destes anos.

Quero agradecer aos colegas da turma de 2023 do PPGSeD, pelo apoio e companhia ao longo desse processo.

Destaco, ainda, os professores Adriana Beloti e Samuel Klauck, membros da banca de qualificação, pelas valiosas sugestões de aprimoramento do texto.

A todo o corpo docente do PPGSeD, manifesto meu muito obrigado pelas disciplinas ministradas, por terem me auxiliado, de forma significativa, no desenvolvimento desta dissertação. Sou, igualmente, grato à Unespar, instituição à qual me vinculo, cuja estrutura e oportunidades oferecidas foram preponderantes.

Um agradecimento especial à minha tia, Dirce Jordeli Francisco Fier, professora de Matemática, cujo auxílio foi indispensável para esclarecer questões técnicas relacionadas aos cálculos percentuais relacionadas às proposições da Cantora Mara Lima.

Também sou grato à empresa de transportes Margotty Tur, por me levar tantas vezes a Campo Mourão, para a realização deste mestrado.

Muito obrigado a todos que, direta ou indiretamente, me apoiaram e acreditaram em mim!

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 O CENÁRIO POLÍTICO E A PRESENÇA DA CANTORA MARA LIMA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ (ALEP).....	19
2.1 Apontamentos sobre a Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP)	19
2.2 Contexto político nacional e estadual entre 2015 e 2022	24
3 “AGORA EU ENTENDO TODO O DESERTO QUE ATRAVESSEI”: O MANDATO E AS VINCULAÇÕES RELIGIOSAS.....	28
3.1 Trajetória da Cantora Mara Lima.....	28
3.2 A Assembleia de Deus e o carisma da Cantora Mara Lima	40
3.3 A atuação da Cantora Mara Lima nas frentes parlamentares e comissões da ALEP....	49
4 “QUE JESUS CRISTO É O SENHOR DE TODAS AS NAÇÕES”: PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS DA CANTORA MARA LIMA.....	63
4.1 Organização das proposições produzidas nos mandatos 2015-2018 e 2019-2022.....	64
4.2 Perfil do mandato legislativo de 2015-2018.....	67
4.3 Perfil do mandato legislativo de 2019-2022.....	74
4.4 Características, especificidades e continuidades nos dois mandatos da Cantora Mara Lima.....	79
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
FONTES.....	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	95

1 INTRODUÇÃO

Hoje eu sou uma deputada estadual e também não sou por acaso, Deus falou comigo, que grandes coisas ele iria realizar nesse estado através da minha vida e que eu teria um tempo novo.

Mara Lima. Mara Lima Oficial, maio 2019

Toda pessoa que se apresenta como um “herói ou heroína” – ou que é considerada como tal por algum grupo de pessoas – precisa receber o chamado para a aventura, que, por sua vez, pode levá-la a novos lugares e a experiências, até então desconhecidos (Campbell, 2009). Levando em consideração esse sentido, a Cantora Mara Lima, na condição de candidata a deputada da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), se apresenta publicamente como portadora de um chamado conferido por Deus. Por se apresentar como evangélica assembleiana devota, se diz no dever em atender à missão dada por Deus, cuja atribuição consiste em realizar grandes proezas pelo Paraná, não por uma motivação exclusiva do mundo da política, mas também como um propósito de vida: afinal, na perspectiva da cosmovisão cristã, não há glória maior do que servir a Deus.

Essa percepção de missão não está restrita às falas da Cantora Mara Lima, pois parece ser um significado compartilhado por seus apoiadores e leitores. Nos mandatos políticos e nas campanhas eleitorais de que participou, cuja problematização é realizada ao longo desta pesquisa, podemos identificar que o acionamento do universo religioso faz parte do seu *modus operandi*, estreitando as fronteiras que apartam o mundo da política daquele da religião, em um estilo de laicização pública bem à brasileira (Mariano, 2011). Daí a pertinência de se discutir tal temática, já que estamos a tratar de questões que têm reverberações na sociedade.

Isto posto, a dissertação tem como objetivo investigar o exercício dos mandatos da Cantora Mara Lima na ALEP, analisando como a deputada evangélica atuou durante suas duas legislaturas (2015-2018 e 2019-2022), levando em consideração sua vinculação com a Assembleia de Deus (AD) e os acionamentos religiosos que delineiam sua trajetória política. Com a intenção de atingir esse propósito, utilizamos as proposições apresentadas na ALEP, tendo como hipótese de que sua produção legislativa permite identificar elementos de sua trajetória pessoal e de seu perfil político, construídos em sintonia com o universo simbólico-religioso, particularmente articulados com a dinâmica evangélica da AD. Em verdade, sua aproximação com a religião faz com que a parlamentar possa ser enquadrada na categoria de religiosos políticos, já que a identidade evangélica passa a ser relevante na política (Junior; Oro,

2017). Em outras palavras, a recorrência ao sagrado parece integrar os sentidos mobilizados pela deputada. Sendo assim, sua própria forma de legislar adota um formato religioso, na medida em que busca atender às pautas que são do interesse do mundo evangélico e trazer tal cultura para o espaço público da ALEP.

Ao empregar uma abordagem que reconhece a interseção entre religião e política, esta pesquisa explora como a identidade protestante da deputada e cantora Marilei de Souza Lima, tomada deste texto como Cantora Mara Lima, nome de urna, influenciou na sua atuação parlamentar, considerando que ela é a representante da AD no epicentro do poder legislativo paranaense: a ALEP. Nesse sentido, a presença marcante da esfera religiosa parece contribuir, significativamente, para a composição e legitimação do capital simbólico de Mara Lima, moldando não apenas sua imagem pública, mas, igualmente, as suas iniciativas legislativas. Em vista disso, buscamos compreender como essa aproximação com a religião pode se traduzir em uma forma de legislar que reflete os interesses e valores do universo evangélico, e como pode influenciar a própria dinâmica política da ALEP.

Como motivação pessoal, o interesse pelo tema da relação entre política e religião surgiu da participação em rodas de estudo de textos promovidas pelo Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, durante os anos de 2018 e 2019, as quais oportunizavam muitas leituras e conversas sobre artigos e livros que tratavam da influência de grupos religiosos no espaço público. Essa imersão proporcionou-me, além de uma compreensão mais aprofundada das complexas interpenetrações desses campos, a intenção de investigar, mais a fundo, esse fenômeno.

Outro ponto motivacional veio de uma disciplina cursada no ano de 2022, intitulada “Autobiografias, narrativas e conhecimento interdisciplinar”, a qual foi ofertada pelo orientador no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), na Universidade Estadual do Paraná, *Campus* de Campo Mourão. A partir dela, interessei-me pela importância de me debruçar sobre a trajetória de indivíduos, como uma forma de entender as configurações circunstanciais em que se encontram.

Nesta conjuntura, a combinação do entusiasmo pelo tema religião e política, a partir da trajetória biográfica, gerou o estímulo para entender de que maneira a atuação de uma religiosa-política, na 18ª e 19ª legislatura (2015-2018 e 2019-2022), pode ajudar a compreender aspectos de como a religião adentra e influencia o espaço público, sobretudo, nesse caso, via participação em mandatos políticos na ALEP. Com essa motivação é que chegamos à nossa personagem, que atende pelo nome artístico – e político-religioso – de Cantora Mara Lima.

No Brasil e em diversas partes do mundo (Natividade; Vaggione; Cunha, 2023), é visível que grupos, organizações e atores religiosos têm buscado conquistar influência política para ter

suas agendas atendidas e conquistar cargos no Estado brasileiro (Mariano, 2022). Portanto, esta pesquisa pode auxiliar no debate público sobre a questão da relação entre política e religião, pois a Cantora Mara Lima é uma representante típica desse processo, no qual as divisas entre o Estado laico e o sagrado ficam mais turvas. Em outras palavras, entender a legislação da deputada pode ajudar os leitores a compreenderem melhor como os religiosos políticos legislam, levando em conta que essa discussão não está presente somente no ambiente acadêmico, mas é debatido, de maneira geral, por parte da sociedade brasileira.

Outra contribuição desta dissertação está em mostrar a importância que a Assembleia de Deus (AD) vem desempenhando na política estadual como, aliás, vem ocorrendo em outros estados da federação. A Cantora Mara Lima é apresentada pela AD como candidata oficial, para quem direciona esforços, materializados nas bênçãos, manifestações de apoio e suporte logístico nas campanhas da candidata.

Outro elemento relevante é que não temos pesquisas que tratam, especificamente, da Cantora Mara Lima, sendo apenas citada, como coadjuvante, em alguns estudos mais gerais sobre a campanha de políticos evangélicos na ALEP. A propósito, estas investigações foram produzidas pelo Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder¹, durante os anos de 2020 até 2024. Assim, ao explorar a produção legislativa da deputada, esta pesquisa pode ampliar o enfoque, impulsionando, até mesmo, o surgimento de outras investigações sobre a legislação de outros políticos evangélicos.

A abordagem adotada é interdisciplinar, pois envolve um processo no qual uma axiomática é comum para um grupo de disciplinas conectadas e que dialogam. Nesse contexto, a relação entre as disciplinas possui um nível hierárquico imediatamente superior, levando a uma noção de finalidade. Embora compartilhem uma finalidade comum, essas disciplinas possuem objetivos múltiplos, coordenados por uma base axiomática (Jantsch, 1972). No caso presente, essas disciplinas são História, Sociologia e Antropologia, enquanto a axiomática representa o propósito e a análise da produção legislativa da Cantora Mara Lima. Nesse sentido, a noção de complexidade, de Edgar Morin (1996), parece apropriada na medida que abarca as interações entre diferentes campos do saber, articulados na leitura do objeto de pesquisa.

Em relação ao *corpus* empírico, analisamos a produção legislativa da deputada, que está disponível no *site* da ALEP. Nesse processo, criamos categorias temáticas para auxiliar na organização e interpretação das informações, de modo a permitir uma compreensão mais detalhada das propostas e iniciativas protagonizadas pela Cantora Mara Lima. Por isso mesmo,

¹ O Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder tem publicado textos nos quais a Cantora Mara Lima, juntamente com outros candidatos ao legislativo e executivo municipal e estadual, é mencionada como articuladora do universo religioso, e seus operadores, na organização das campanhas e mandatos políticos (Rosa, 2019; Christi 2020; Silva, 2020; Anjos; Mezzomo; Fier, 2024).

coletamos todas as proposições (projetos de lei, requerimentos e projetos de resolução) apresentadas na ALEP pela Cantora Mara Lima, abrangendo o período de 2015 até 2022, que corresponde a dois mandatos. Estas são as principais fontes a serem analisadas desta pesquisa. Adicionalmente, o *site* da ALEP foi utilizado para acessar e baixar as proposições produzidas pela deputada. Foi realizada a catalogação desses materiais, seguida pela sua estruturação e tabulação em planilhas do Excel. Além disso, desenvolvemos gráficos estatísticos para análise dos dados obtidos.

Da mesma forma, investigamos os dados referentes às pautas que a deputada assume como tendo maior relevância, as quais podem ser acessadas por meio de matérias produzidas pela Diretoria de Comunicação da ALEP ou em publicações no *Youtube*.

No que concerne à natureza desta pesquisa, fundamentamos a metodologia na abordagem mista, envolvendo a quantitativa e a qualitativa, procurando desenvolver uma análise abrangente e interdisciplinar da empiria cotejada.

Em vista disso, esta investigação se aproxima, no sentido metodológico e temático, de duas outras pesquisas desenvolvidas junto ao Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder (GPCP), que conta com a liderança do orientador Frank Antonio Mezzomo. A primeira delas é a dissertação de Amanda Costa Pinheiro (2017), que teve como objeto de investigação as proposições produzidas por dois vereadores da Câmara Municipal de Campo Mourão, tendo como recorte temporal os anos de 2013 a 2015. Esta pesquisa contribui, em especial, com suas categorias temáticas que foram usadas para trabalhar com textos legislativos, como sendo um influxo criativo voltado à criação de nossas próprias categorias temáticas, para classificar as proposições legislativas da deputada.

Para Daiana Nunes da Rosa (2019), que, em sua dissertação, analisou a produção legislativa de quatro deputados evangélicos da ALEP, no período de 2015 a 2017, sendo um desses deputados a Cantora Mara Lima. Entretanto, não houve foco específico nas proposições da deputada. Como contribuição para a nossa investigação, esta pesquisa trouxe discussões sobre a relação entre política e religião na ALEP, que foram importantes no momento da análise qualitativa das proposições. Outro ponto que ela auxiliou foi na criação de categorias temáticas para examinar medidas legislativas, de maneira semelhante à de Pinheiro (2017), no sentido de apresentar dados sobre as produções legislativas, mas com um enfoque qualitativo. Por meio dessa perspectiva, possibilitou-se a realização das análises dos conteúdos das matérias apresentadas pela deputada, em especial, as que apresentaram temáticas relacionadas à religião, não se limitando apenas ao aspecto estatístico do objeto pesquisado. Portanto, algumas proposições legislativas específicas receberam um foco maior na análise, com a finalidade de compreender, de forma significativa, a maneira de legislar da Cantora Mara Lima.

Considerando isso, as dissertações de Pinheiro (2017) e Rosa (2019) foram as principais referências utilizadas para a realização desta pesquisa, mas não as únicas a abordarem tal temática, uma vez que, em outras pesquisas do GPCP, a Cantora Mara Lima também é citada. Estas foram produzidas por Mezzomo, Anjos e Pátaro (2020), Christi (2020), Silva (2020), Mezzomo, Anjos e Oro (2021), Mezzomo, Silva, Pátaro (2021), entre outras. São investigações abrangentes, que não têm a cantora como foco específico e procuram analisar a candidata juntamente a outros políticos evangélicos durante o período eleitoral de 2018 e 2022.

Vale ressaltar que a pesquisa incorporou uma discussão teórica a fim de definir conceitos e desenvolver esta investigação. Por essa razão, foram utilizadas algumas referências teóricas, com foco particular na concepção de carisma e liderança carismática de Weber (2004) e Bourdieu (2007), igualmente trabalhadas por Campos (2005, 2011). Dessa forma, o *ethos* assembleiano (Fajardo, 2019; Correa, 2020) sugere que o formato de organização da AD leva à falta de concentração de votos em candidatos oficiais durante períodos eleitorais, devido a não haver somente uma AD, mas várias. A ideia de laços fraternais, como postulado por Correa (2020), também contribui para o debate que propomos, pois aborda como os diferentes ministérios da AD se relacionam internamente, o que, por sua vez, ajuda a entender a manutenção do carisma.

A contribuição de Bourdieu (1996) para este texto é sua ideia de trocas simbólicas, pois esse conceito auxilia na explicação de como as trocas de favores entre as igrejas evangélicas e a Cantora Mara Lima (na posição de deputada) operaram durante seus mandatos de 2015-2018 e 2019-2022.

A partir do conceito de projeto e campo de possibilidades (Velho, 2003) é possível identificar a trajetória política da Cantora Mara Lima. Isto é, procurar entender a conduta religiosa e política da candidata, construída a partir do *ethos* assembleiano. O campo de possibilidades representa a conjuntura sociocultural que cerca a deputada e que limita suas escolhas de trajetória a tomar na política: é o espaço no qual ocorre a formulação e a implementação do projeto que, por sua vez, também pode ser considerado como sendo a expressão de um quadro sócio-histórico. Devido a essa razão, o campo de possibilidades é dinâmico, no sentido de que pode apresentar diferentes dimensões no mesmo espaço e período analisados, ainda que passe por eventuais modificações ao longo do tempo. É importante reiterar que a adoção e o diálogo entre essas duas concepções empregadas pelo autor – isto é, conceitos de projeto e campo de possibilidades – podem oportunizar tanto a análise da trajetória individual da deputada, quanto o quadro sócio-histórico em que ela está inserida.

É oportuno salientar que a Cantora Mara Lima pode ser inserida na ideia de religiosos políticos (Carvalho Junior; Oro, 2017), isto é, indivíduos possuidores de um pertencimento

religioso anterior à própria eleição, de maneira que utilizam tal pertencimento como uma forma de capital político e, quando eleitos, continuam a alimentar seu vínculo religioso e de forma ainda mais explícita. Tendo isso em vista, as duas dimensões não existem separadas, e a dimensão política depende, intrinsecamente, da religiosa.

Outro ponto relevante da AD, que convém ressaltar, refere-se a seu funcionamento e algumas características do *ethos* assembleiano (Fajardo, 2019). Esse tópico é vital para ser mencionado desta pesquisa, pois a estrutura da igreja reverbera no estilo da campanha e no exercício dos mandatos da Cantora Mara Lima.

No que se refere à organização, esta dissertação está estruturada em quatro seções. Na primeira delas, apresentamos o escopo de nossa investigação, com o propósito de instruir o leitor sobre objetivo, as motivações e relevância social e acadêmica, assim como compartilhar os procedimentos metodológicos adotados e as fontes identificadas para esta pesquisa. Na segunda seção, apresentamos alguns elementos históricos da ALEP e a conjuntura política nacional e estadual, a fim de identificar o campo de possibilidades que a deputada está inserida (Velho, 2003). Na terceira seção, inserimos a trajetória da Cantora Mara Lima no campo político, abordando seu perfil e a construção do seu carisma, discorrendo o contexto social e a conjuntura política e religiosa. Por fim, na quarta seção, analisamos como a Cantora Mara Lima legislou durante seus mandatos na 18ª e 19ª legislaturas (2015-2018 e 2019-2022), identificando continuidades e rupturas entre seus dois mandatos.

O estudo da trajetória política da Cantora Mara Lima oferece uma oportunidade para entender o processo de ascensão dos evangélicos a cargos políticos na conjuntura nacional: um movimento que ocorre, igualmente, no cenário político brasileiro, também marcado pela expansão política de grupos religiosos (Vieira, 2018; Mariano, 2022; Natividade; Vaggione; Cunha, 2023;). A deputada investigada deste estudo representa os interesses políticos da AD na ALEP, que desenvolve seu projeto em consonância ao campo de possibilidades, caracterizado pela vinculação e mobilização da base eleitoral evangélica. Portanto, as reflexões aqui apresentadas podem contribuir para futuras pesquisas que tenham como objetos de investigação figuras de religiosos políticos (Carvalho Junior; Oro, 2017).

2 O CENÁRIO POLÍTICO E A PRESENÇA DA CANTORA MARA LIMA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ (ALEP)

Nas últimas décadas, observamos um perceptível aumento da influência das igrejas cristãs nas câmaras municipais, assembleias legislativas estaduais e no Congresso Nacional, por meio da eleição de candidatos que se apresentam como defensores dos valores religiosos no espaço público, inaugurado, ainda em finais dos anos 1980, pelo protagonismo evangélico (Vieira, 2018; Mariano, 2022). Levando esse cenário político nacional e estadual em conta, sem esquecer a constituição da própria ALEP, desenvolvemos esta seção articulando dois momentos.

No primeiro, trazemos algumas informações sobre a formação da ALEP, as principais mudanças pelas quais essa instituição passou desde sua formação e constituição político-partidária. Esse processo pode contribuir para a compreensão do campo de possibilidades que cerca a Cantora Mara Lima, no sentido de entender o ambiente em que ela está inserida.

Em seguida, tratamos da conjuntura política que o Brasil e o Paraná passaram, especialmente, entre os anos de 2010 e 2022. Cumprida a proposta de inserir o mandato da Cantora Mara Lima no cenário estadual e nacional, produzimos uma descrição das frentes e comissões parlamentares de inquérito nas quais a deputada participou e de como ela atuou, com foco especial naquelas que apresentavam um teor religioso.

2.1 Apontamentos sobre a Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP)

Com a redemocratização do Brasil, o cenário político passou por muitas mudanças, sendo uma das mais notáveis a ascensão de denominações evangélicas no espaço público (Mariano, 2016). Essa expansão aconteceu em nível nacional e estadual nos poderes legislativos (Vieira, 2018). O estado do Paraná não é exceção nesse processo de propagação da influência evangélica, de modo que políticos abertamente evangélicos e com apoio oficial de suas denominações vêm adentrando a ALEP, via eleições dos últimos anos. Um dos exemplos é a presença da deputada Cantora Mara Lima, que é a representante da AD nessa casa legislativa. Antes de discutir sobre a deputada, apresentamos algumas informações relativas à formação da ALEP.

A Comarca de Curitiba foi emancipada de São Paulo no dia 2 de agosto de 1853, por meio da Lei n. 704, que foi sancionada pelo Imperador Dom Pedro II, tornando-se a Província do Paraná. Essa mesma lei instituiu, no seu artigo 3º, que a Província do Paraná possuiria um senador e um deputado à Assembleia Geral e a Assembleia Provincial seria composta por 20

membros (Camargo, 2004; Priori, 2012). Em decorrência, podemos dizer que a história do legislativo paranaense começa a partir da própria fundação da Província do Paraná.

Durante o período imperial, o governo provincial do Paraná se formou conforme a Constituição de 1824 e o Ato Institucional de 1834, que definiam as eleições como sendo indiretas. Só poderiam votar os cidadãos com renda superior a 100 mil réis e esses, por sua vez, podiam eleger os deputados à Assembleia Provincial, à Câmara dos Deputados e ao Senado. Quanto ao poder executivo provincial, elegiam uma lista tríplice para ser enviada ao Imperador, que, por ser detentor do Poder Moderador, escolhia o Presidente para as províncias. As disputas na esfera política do Paraná eram entre dois partidos, o Liberal e o Conservador, embora os seus programas não se diferenciasssem e a rivalidade se referia ao fato de as oligarquias escolherem pessoalmente os seus bacharéis para representá-las na esfera pública (Magalhães, 2001).

É válido lembrar que o coronelismo ou mandonismo local é um fenômeno que fez parte da conjuntura política do Paraná, durante o período imperial e da velha república. Esse é caracterizado da seguinte forma: os chefes políticos possuíam o controle eleitoral, mediante o voto de cabresto e do poder monetário. O objetivo era alcançar o prestígio e adquirir vantagens pessoais no governo. Como resultado, os cargos públicos eram uma extensão dos interesses privados e as eleições eram manipuladas (Magalhães, 2001).

Com a Proclamação da República, em 1891, houve mudança na ALEP: o tempo de mandato de cada legislatura passou para três anos e estabeleceu-se o número mínimo de 24 legisladores. Em 1930, a ALEP foi destituída com a Revolução de 1930 e, em 14 de outubro de 1934, foram feitas novas eleições para eleger os deputados estaduais que iriam compor as trinta vagas da Assembleia Constituinte do Estado do Paraná. Os três partidos que tiveram sucesso em eleger os seus candidatos no pleito foram o Partido Social Democrático, o Partido Social Nacionalista e a União Republicana. Os trabalhos preparatórios da Assembleia começaram em 3 de janeiro de 1935 (Costa, 1994).

O governo de Vargas dissolveu, novamente, as assembleias dos estados, em 10 de novembro de 1937, com a implantação do Estado Novo, que se caracterizava pelo seu autoritarismo. Somente após a redemocratização do Paraná, em 1946, é que a Assembleia foi reaberta (Costa, 1994; Magalhães, 2001). Outro momento de instabilidade política na ALEP se deu com o Golpe de 1964 e a instalação da ditadura militar, quando os poderes locais perderam parte significativa de sua autodeterminação (Magalhães, 2001; Rosa, 2019).

Para o governo militar conseguir ajustar as práticas dos governos estaduais, foram usados mecanismos eleitorais, como a eleição indireta, o clientelismo, as cassações, a censura e a propaganda oficial. O regime militar criou, nesse contexto, os atos institucionais, que

tornaram as eleições para presidente e governador em indiretas e extinguiram o sistema pluripartidarista, instalando o bipartidarismo.

Cumpre lembrar que, nessa conjuntura, os dois partidos que compunham o Poder Legislativo eram a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), representando, respectivamente, a base governista e a oposição (Magalhães, 2001). Em 1966, o político e ex-governador do Paraná, Ney Braga, organizou o ARENA no estado, consolidando a adesão da maioria dos políticos paranaenses à ditadura militar, apenas instaurada; enquanto o MDB viu sua influência política reduzida. O apoio de Ney Braga ao regime autoritário não causou surpresa, já que, em 1º de abril de 1964, durante seu mandato como governador (1961-1965), ele declarou, publicamente, sua adesão ao golpe. Na época, a ALEP permaneceu em vigília, aguardando o desenrolar dos acontecimentos. Enquanto a bancada petebista paranaense demonstrava solidariedade ao presidente João Goulart, os udenistas criticavam o presidente e exaltavam o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, fomentador do golpe (Batistella, 2014). No governo estadual, Ney Braga, segundo Kunhavalik (2004), ao estilo dos militares, incorporou um perfil tecnocrático à administração pública.

Esse cenário político apresenta novas regras na sua composição, em 1979, pois, naquele ano, foi aprovado pelo Congresso a Lei de Reforma Partidária, que promove o retorno ao pluripartidarismo (Magalhães, 2001; Napolitano, 2014). Na década seguinte, com o processo de redemocratização e a promulgação da Constituição democrática de 1988, as assembleias legislativas do país conseguiram se empoderar, mas ainda mantiveram uma dependência com o poder executivo, pois esse detinha a administração das receitas (Rosa, 2019). A Constituição da República Federativa do Brasil, datada de 1988, define no seu artigo 27 que o número de deputados estaduais de cada estado deve ser o triplo em relação ao da Câmara dos Deputados e, alcançado o número de trinta e seis, acrescenta-se tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze. Ainda no artigo 27, em seu § 3º, define que é de responsabilidade das Assembleias Legislativas estaduais a definição de seu regimento interno. No Paraná, a ALEP passou a contar com 54 vagas desde as eleições de 1986 (Magalhães, 2001). Desde então, a ALEP conta com esse número de cadeiras e a uma delas é que a Cantora Mara Lima concorreu, desde 2006, tendo sido eleita pela primeira vez em 2010, seguindo até a última eleição, em 2022.

A partir disso, conforme o objetivo desta pesquisa, interessa-nos, em particular, o recorte temporal entre os mandatos na 18ª e 19ª legislatura (2015-2018; 2019-2022), período para o qual dedicamos maior atenção, a fim de compreender o cenário político e a presença evangélica na política paranaense, tomando os mandatos da Cantora Mara Lima como referência.

Na eleição para a legislatura de 2014, candidatos evangélicos e católicos instrumentalizaram suas identidades religiosas para conseguir apoio eleitoral, de modo que foi possível perceber que as fronteiras entre religião e política estavam flexibilizadas. Não por acaso, parte dos políticos procurou obter apoio eclesial e usou em seus materiais de campanha símbolos, orações, passagens bíblicas e linguagem religiosa para mobilizarem apoio, embora acionassem esses elementos em graus diferentes. Esse material foi publicado nas redes sociais pelos candidatos, por partidos/coligações e pelas igrejas. Foram identificados 21 candidatos evangélicos na disputa eleitoral daquele ano, sendo cinco destes eleitos (Mezzomo; Pátaro, 2019). Portanto, é perceptível que a *internet* foi um importante espaço na disputa eleitoral para políticos com discursos religiosos, além de outros tipos de manifestações políticas e ideológicas.

O pleito de 2018 pode ser caracterizado pela dicotomia política e ascensão de intensas discussões, especialmente, nas mídias sociais. Houve a utilização da *internet* por parte dos candidatos, contribuindo, devido a isso, para a abordagem de diferentes assuntos, que se tornaram mais presentes no cotidiano das pessoas, como resultado do fácil acesso a informações dos candidatos (Silva, 2020). Naquela conjuntura eleitoral, os candidatos que mantiveram a vinculação ao campo evangélico tiveram presença marcante, por meio da divulgação de seus valores e pautas nas redes sociais, como pode ser constatado pelos materiais de campanha divulgados nos perfis oficiais dos candidatos no *Facebook* e coletados pelo Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder (2018). Foram identificados 41 candidatos evangélicos, destes, seis foram eleitos².

Nesse sentido, o Quadro 1, apresentado a seguir, mostra quantos deputados estaduais foram eleitos por cada partido durante as eleições de 2014 e de 2018.

Quadro 1 - Partidos políticos nas eleições de 2014 e 2018

Partido político	18ª legislatura (2015-2018)			19ª legislatura (2019-2022)		
	Eleitos	Porcentagem	Evangélicos eleitos	Eleitos	Porcentagem	Evangélicos eleitos
DEM	4	7,40%	-	2	3,70%	-

² Embora tenham sido eleitos seis candidatos evangélicos, sete assumiram o mandato no ano seguinte, pois a Cantora Mara Lima, que ficou como suplente, assumiu a posição de deputada estadual em 1º de fevereiro de 2019 (Redação Bem Paraná, 2019).

PDT	4	7,40%	-	2	3,70%	-
PMDB/MDB	8	14,81%	-	2	3,70%	-
PMN	1	1,85%	-	1	1,85%	-
PODEMOS	-	-	-	1	1,85%	1
PP	2	3,70%	-	3	5,55%	-
PPL	1	1,85%	-	1	1,85%	-
PPS	2	3,70%	-	3	5,55%	-
PR	-	-	-	2	3,70%	1
PRB	1	1,85%	1	1	1,85%	1
PROS	-	-	-	2	3,70%	1
PRTB	-	-	-	1	1,85%	-
PSB	2	3,70%	-	5	9,25%	-
PSC	12	22,22%	3	4	7,40%	1
PSD	3	5,55%	-	6	11,11%	-
PSDB	7	12,96%	1	3	5,55%	-
PSL	1	1,85%	-	8	14,81%	1
PT	3	5,55%	-	4	7,40%	-
PTB	1	1,85%	-	1	1,85%	-
PV	1	1,85%	-	2	3,70%	-
Solidariedade	1	1,85%	-	-	-	-
Total	54	100%	5	54	100%	6

Fonte: Adaptado de Martins (2020).

Em ambas as eleições, estavam disponíveis 54 vagas para deputados estaduais. O Partido Social Cristão (PSC) foi a legenda mais bem-sucedida do pleito de 2014, tendo garantido a eleição de doze deputados estaduais. Em seguida, também alcançou êxito o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)³, que conquistou oito cadeiras na Câmara Estadual, seguido pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que obteve sete vagas. Durante o mandato de 2015-2018, a Cantora Mara Lima era filiada ao PSDB, no pleito seguinte, de 2022, ela se filiou ao partido do Republicanos.

Quanto às eleições de 2018, é perceptível que ocorreu uma menor concentração de votos entre os partidos, pois, embora alguns ainda tenham alcançado mais votos do que outros, não houve a conquista de um elevado número de vagas na assembleia, quando comparada à eleição de 2014 (Martins, 2020). Analisando os dados do TRE (TRE, 2018, 2023), é possível perceber que enquanto o PSC elegeu doze candidatos em 2014, representando uma grande conquista de vagas, esse cenário mudou de forma desfavorável para o partido no pleito de 2018, quando só elegeu quatro deputados: o que comprova que tenha recebido um número significativamente menor de votos, na comparação com o pleito anterior. Isto é, se, em 2014, esse partido recebeu 1.025.409 votos, em 2018, conquistou apenas 373.383 votos, perdendo oito assentos na ALEP.

De maneira semelhante, o PMDB/MDB também perdeu parte de sua concentração de votos, já que, em 2014, tinha angariado 712.178 votos e, em 2018, apenas 237.283 votos. Foi

³ Em 26 de abril de 2018, o Tribunal Superior Eleitoral aprovou a mudança de nome do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) para Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (Brasil, 2018).

observado que, entre os dois pleitos, o MDB perdeu grande quantidade de votos e seis vagas na ALEP (TRE, 2018, 2023).

Com 562.964 votos em 2014, o PSDB – que tinha tido sucesso nesse pleito – não conseguiu repetir o mesmo desempenho no período eleitoral seguinte, já que, na eleição de 2018, o partido obteve 304.240 votos, perdendo, portanto, quatro cadeiras na ALEP, sendo uma delas a da Cantora Mara Lima, visto que migrou para o PSC em 2018 (TRE, 2018, 2023).

Enquanto alguns partidos políticos decaem em seu número de representantes na ALEP, outro partido que tinha eleito apenas um candidato, em 2014, conseguiu conquistar oito cadeiras na Assembleia Legislativa do Paraná. Trata-se do Partido Social Liberal (PSL), que teve uma perceptível ascensão política no cenário paranaense e nacional, com a vitória de Jair Messias Bolsonaro, nas eleições para a presidência da República do Brasil, em 2018.

É importante mencionar a figura de Bolsonaro nesse cenário, pois sua candidatura presidencial causou, no pleito estadual de 2018, o *coattail effect* (efeito rabo de casaca), que se caracteriza pela candidatura do presidente que puxou votos para cargos do legislativo, para membros de seu partido político (Leandro *et al.*, 2023; Samuels, 2002).

Em 2014, o PSL elegeu apenas um deputado estadual e o partido acumulou um total de 134.007 votos, enquanto no pleito de 2018 obteve oito vagas na ALEP, somando 293.371 votos (TRE, 2018; 2023). Após observar esses dados, fica nítido que a candidatura de Bolsonaro impulsionou a ascensão do PSL no cenário político paranaense em 2018.

2.2 Contexto político nacional e estadual entre 2015 e 2022

O período compreendido entre 2015 e 2022 testemunhou mudanças no cenário político nacional e estadual do Paraná: na conjuntura política nacional, em grande parte, predominou a ascensão de grupos políticos conservadores (Burity, 2018; Mariano, 2022). No âmbito estadual do Paraná, foram tomadas medidas neoliberais e neoconservadoras pelos governadores Beto Richa e Ratinho Junior em relação à educação pública (Flach; Schlesener, 2017; Steimbach, 2018; Silva, 2023).

A Cantora Mara Lima não é uma figura passiva em tais circunstâncias, pois seu campo de possibilidades influencia e limita suas escolhas e ações. Portanto, para compreender sua trajetória política, é necessário levar em conta o panorama pelo qual ela passou, durante seu mandato na 18ª e 19ª legislatura. Também é necessário mencionar alguns acontecimentos específicos, que ocorreram antes desse período, como os protestos de junho de 2013 e as mudanças na agenda do PSC, a partir de 2014.

Sobre a situação política no país, durante o primeiro mandato (2011-2014) da presidente Dilma Rousseff (PT), ocorreram as “Jornadas de Junho de 2013”. Esses protestos desencadearam uma reconfiguração política, ao desorientar a esquerda na conjuntura nacional e ao abrir espaço para a ascensão de pautas conservadoras. Esse período foi caracterizado pela disputa entre o conservadorismo e a esquerda pela voz e pela identidade popular (Burity, 2018).

Embora a direita tenha se fortalecido em 2013, devido a tais manifestações, nas eleições de 2014, a presidente Dilma Rousseff (PT) foi reeleita. Nos primeiros meses de 2016, a presidente sofreu um processo de *impeachment*, resultando no retorno da direita ao governo, pela primeira vez, após Collor (1990-1992) (Butity, 2018), com o vice-presidente Michel Temer assumindo o cargo de presidente do Brasil (2016-2018).

Após levantar essas informações da conjuntura nacional, fica nítido que o conservadorismo passou por um período de ascensão na política nacional, gerando um campo de possibilidades que favoreceu o projeto da Cantora Mara Lima (Velho, 2003), durante a sua 18ª legislatura (2015-2018).

Quanto ao contexto político do Paraná, naquele mesmo período, durante o segundo mandato do governador Beto Richa (PSDB), em 2015, foram tomadas medidas que comprometiam os direitos historicamente conquistados pelos servidores estaduais. Em decorrência disso, os funcionários públicos realizaram manifestações para preservar seus direitos, mas o governo estadual respondeu com uso de violência, por meio da utilização de bombas de gás, balas de borracha e *spray* de pimenta contra manifestantes desarmados (sendo a maioria deles professores de escolas públicas). Esse acontecimento recebeu o nome de “Massacre de 29 de abril”, em que ficou evidente o autoritarismo do governo estadual (Flach; Schlesener, 2017).

Ainda falando do campo da educação no Paraná, em 2016, muitas escolas estaduais foram ocupadas por movimentos estudantis, como forma de protesto contra a Medida Provisória n. 95/2016 e em resposta à Emenda Constitucional n. 95/2016, que tratavam do congelamento dos gastos públicos por 20 exercícios financeiros, usando a base da realocação de recursos de 2016 (Flach; Schlesener, 2017).

Quanto ao cenário político da 19ª legislatura (2018-2022), houve algumas alterações no seu campo de possibilidades da candidata, sendo a primeira mudança a transformação que o Partido Social Cristão (PSC) passou, antes das eleições de 2014, em relação à sua orientação política. Anteriormente, a legenda era conhecida por apoiar a doutrina social cristã⁴. Contudo,

⁴ O PSC, em seu estatuto, coloca que tem como fundamento a doutrina social cristã. Esta perspectiva estabelece o cristianismo como sendo “um estado de espírito que não segrega, não exclui, nem discrimina, mas que aceita todos, independente de credo, cor, raça, ideologia, sexo, condição social, política, econômica ou financeira” (Estatuto, 2018, art. 1, § 1º).

após Priscilla Leine Cassotta (2019) analisar o manifesto de 2014 do partido, ela afirma que o discurso do PSC está alinhado ao do candidato à presidência, Pastor Evaristo (PSC), que defende a diminuição da máquina estatal, livre comércio e a defesa dos valores tradicionais. Essas informações são relevantes, pois a Cantora Mara Lima abandonou o PSDB para se candidatar pelo PSC nas eleições de 2018.

Outro ponto importante a ser mencionado é a vitória de Jair Messias Bolsonaro (PSL) nas eleições presidenciais de 2018. Durante sua campanha, recebeu o apoio de lideranças evangélicas e o voto da maioria evangélica (Mariano; Gerardi, 2020). Nesse cenário, é crucial perceber que os evangélicos, inclusive a figura de pastores, iriam compor o governo de Bolsonaro, ocupando cargos proeminentes em alguns ministérios e, até mesmo, com uma indicação ao Supremo Tribunal Federal (Mariano, 2022). A 19ª legislatura (2018-2022), a propósito, representou um período de grandes oportunidades para a consolidação do projeto político da Cantora Mara Lima, impulsionado por sua popularidade crescente, quer pelo apoio de lideranças religiosas e quer pelo alinhamento com as demandas de sua base eleitoral.

Além de todas essas mudanças políticas drásticas no cenário nacional, o Brasil passou pela pandemia da Covid-19, acontecimento de uma natureza diferente que chegaria no país em 2020. Esse fator provocou mudanças no campo de possibilidades da 19ª legislatura, no sentido de que novas demandas emergiram nesse período para a Cantora Mara Lima.

Tratando da conjuntura política estadual, o mandato da deputada na 19ª legislatura se desenrolou concomitantemente ao primeiro do governo de Ratinho Junior (PSD) no Paraná (2018-2022). No início de 2019, o governo estadual contava com apenas uma política educacional, com a adesão ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), vinda do governo federal. Desse modo, com a aprovação da Lei Estadual n. 20.338/2020, instituiu-se no Paraná o Programa de Colégios Cívico-Militares (Silva, 2023).

Silva (2023) afirma que os motivos de o governo ter implementado essa política educacional é a narrativa neoliberal de que isso melhoraria a qualidade do ensino. No entanto, o autor sugere que a política, da mesma forma, visa a disciplinar os estudantes e moldar suas atitudes de acordo com valores conservadores. Outro motivo mais específico reside no fato de que a militarização das escolas seria uma resposta do governo estadual aos movimentos secundaristas de ocupação e movimentos docentes de paralisação e greve que aconteceram em 2015.

Ainda discutindo sobre o desempenho da deputada na 19ª legislatura, seu mandato ocorre na conjuntura política em que o Brasil e o Paraná têm passado por processos de implementação de políticas neoliberais e neoconservadoras, desde 2015 (Flach; Schlesener, 2017; Steimbach, 2018), “como a fixação de tetos de gastos, negação do reajuste salarial a

servidores/as públicos/as, cortes nas despesas públicas e a mercantilização da educação, com políticas como a reforma do ensino médio” (Silva, 2023, p. 88).

3 “AGORA EU ENTENDO TODO O DESERTO QUE ATRAVESSEI”: O MANDATO E AS VINCULAÇÕES RELIGIOSAS

O perfil e estilo político da Cantora Mara Lima, desenvolvido, principalmente, na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), estão diretamente relacionados com sua proximidade com o universo evangélico, que marcou sua trajetória e, em grande parte, catapultou sua ascensão na principal casa legislativa do estado. O carisma da deputada e as vinculações religiosas marcam sua performance pública no cenário paranaense. Para desenvolver essas questões, estruturamos a seção em três momentos.

Primeiramente, exploramos a trajetória eleitoral da deputada, desde a sua primeira tentativa para o cargo de deputada estadual, em 2006, até sua candidatura e reeleição para a ALEP em 2022. Foram abordadas as suas bandeiras, o apoio oficial da Assembleia de Deus (AD), uso do Facebook nas campanhas (2014, 2018 e 2022) e a instrumentalização do discurso evangélico no tempo da política. Em seguida, buscamos discutir como a Cantora Mara Lima legitima seu projeto político junto ao eleitorado, discorrendo como ela utiliza do carisma para construir sua imagem pública e consolidar o apoio em suas campanhas eleitorais como uma candidata evangélica. Por fim, abordamos a conjuntura política na qual a Cantora Mara Lima se encontrava na ALEP durante o período pesquisado (2015-2022). Identificamos o campo de possibilidades (Velho, 2003) da deputada, inserida no fazer político da ALEP.

As principais fontes utilizadas nesta seção foram os *sites* oficiais da ALEP, Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e matérias de campanha eleitoral da Cantora Mara Lima, publicadas em seu *Facebook*. Ainda, falando desses conteúdos divulgados, apresentamos algumas publicações relacionadas às atividades realizadas pela deputada na assembleia legislativa.

3.1 Trajetória da Cantora Mara Lima

Marilei de Souza Lima, conhecida no cenário artístico como Cantora Mara Lima (seu nome de urna), nasceu na cidade de Francisco Beltrão, localizada no sudoeste do Paraná, em 7 de janeiro de 1961. Filha do militar Constantino Lima dos Santos e da professora Tereza Nonato dos Santos, a artista construiu uma carreira multifacetada, consolidando-se como uma das vozes mais influentes da música gospel brasileira. Além de sua atuação como talentosa cantora e compositora, devidamente inscrita na Ordem dos Músicos do Brasil, soma à sua trajetória formações e atividades profissionais que refletem sua diversidade profissional: é teóloga pela Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras (FACEL), empresária do ramo

fonográfico, jornalista com inscrição pela Associação Paulista de Imprensa e radialista, além de já ter sido apresentadora de programas de televisão. Frequenta a Igreja Evangélica Assembleia de Deus (AD), tendo quarenta anos de ministério (Lima, 2022). É casada com Gessé de Souza Lima e mãe de duas filhas, Dayane e Vanessa.

Na infância, passou por dificuldades financeiras e de subsistência, tendo, até mesmo, sofrido agressões físicas pelo pai, que era alcoólatra. Aos oito anos, mudou-se para Curitiba e, quando tinha quinze anos, foi convidada para ir a um culto por Gessé de Souza Lima, que se tornaria seu esposo. Ao lado dele, construiu sua vivência na AD. Enquanto cantava nas celebrações religiosas, ao perceberem o seu talento musical, os membros da denominação começam a incentivá-la para gravar seu primeiro álbum. O disco de vinil (LP) *Além da Morte* (1982), com a faixa *Rosa Vermelha*, teve uma boa recepção pelo público evangélico e o nome artístico “Cantora Mara Lima” conquistou fama na região Sul do Brasil (Anjos; Mezzomo, 2023).

Durante as décadas de 1950 e 1960, as igrejas pentecostais estavam começando a abrir espaço para novas canções religiosas, indo além de seus hinários. Esse movimento deu origem aos assim chamados “corinhos”, cânticos que mesclam ritmos populares, como sertanejo, marchas e baladas românticas. Essa abertura expandiu-se na década de 1970, sob influência do Movimento de Jesus, de origem norte-americana, quando o mercado fonográfico passou a produzir hinos com base teológica pietista e ênfase conversionista, com estilos que antes eram tidos como profanos, como, por exemplo, o rock. Trazendo letras e melodias mais complexas, quando comparadas com os “corinhos”, essas inserções musicais foram acolhidas, servindo para prender a atenção da juventude, por meio de uma cultura “redimida”, contrapondo-se ao “mundanismo” e afastando-se da alegada influência da ideologia comunista. Esse fenômeno ocorreu em um período no qual as igrejas evangélicas, em sua maioria, estavam alinhadas ao Regime Militar (Cunha, 2007; Paula, 2008).

Nesse panorama, ocorreu uma exorbitante produção fonográfica evangélica, resultando na fundação de mais de 30 gravadoras, muitas delas de pequeno porte. No ano de 1987, a Cantora Mara Lima, em sociedade com seu esposo, fundou a gravadora *Louvor Eterno*, que atualmente é um selo da Sony Music, de intensa repercussão no país. Durante os anos que se seguiram, lançou o LP *Grão de Areia* (1988), consolidando seu nome no cenário musical do país. Já com o álbum *Valor de uma Alma* (1989), Mara atingiu um novo patamar, ao conquistar seu primeiro disco de ouro, alcançando o auge da carreira e firmando-se como um dos principais nomes da música pentecostal. Continuou lançando álbuns premiados, como *O preço mais alto* (1993), *Coração Ferido* (1994), *Lágrimas de um Fiel* (1995) – seu primeiro disco platina – e *Varão de Branco* (1997). Durante o fim da década de 1990, após ter lançado doze projetos bem

recebidos pelo público evangélico, sua atividade entrou num período de arrefecimento (Medeiros, 2020, 2021; Cantora Mara Lima, 2023).

Esse declínio contrasta com a ascensão do gospel no cenário brasileiro nesse mesmo período. O sucesso desse estilo de música sacra era impulsionado pela influência da cultura evangélica norte-americana é marcada pela fusão bem-sucedida de ritmos seculares e letras de conteúdo cristão. Tal transformação, como se vê, representou uma ruptura na conjuntura mercadológica evangélica, trazendo novos estilos musicais, letras mais acessíveis e uma maior valorização da expressividade corporal e emocional nos cultos. Como consequência, consolidou-se a figura dos “artistas gospel”, que, “como qualquer outro, possuem uma carreira, gravam discos, apresentam espetáculos, cobram cachê, recebem prêmios, possuem fã-clubes e ditam moda” (Cunha, 2007, p. 89).

Essas alterações no universo musical pentecostal, sob influência do estilo pop trazido por Elaine de Jesus e, rapidamente captadas, por Lauriete e Cassiane, conquistaram um significativo sucesso no início do século XXI, destronando os artistas que ainda usavam ritmos tradicionais, como a Cantora Mara Lima. Depois de dois álbuns de baixa expressão, a artista pensou em encerrar a sua carreira por não conseguir se adaptar às transformações da “explosão gospel” (Medeiros, 2021, s./p.).

Apesar disso, a Cantora Mara Lima volta à atividade tempos depois, com o lançamento de *Unção Divina* (2001) e *Portais Eternos* (2004), álbuns que denotam que ela se reinventou e combinou as transformações impostas pelo mercado gospel com a sua identidade musical. Durante a nova fase, a cantora voltou à fama, por intermédio do lançamento de *Presença de Deus* (2006), platina duplo, no qual os hinos *Vaso de Alabastro* e *Daniel* foram mostrados às igrejas, extensamente acolhidos e consumidos até a atualidade.

Essa menção à carreira musical da Cantora Mara Lima neste estudo é indispensável, pois ela continua ocupando uma posição de destaque no panorama pentecostal. Mesmo com a ascensão do gospel mais americanizado, subsiste uma cultura evangélica contemporânea que mantém fortes vínculos com suas raízes tradicionais, das quais se apresentará, oportuna e politicamente, como representante. Seja como for, quando essa música é colocada em ação, num contexto litúrgico, serve como instrumento de êxtase. Durante os cultos, a propósito, prevalece o sistema de “oportunidades”, no qual os conjuntos etários e algumas participações individuais executam, espontaneamente, na adoração, as suas apresentações musicais. Diante disso, todos os membros da igreja – como deve ter ocorrido com a figura central desta pesquisa, na gênese de sua adesão ao pentecostalismo – têm a oportunidade de participar efetivamente no momento do louvor, mesmo que de forma desigual, podendo haver o destaque entre os irmãos de quem têm “o dom” (Bellotti, 2010; Fajardo, 2019).

Existem mais alguns fatores que auxiliam artistas e cantores gospel a conquistarem uma presença maior na vida dos fiéis e, a depender da igreja, aumentarem seu prestígio na sua denominação ou, até mesmo, para além das fronteiras dela, indo parar nos ouvidos de outras igrejas evangélicas. Esses fatores são os *playbacks*, gravações instrumentais comercializadas pelos artistas, que possibilitaram aos consumidores os cantos nas igrejas, sem a presença dos próprios artistas.

Foi importante levantar a discussão sobre a construção da carreira artística da cantora, pois a mídia, conforme defendido por Torres (2014), potencializa o carisma das celebridades e pessoas famosas. Destaque-se que o carisma dessas personalidades, para o autor, é totalmente construído pelos meios de comunicação em massa e, portanto, não seria um produto da capacidade própria da figura carismática. A perspectiva deste pesquisador é adotada, embora divergindo parcialmente do conceito, no sentido de que é reconhecida a relevância da mídia gospel na construção de seu carisma, mas não o considera como sendo somente um produto deste campo musical. Sendo assim, o carisma advindo da carreira musical da cantora é considerado, desta investigação, como sendo resultado tanto de seu talento musical quanto da visibilidade que o mercado de música gospel lhe proporcionou.

Em diálogo com o conceito de projeto de vida e campo de possibilidades (Velho, 2003) e o conceito de carisma de Max Weber (2004), é possível trabalhar o carisma de celebridades, como o da Cantora Mara Lima, reconhecendo tanto o seu aspecto individual (talento musical, personalidade) quanto social (mídia gospel) para construir o seu carisma no campo musical evangélico. Com efeito, mesmo antes de embarcar na política, a Cantora Mara Lima já estava desenvolvendo o seu próprio carisma, além de conquistar reconhecimento nas comunidades evangélicas, o que lhe forneceria vantagens ao longo das eleições de que participaria durante sua trajetória política.

A primeira eleição de que a Cantora Mara Lima participou foi em 2006, quando concorreu ao cargo de deputada estadual do Paraná pelo Partido Social Cristão (PSC). Ela recebeu o apoio da Convenção das Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus do Estado do Paraná (CIEADEP) (Rosa, 2019), mas não conseguiu se eleger, devido ao quociente partidário, embora tenha acumulado significantes 35.378 votos, sendo a 47ª mais votada entre 579 pleiteantes. Mas a derrota foi consolada por uma profecia destinada à candidata em um culto da AD. O oráculo impôs as mãos sobre sua cabeça e, em uma mistura de português e glossolalia, afirmou:

Deus vai te dar uma cadeira e o nome dele será glorificado [glossolalia]. Na primeira vez não era tempo, mas agora é o tempo na tua vida. Eu, o Senhor, estou colocando nas tuas mãos uma chave e uma cadeira para que meu nome

seja glorificado, e ali tu falará do meu povo e do meu poder, e ali tu servirá de voz ao pobre e ao necessitado. Diz o Senhor! (GPCP, 2014).

A artista gospel passou por problemas fonoaudiológicos a partir de 2007, causados pela intensa agenda de cultos/shows somada aos poucos cuidados básicos com a saúde. Lançou dois álbuns em que era evidente a dificuldade na reprodução de sua qualidade vocal e, após duas cirurgias e uma fibrose, foi dado como certo o fim da atividade. Contudo, retornou com novo projeto, *Vou Tocar o Céu* (2012), disco de ouro, considerado um milagre pelos fãs. Desde então, pelo ainda existente impedimento ocasionado pela doença, tem reduzido a produção musical. No total, acumula mais de 40 anos de carreira, 42 álbuns gravados, dos quais sete são discos de ouro, sete de platina e um de platina duplo (Medeiros, 2020; Cantora Lima, 2023).

Em 2008, concorreu pelo cargo de vereadora da Câmara Municipal de Curitiba (CMC), pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), quando contou com o apoio oficial da AD (Anjos; Mezzomo; Fier, 2024) e ganhou a eleição por 12.728 votos, tendo sido a mulher que recebeu mais votos na história de Curitiba, até aquele ano. É nesse momento que a Cantora Mara Lima entra oficialmente na vida pública (CMC, 2018). Na câmara de vereadores, defendeu as bandeiras da família e dos princípios cristãos, juntamente com projetos sociais. Ela foi proponente do seminário “Pedofilia: eu digo não!” e “participou da criação do comitê local do movimento Brasil sem Aborto e integrou o Conselho Contra a Pedofilia da Comissão de Segurança e Defesa dos Direitos dos Cidadãos. Fez parte das comissões permanentes de Serviço Público e de Participação Legislativa” (Curitiba, 2018).

Já no início da carreira política, a Cantora Mara Lima esteve alinhada ao conservadorismo religioso, apoiando pautas como a defesa da família, os princípios cristãos e a luta contra o aborto. Durante o mandato, foi premiada pela Câmara Internacional de Pesquisas e Integração Social (CIPIS) com a *Medalla a la Integración Simón Bolívar*, por colocar em prática projetos de integração social. Em 2010, se candidatou para o cargo de deputada estadual pelo mesmo partido (PSDB) e foi eleita com 56.516 votos, a mulher mais votada em uma eleição paranaense. Trata-se do primeiro mandato na ALEP, cujas reeleições ocorreriam em 2014, 2018 e 2022.

Durante a campanha de 2010⁵, Mara Lima se apresentou como defensora do povo de Deus e das necessidades das famílias, pela defesa dos direitos das mulheres (excetuando-se, por evidente, o aborto), das crianças e dos idosos. Afirmou que buscava transformar os clubes de mães e mulheres em pessoas jurídicas, pois isso possibilitaria a essas associações receber apoio do governo. Disse que lutaria junto ao governo federal – à época, liderado por Lula – para

⁵ Informações obtidas no vídeo de propaganda eleitoral da Cantora Mara Lima, publicado no *Youtube* pelo canal Millerbraga (2010).

conseguir implantar a aposentadoria às donas de casa e daria continuidade no projeto *Abençoando o Paraná*.

Tal projeto é uma forma de estratégia eleitoral, na qual a deputada utiliza uma carreta-palco para (pro)mover-se pelo estado e se colocar em locais táticos, normalmente, perto das igrejas da AD e locais com fluxo de pessoas. Ali, a Cantora Mara Lima realiza um culto/show. Canta os seus clássicos mais famosos, convida irmãs comuns da igreja local para cantar junto no palco e, em meio à emoção mobilizada pelo carisma da figura tradicional assembleiana, fala sobre política, suas realizações e a importância de os evangélicos terem uma representante na ALEP. Nessas mesmas visitas, realiza encontros com os pastores e obreiros da denominação, apresentando seu projeto político, sempre legitimado pelos pastores regionais e por Perci Fontoura, presidente da CIEADEP, que conta com forte capital simbólico nas AD do Paraná.

Durante as eleições, a candidata recebeu o apoio de figuras políticas e religiosas de grande projeção no cenário nacional, cuja influência, decerto, fortaleceu sua campanha e ampliou sua base de eleitores. Beto Richa (PSDB), que concorria para o governo do Paraná, manifestou apoio, assim como Gleisi Hoffman, hoje presidente nacional do PT, que, naquele ano, estava concorrendo ao cargo de senadora do estado pelo PT, declarou apoio à Cantora Mara Lima, dizendo ter orgulho, já que a candidata colocava em sua caminhada a presença de Deus. O apoio da petista para uma candidata evangélica conservadora pode parecer, em nossa atual conjuntura, algo estranho, mas é um fenômeno que já vinha acontecendo nos governos petistas, antes do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

Como afirma Luis Felipe Miguel (2018), ao perceber a forte base popular dos líderes evangélicos, o PT procurou criar pontes com organizações religiosas. Em alguns casos, essa aproximação foi bem-sucedida, garantindo apoio estratégico. No entanto, outros grupos permaneceram como oposição ao governo, resistindo às tentativas de diálogo e mantendo uma postura abertamente crítica. Miguel (2018) ainda cita o exemplo da Igreja Universal do Reino de Deus, que antes afirmava que Lula era literalmente um emissário de Satanás, mas passou a apoiá-lo e foi recompensada com espaços no governo federal, durante a presidência de Lula, com ministérios e incentivos que ajudaram na expansão de sua emissora de televisão, a Record. Foi durante a crise política do segundo mandato do governo de Dilma que parte significativa dos evangélicos conservadores se voltaram contra o governo do PT e apoiaram seu processo de *impeachment*.

Voltando a falar da campanha de 2010, a Cantora Mara Lima contou, por exemplo, com o apoio de figuras religiosas influentes, como o pastor Silas Barbosa e Silva, liderança da AD. Além dele, um dos apoios mais significativos veio do pastor Ival Teodoro da Silva, que é

presidente da CIEADEP. Em um discurso reforçando a importância da participação política da igreja, ele declarou:

Eu quero dizer a todos que a igreja, ela não pode negar o seu papel como participante desse contexto social e precisamos ter representantes, que nos representem junto a Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa, Câmara Federal e Senado. Precisamos de representantes e eu conheço a irmã Mara, quero dizer que ela realmente tem o nosso voto de confiança (Millerbraga, 2010, transcrição do vídeo).

Não é possível saber se a candidata continuou com as pautas de defesa da família e da vida nesse pleito específico, embora seja claro que ela teve o suporte da CIEADEP. Portanto, contou com uma estrutura eclesial de apoio e seu discurso político ainda continua com um intenso teor religioso.

Na eleição de 2014, concorreu novamente ao cargo de deputada estadual pelo (PSDB) e foi eleita por média, pois obteve 43.549 mil votos. Durante essa campanha, foi possível perceber que a candidata manteve as bandeiras que já apoiava em 2008, como a defesa do modelo tradicional de família e dos princípios cristãos no espaço público, tendo até mesmo se declarado como sendo a “deputada da família”, termo que manteria para a próxima eleição estadual (Mezzomo; Silva; Pátaro, 2020). Como se constata, ela manteve sua campanha sob discurso religioso conservador, ao que pode ser verificado na descrição de diversos *posts* presentes no perfil da candidata no *Facebook*. Ao mesmo tempo, a deputada-cantora reafirmou sua pauta de defesa dos direitos femininos, mantendo essa bandeira como um de seus pilares ao longo do pleito.

É possível perceber na Figura 1, que, na sua campanha, houve um acionamento de elementos religiosos e da defesa da família tradicional para mobilizar o apoio da base eleitoral evangélica. Além disso, o *print* do *Facebook* passa a ideia de que ela, como parlamentar, vai proteger a família de ameaças que vêm do próprio legislativo. Ela, da mesma forma, utilizou uma linguagem bíblica durante o pleito (Rosa, 2019).

A Cantora Mara Lima também ressaltou cargos e feitos que ela ocupou e alcançou até aquele momento, como a presidência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; vice-Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso; vice-Líder da Bancada do PSDB; criadora e membro da Bancada Evangélica; representante da ALEP no Conselho Estadual da Mulher do Paraná. Ao destacar essas posições de liderança em seu material de campanha, a deputada busca visibilizar sua atuação por meio das funções ocupadas, porque, como ela afirma, “os cargos são frutos do trabalho que realiza na Assembleia Legislativa do Paraná” (2014). Portanto, ela manteve o apoio em prol da defesa dos direitos das

mulheres, que já havia demonstrado na campanha de 2010, já que era presidente em comissão que tinha essa finalidade, além da atuação no Conselho Estadual da Mulher do Paraná.

Figura 1 - Material da campanha eleitoral de 2014



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

O pastor e deputado federal Marco Feliciano anunciou apoio à Cantora Mara Lima em vídeo (GPCP, 2014), devido à espiritualidade da candidata e por ela defender a família tradicional.

No pleito de 2014, a candidata continuou com o apoio oficial da AD (Anjos; Mezzomo; Fier, 2024), pois, pela observação dos materiais da campanha, foi possível perceber que ela construiu sua plataforma eleitoral tendo como base o cenário gospel e das igrejas ou palcos, que pertencem a AD. Logo, são indicativos de que ela tenha recebido o apoio oficial. Ademais, teve o suporte de cantores da cena gospel e, além disso, conseguiu o auxílio do Ministério de Santo Amaro no Brasil⁶ (um dos organismos eclesiais autônomos dentro da AD), por meio do pastor

⁶ Uma aparente *fan account* da Cantora Mara Lima no *Youtube* publicou um vídeo, em 19 de setembro de 2014, no qual a deputada agradeceu ao ministério e a seu pastor presidente Carlos Cassemiro. Vale notar, aqui, que pode

presidente Carlos Cassemiro. Em vídeo, a deputada informou que o gabinete 801, o que ela ocupa, estaria sempre à disposição deste ministério.

As pautas que a candidata defendeu durante essa campanha são relevantes para compreender sua forma de legislar. Os posicionamentos estão voltados à defesa de valores religiosos conservadores, por conseguinte, são evidências de que a deputada se encaixa na categoria de “religiosos políticos”, que são indivíduos possuidores de um pertencimento religioso anterior à sua eleição, que utilizam de tal pertencimento como capital político e, quando são eleitos, continuam com seu vínculo religioso de forma explícita (Carvalho Junior; Oro, 2017).

Suas bandeiras de campanha também fazem parte do conceito de projeto (Velho, 2003), no sentido de que tais preceitos são objetivos principais e de longo prazo para a deputada. Em vista disso, muitas de suas ações e planos voltam-se para a construção de sua meta. Em consequência disso, saber seus posicionamentos de campanha é um auxílio para entender sua forma de legislar. Na eleição de 2018, Mara Lima tenta se reeleger ao cargo de deputada estadual pelo Partido Social Cristão (PSC), quando angariou 33.866 votos. Ficou como suplente, mas assumiu o cargo em 1º de fevereiro de 2019 (Redação Bem Paraná, 2019). Durante a campanha de 2018, a Cantora tinha como pautas a defesa da família, os valores cristãos, a valorização dos direitos da mulher, a criminalização das drogas e luta contra a “ideologia de gênero”, a legalização da interrupção da gravidez, pedofilia, a violência doméstica (Mezzomo; Anjos; Oro, 2021). Alguns de seus materiais de campanha divulgam esses posicionamentos, inclusive seu apoio ao candidato a governador Ratinho Júnior, conforme mostrado na Figura 2.

É possível observar nas imagens a seguir que, semelhantemente à eleição anterior, a deputada, no pleito de 2018, acionou a defesa de pautas conservadoras, mas, dessa vez, com mais frequência e especificando os seus posicionamentos nos materiais de campanha. Por exemplo, o uso da imagem de uma mulher grávida, segurando os sapatinhos, é uma forma de sensibilizar o eleitorado evangélico a apoiá-la em sua luta contra o aborto.

Também é apresentado na segunda imagem da Figura 2, um homem (azul) e mulher (rosa) do lado um do outro e, no meio deles, os símbolos dos gêneros opostos estando imbricados, representando a heterossexualidade que a deputada quer defender no espaço escolar, pois se posiciona contra a chamada “ideologia de gênero” nas escolas. Isso, de forma semelhante, remete a uma luta de políticos conservadores contra a suposta “doutrinação”

se tratar de um pastor presidente estadual, pois, no site oficial da Assembleia de Deus em Santo Amaro (ADSA), é informado que o pastor presidente de todas as ADSA do Brasil, durante 2014, foi Marcos Galdino de Lima Junior, que tinha sido empossado em 14 de fevereiro daquele mesmo ano.

realizada por professores. O uso de mensagens religiosas, como a reprodução do Salmo, na terceira imagem da Figura 2, evidencia o uso de discursos religiosos como meio de mobilização eleitoral e motivação. Do mesmo modo, leva a notar que a aura religiosa permanece fortemente associada à candidata e essa religiosidade continua em evidência durante sua próxima legislatura, inclusive em atividades e proposições da ALEP.

Na última imagem da Figura 2, o *flyer*, com o rosto da Cantora Mara Lima e do candidato a governador Ratinho Júnior, representa que ambos são aliados políticos durante essa eleição, com a possibilidade de a deputada ser uma aliada dele na assembleia, na nova gestão. Esse material virtual de campanha, supõe-se, visa a consolidar essa parceria e reforçar a imagem de Mara Lima como uma figura-chave dentro de uma estratégia política mais ampla, em que ela se posiciona como uma defensora das causas alinhadas ao governo do candidato, destacando seu papel de apoio e influência no cenário legislativo.

Figura 2 - Material da Campanha de 2018



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Na verdade, a candidata recebeu amplo apoio do universo religioso evangélico, sendo alguns dos apoiadores: Davi Secundo, Silas Malafaia, Perci Fontoura, Bispo Samuel Ferreira, além de cantores consagrados no meio gospel pentecostal, como Suellen Lima, Cristina Mel, Leandro Borges, Vanilda Bordieri e Damares Oliveira. Também obteve, durante a campanha, o

apoio da CIEADEP e da Convenção Estadual das Assembleias de Deus Ministério de Madureira no Estado do Paraná (CONEMAD-PR), (Mezzomo; Anjos; Oro, 2021).

Uma pesquisa realizada sobre candidatos evangélicos que participarem dessa eleição, incluindo a Cantora Mara Lima (Mezzomo; Anjos; Pátaro, 2020), concluiu que a deputada realizava uma quantidade de divulgações considerável de espaços religiosos, que correspondem a 25,19% de suas publicações no *Facebook* durante o pleito, enquanto apenas 3,85% de sua campanha ocorria em espaços seculares e só 6,15% retratavam momentos de relacionamento entre a candidata e seus eleitores. A produção de materiais de campanha nos quais são apresentados elementos religiosos era de 70,58%, deixando claro que a religião é um elemento central no discurso eleitoral da candidata. A deputada teve apenas 15,19% de publicações que retratavam o apoio institucional e de lideranças evangélicas. Mesmo que pareça um número baixo, é essencial para a sua eleição, como é discutido na terceira subseção, na qual também é abordada a relevância dos testemunhos autobiográficos, que corresponderam a 19,42% das postagens.

Analisando todas essas porcentagens, é visível que a Cantora Mara Lima coloca a religião como centro de sua campanha. Não é exagero atribuir a ideia de que a deputada é uma religiosa política (Carvalho Junior; Oro, 2017), visto a relevância da construção da identidade religiosa em sua campanha. Portanto, faz parte do capital simbólico da deputada a recorrência da esfera religiosa.

Em 2022, a Cantora Mara Lima concorreu novamente ao cargo de deputada estadual, pelo partido Republicanos, e foi eleita por quociente partidário (TSE, 2022), tendo conquistado 46.009 votos. Ela continua com seu perfil de política conservadora, mas a frequência e a qualidade dos materiais de campanha aumentaram consideravelmente. Esse aprimoramento pode ser constatado no *design* das peças, que se tornaram mais dinâmicas, incorporando um maior número de elementos iconográficos e escritos, quando comparados aos pleitos anteriores.

Outra novidade nessa eleição é que a deputada começou a apoiar, de forma explícita, o presidente Jair Messias Bolsonaro (PL) e, em alguns de seus materiais (Figura 3), tem uma estética mais bolsonarista, como, por exemplo, o uso da bandeira nacional e de suas cores, e algumas menções ao *slogan* “Deus, pátria, família e liberdade”, que é um lema adotado por Bolsonaro nas eleições de 2018, além da apropriação do dia 7 de setembro, feriado nacional da Independência do Brasil, como uma data simbólica propícia para estreitar sua ostentada ligação com o líder da extrema direita e se posicionar estrategicamente ao lado dele.

Nessa campanha, vale o registro, a pauta da defesa das mulheres foi novamente acionada, continuando a linha defendida pela Cantora Mara Lima em seus pleitos desde 2010.

Podemos ver no último quadro da Figura 3, que a deputada é autora da Lei 19.622/18⁷, cuja finalidade é a defesa e a valorização dos direitos das mulheres (ALEP, 2018). Ao assumir os créditos pela criação desta lei, a mensagem transmitida é de que ela é uma defensora dos direitos das mulheres. Isso, decerto, tem a finalidade de consolidar sua imagem como uma representante legítima das demandas femininas, mesmo diante de um cenário político em que outras pautas conservadoras das quais ela se apresenta como defensora também ganham destaque.

Figura 3 - Material de Campanha de 2022



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

⁷ A Lei 19.622/18 institui a “Semana Mulheres pela paz”, que seria realizada na última semana de outubro, cujo objetivo consistia na valorização dos direitos das mulheres e da dignidade feminina. Essa legislação foi revogada pela Lei 21926/24.

A Cantora Mara Lima é, atualmente: líder da bancada evangélica da Assembleia Legislativa do Paraná (ocupa essa posição desde 2018); presidente da comissão de defesa dos direitos da mulher; vice-presidente da comissão de defesa dos direitos da criança, do adolescente, do idoso e da pessoa com deficiência; vice-líder da bancada do Republicanos; membro da frente parlamentar em defesa da vida e da família, cuidados e prevenção às drogas; membro titular da comissão de cultura; membro titular da comissão de relações federadas e assuntos metropolitanos; e membro titular da comissão de tomada de contas (Lima, 2022).

Após examinar todas essas eleições de que a Cantora Mara Lima participou, em especial de 2010 a 2022, é possível perceber um padrão que perpassa todas elas, a saber: a pauta da defesa da família, dos valores cristãos no espaço público, especialmente, os preceitos da cosmovisão da Assembleia de Deus (AD) e, em paralelo, a reivindicação de direitos para mulheres, ainda que articulando-os a uma perspectiva religiosa. Portanto, com o transcorrer de cada eleição e legislatura, ela tem consolidado o seu perfil de uma religiosa política (Carvalho Junior; Oro, 2017), conservadora e, no último pleito, associada ao bolsonarismo, mantendo, contudo, seu alegado compromisso com os direitos das mulheres, desde que alinhados aos valores da cosmovisão cristã.

3.2 A Assembleia de Deus e o carisma da Cantora Mara Lima

A AD é a maior denominação evangélica do Brasil e do Paraná que, conforme IBGE (2010), conta com 12.314.410 membros no país inteiro e 467.274 membros no estado do Paraná. Esse segmento religioso possui crescimento e capilaridade considerável, de sorte que apresenta um esgarçamento institucional, que não é identificado em outras igrejas, tendo brechas de ordem teológica, doutrinária e hierárquica. Graças a essa segmentação, a AD conseguiu aumentar o seu número de membros. Semelhantemente, há uma segunda causa que explica essa expansão, de modo que, para entendê-la, é necessário mencionar o processo de industrialização pelo qual o Brasil passou na década de 1950, especialmente, na região Sudeste. Em decorrência do desenvolvimento da indústria, o país testemunhou um movimento de migração para as metrópoles da região Sudeste, em especial, a cidade de São Paulo, mas também Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Na capital paulista, por exemplo, a AD estabeleceu suas principais comunidades eclesiais nas periferias onde os migrantes viviam, sendo esse um fator relevante para a conversão dos novos moradores da cidade (Fajardo, 2019). A conversão desses migrantes, frequentemente desencadeada por experiências religiosas durante a migração, funciona como um catalisador para a disseminação dessa fé entre seus contatos sociais (Correa, 2020).

Cabe ressaltar que, embora compartilhem uma mesma identidade, as igrejas ligadas à AD são autônomas e não possuem uma liderança única, pois estão assentadas em muitos ministérios, que são grupos de congregações não ligadas diretamente entre si, liderados por “pastores-presidentes”, num sistema de governo episcopal. A nomenclatura “Assembleia de Deus”, nesse cenário multifacetado, serve mais como uma identidade geral entre os diferentes ministérios, mesmo que cada ministério tenha características específicas. E mesmo em um ministério, organizado em estrutura hierárquica de pirâmide, podem surgir diferentes líderes carismáticos com potencial de ascender na instituição, desafiando o poder sacerdotal já constituído (Alencar, 2013; Fajardo, 2019; Correa, 2020).

Tal modelo de estrutura também se reflete no método de atuação político da igreja, pois, diferentemente da Igreja Universal do Reino de Deus e da Igreja do Evangelho Quadrangular, que restringem seus templos apenas para seus representantes corporativos, dos ministérios da AD emergem candidatos que, mesmo não recebendo o apoio institucional, podem ser ungidos por pastores regionais, ainda que sem a capacidade de mobilizar a máquina eleitoral religiosa.

No caso da AD, cabe à CIEADEP, por meio da Comissão de Cidadania e Assuntos Políticos (CCAP), exercer o papel de ser uma referência na escolha dos nomes que representarão a igreja nos pleitos. Lembrando que os ministérios não têm a obrigação de acatar as escolhas da organização, pois essas instituições são independentes. Todavia, as decisões dessa instituição ainda têm um peso simbólico.

Segundo o estatuto da instituição, o dever da CCAP é “indicar, acompanhar, fiscalizar e monitorar a presença de membros da CIEADEP no processo eleitoral estadual e federal, bem como indicar aqueles que receberão o apoio político” (CIEADEP, 2021, p. 16). O estatuto coloca como requisitos que os candidatos devam apresentar qualificação técnica, experiência pessoal, comportamento cristão exemplar e imaculada vida pública prévia. Não podem estar filiados em um partido político cujo estatuto apresente valores e/ou ideologias que contradigam aqueles defendidos pela instituição.

Os indivíduos que se encaixam no padrão exigido são apresentados ao Conselho de Pastores da CIEADEP e, após a aprovação, são informados para registro em ata na Assembleia Geral da Convenção. Os que são aprovados têm à disposição uma série de benefícios, como espaço reservado para discursar durante os cultos, apoio de figuras ilustres da AD e a mobilização da estrutura institucional a seu favor e uso de cabos eleitorais, como forma de angariar e concentrar votos ao redor de seus representantes. Tal forma de apoio eclesiástico é relevante para conseguir vencer a eleição (Machado; Burity, 2014; Lacerda, 2017; Pérez Guadalupe, 2020), pois a instituição religiosa usa de seu poder social para determinar o comportamento eleitoral de sua comunidade (Magalhães, 2001). Membros de um ministério

podem apoiar um candidato não oficial, embora, obviamente, por não ter o apoio institucional, a angariação de votos será menor.

Podemos compreender esse fenômeno vivido pela AD a partir do conceito de laços fraternais. Segundo Marina Correa (2020), os laços fraternos servem como uma estratégia de racionalidade econômica, voltada ao controle do grupo de fé e conservação das relações sociais. Esse processo pode acontecer por meio da transmissão da tradição, codificação de significados e valores comuns a um grupo religioso. É por meio dos laços fraternos que são tratadas as relações internas entre ministérios da AD. Essa compreensão, com algumas particularidades, pode ajudar a entender o funcionamento da liderança carismática da Cantora Mara Lima.

Os laços fraternais podem ser considerados, desta investigação, como uma estratégia de campanha religiosa, seja ela feita de forma consciente ou não, que busca acionar valores de diferentes ministérios, contanto que compartilhem de uma mesma identidade (de um conjunto de valores e *habitus* em algum grau parecidos) (Bourdieu, 2008), com o objetivo de mobilizar os membros desses diferentes ministérios para o apoiarem em sua campanha eleitoral.

Tal conceito ajuda a explicar, em parte, o desempenho da Cantora Mara Lima em muitas de suas campanhas eleitorais. Max Weber (2004) pode contribuir para essa discussão. Segundo ele, o exercício do carisma ocorre pela veneração extracotidiana da santidade, poder heroico ou caráter exemplar de um indivíduo que seria dotado de dons sobrenaturais, sobre-humanos, extracotidianos ou é considerado um enviado de Deus. O poder do carisma é fundamentado na fé em revelações, bem como na atuação de profetas e na valorização de manifestações de natureza religiosa e política. Esse autor tem uma perspectiva do carisma como sendo resultado das características e atos do indivíduo. Essa figura carismática, busca mostrar ao seu público-alvo (grupo) que a sua missão divina é legítima e, na eventualidade de atingir seu objetivo, as pessoas a quem esse líder carismático buscou convencer de sua missão lhe devem lealdade e subordinação. Nesse sentido, esse conceito de Weber contribui para um melhor entendimento de como a liderança da Cantora Mara funciona e de como ela instrumentaliza seu carisma para legitimar a sua autoridade e sua missão de levar os valores da cosmovisão evangélica para a ALEP. Considerando tais fatores e os limites da presente investigação empírica, o carisma da cantora Mara Lima – manifestado em seus atos, feitos, discursos, relatos e na própria trajetória de vida – legitima-se junto à comunidade evangélica, especialmente, entre os membros da Assembleia de Deus.

Já para Bourdieu (2007), o carisma não seria um resultado exclusivo da subjetividade de um indivíduo, mas produto da conjuntura social. Segundo este autor, os líderes carismáticos atuam como representantes da vontade coletiva de seus seguidores, não o contrário, como entende Weber (2004). Para conseguir angariar apoiadores para a sua causa, o líder carismático

precisa apresentar, em seu discurso⁸, elementos e significados com os quais os grupos que ele pretende conquistar como seguidores se identifiquem, alinhando esses conteúdos discursivos às aspirações e aos valores do seu público. Considerando esse conceito de carisma de Bourdieu, é possível compreender a performance da Cantora Mara Lima a partir do cenário social em que a deputada está inserida.

Resta evidente, após essas ponderações, que o conceito de carisma para Weber (2004) e Bourdieu (2007) acionam diferentes elementos. Weber considera que o carisma é exercido por meio de um indivíduo que apresenta aspectos extracotidianos sob seus seguidores, enquanto Bourdieu defende a ideia de que a conjuntura social, a comunidade, o grupo são os fatores que formam o líder carismático, pois este indivíduo profético reflete de forma quase sistematizada a cosmovisão do grupo de seguidores que pretende atrair para si. Para esta pesquisa, buscamos harmonizar essas ideias, pois entendemos que a Cantora Mara Lima apresenta-se como uma líder carismática que exhibe aspectos que são resultados da conjuntura social, mas também demonstra que seu carisma é construído por ela própria.

Muitas dessas características weberianas são notadas na deputada, pois ela possui o reconhecimento de ser uma figura religiosa. Logo, é considerada como um modelo de evangélica também. O seu “poder heroico” é seu *status* de cantora gospel, aliado ao seu talento para o canto, que também pode ser tido como um dom extracotidiano. Sua performance política também se enquadra como sendo além do ordinário, de modo que seus posicionamentos e bandeiras a fazem ser vista como uma serva de Deus.

Com o entendimento de carisma de Bourdieu (2007), é possível compreender como a conjuntura religiosa pode levar à formação de uma liderança carismática. No caso da deputada, quando ela aciona determinados valores e posicionamentos que fazem parte do *ethos* da AD, ela consegue conquistar apoio de parte significativa deste grupo para ser eleita.

Por meio do diálogo entre Weber e Bourdieu, é possível entender como o carisma da candidata foi acionado nas eleições. O fator que auxilia essa explicação é que parte do carisma produzido pela deputada é resultado de sua posição de cantora gospel (Weber, 2004). Como já discutido, a Cantora Mara Lima fez sucesso por todo o país, durante sua carreira, o que a possibilitou desenvolver o seu próprio carisma.

Nas eleições, a candidata utiliza o seu próprio carisma advindo da fama de cantora gospel e mobiliza valores morais compartilhados pela Assembleia, ainda que de diferentes

⁸ Por discurso, entendemos o sentido de mobilizar elementos juntamente com os significados que estes possuem em sua conjuntura. O discurso, dessa forma, pode aparecer de forma oral, escrito, imagético ou outras configurações além destas mencionadas.

ministérios, o que lhe permite angariar uma relevante quantidade de votos para vencer o pleito (Weber, 2004; Bourdieu, 2008).

É possível sintetizar esse processo colocando o próprio carisma da identidade da cantora gospel como sendo resultado de seu projeto, pois esse é um produto das ações dela como indivíduo, enquanto o acionamento de valores coletivos, do *ethos* dos membros dos ministérios da AD, compondo, destarte, o campo de possibilidades. Essas duas fontes de carisma podem se unir, desenvolvendo, assim, uma líder carismática, que tem uma dimensão individual e outra conjuntural (Velho, 2003). Portanto, haveria um carisma de projeto (mais ligado à concepção weberiana) que é somado ao carisma do campo de possibilidades (voltado mais à concepção de Bourdieu). A deputada conseguiu usar ambas as dimensões do carisma, para performar sua liderança carismática, o que lhe rendeu apoio eleitoral o suficiente para se eleger.

Sintetizando, os laços fraternos seriam aqui uma estratégia que é realizada de forma racional (logo, intencional) ou de maneira inconsciente da liderança carismática, com o objetivo de acionar valores, tradições e símbolos coletivos de diversos ministérios, para mobilizar apoio eleitoral e votos. Embora tenhamos focado no uso desse conceito para explicar a campanha da Cantora Mara Lima, esse também é aplicável à análise de outros pleitos, o que não diminui a importância do apoio da instituição. Afinal, os laços fraternais, *per se*, não são garantia de vitória em uma eleição, mas, como demonstrado no decorrer deste texto, o apoio corporativo tem sido um fator essencial nas suas eleições.

É possível analisar, além disso, a trajetória política da deputada, por intermédio da adoção de um tipo-ideal de performance carismática, considerada uma característica extracotidiana, que se apresenta como um exemplo a ser seguido e é percebida como o representante da vontade divina. O carisma, nessa perspectiva, é gerado e propagado nas relações entre indivíduos, instituições e nas organizações religiosas. Aqui se defende a noção de que a performance carismática não é um fenômeno meramente restrito às características individuais da figura do profeta, nem pode ser reduzido a uma conjuntura na qual o profeta não passa de um mero tradutor do capital social.

A figura do profeta (Weber, 2004) pode equivaler às “celebridades da fé”, como a Cantora Mara Lima. No entanto, a diferença está no fato de que o carisma, aqui, é performático e não de dominação, como originalmente defendido pelo autor. Nesse sentido, o carisma performático fomenta uma intensa energia emocional e opera como um poder de mediação entre o sagrado e os fiéis. Caracteriza-se por compartilhar e fazer transmitir o carisma entre o profeta e os leigos, se alimentando constantemente na ressonância emocional coletiva. Devido a essas características de compartilhamento e não de monopólio do profeta, esse deixa de ser considerado uma dominação e pode ser definido como uma performance que transpassa toda a

igreja, atuando como fonte de sociabilidade que busca mimetizar a figura admirada (Campos, 2011). Olhando para o caminho de considerável sucesso percorrido pela Cantora Mara Lima, a forma que se constitui o culto pentecostal e as alterações que o cenário musical passa, permitem a produção de seu carisma, que foi mimetizado em capital político, com o apoio da estrutura da AD.

Nas eleições de 2014, 2018 e 2022, a Cantora Mara Lima usou elementos religiosos na construção de seus materiais, o que a torna uma líder carismática, que se legitima na coletividade dos fiéis por meio do acionamento de narrações religiosas nas performances emocionais, enquanto na eleição de 2006 e 2010 o carisma, aparentemente, veio do apoio da AD e do *status* de cantora gospel (Weber, 2004; Bourdieu, 2008; Campos, 2011).

Para a candidata usar esse carisma, foi realizada uma estratégia eleitoral que consiste no acionamento de elementos da cultura evangélica e dos valores desse grupo, criando relações afetivas e podendo ser transformadas em apoio eleitoral. O uso de imagens e símbolos evangélicos relembra e traz à tona emoções religiosas, atuando como um código para a cosmovisão da AD, ajudando a definir o espaço da religião pública no pleito (Vital da Cunha, 2021; Mariano, 2022). Como Mircea Eliade (2018) afirma, os símbolos transformam a experiência individual em ato espiritual, produzindo, em virtude disso, uma compreensão metafísica do mundo.

Inferimos, a partir disso, que tal abordagem pode fortalecer os elos que amarram a candidata ao seu eleitorado evangélico e, concomitantemente, tem potencial para proporcionar uma identificação efetiva e afetiva com os valores caros a esse segmento religioso, garantindo a ampliação da base de apoio e, ao mesmo tempo, uma mobilização eficaz durante a campanha.

O universo evangélico é fracionado com diferenças teológicas e doutrinárias, entretanto, ainda há uma cultura compartilhada que possibilita o diálogo entre as diferentes denominações (Sant'Ana, 2017; Vital da Cunha, 2021). A Cantora Mara Lima formulou uma estratégia que mobiliza esses elementos discursivos comuns, como a citação recorrente de versículos e frases religiosas motivacionais que estavam presentes no formato de vídeos curtos, juntamente com trechos de seus hinos. Isso é um meio de acionar os laços fraternais como uma estratégia para aumentar sua influência sobre diferentes ministérios da AD (Correa, 2020). Na Figura 4, a candidata recorreu ao uso de uma passagem bíblica, além da exposição da Bíblia, como forma de reforçar a sua identidade evangélica diante de seu eleitorado. Portanto, a linguagem bíblica foi utilizada como recurso eleitoral. Além disso, é possível inferir que tal estratégia, que busca, evidentemente, atrair votos, pode engajar o eleitorado de forma mais profunda, ao promover uma identificação que se baseia em valores espirituais e na própria experiência religiosa compartilhada.

O uso da Bíblia é frequente nos materiais de campanha eleitoral da Cantora Mara Lima. Isso se deve a este livro ser um elemento central para as igrejas protestantes, sendo considerada a autoridade final, e seus textos serem utilizados para justificar práticas e costumes. Nos círculos assembleianos, os versículos bíblicos são considerados como possuidores de uma energia espiritual com a capacidade de revigorar o ânimo, mesmo que, às vezes, não seja considerado o contexto no qual estão inseridos (Fajardo, 2019). A Bíblia funciona como um símbolo que mobiliza a identidade evangélica e legitima a deputada diante de sua base eleitoral. E, mais especificamente em relação aos membros da AD, o uso de versículos bíblicos aciona a sua identidade religiosa assembleiana, gerando uma identificação com o grupo de votantes e transmitindo a ideia de genuína representante da AD e de seus valores, além de animar sua base eleitoral durante as campanhas. Esse recurso, ao ser repetidamente acionado, reforça o vínculo afetivo e espiritual da candidata com seus eleitores, contribuindo para a construção de uma imagem sólida e aparentemente confiável de líder evangélica, comprometida com os princípios que animam a fé pentecostal.

Figura 4 - Material da Campanha de 2014



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

A performance também engloba a linguagem, pois essa é um elemento que pode constituir identidades, é uma forma de compartilhar as emoções religiosas. Mesmo que a religião evangélica conte com pouca iconografia, a que é apresentada no culto tem um papel central na liturgia, sendo que a forma de discursar bem e de maneira emocional obteve espaço privilegiado nas igrejas pentecostais (Rivera, 2001; Campos, 2011; Fajardo, 2019). Vale lembrar que a Cantora Mara Lima é uma artista gospel, que soube manusear bem esse elemento tão importante do universo evangélico. Mais uma vez, a soma da capacidade individual do

profeta (Weber, 2004) com a potencialidade do capital social (Bourdieu, 2008) ajudam na criação de um líder carismático.

Além disso, compõem o arsenal imagético da Cantora Mara Lima, em especial instrumentalizado nas campanhas eleitorais, a produção de *lives*, *e-flyers* e vídeos autobiográficos. Destacamos, em particular, este último recurso. Os vídeos autobiográficos da deputada no *Youtube* possuem uma boa qualidade e, geralmente (com algumas exceções), têm entre 10 e 15 minutos de duração. Nem todos os vídeos estão em seu canal oficial, sendo alguns possivelmente hospedados por *fan accounts*. O formato de vídeo pode variar, alguns são gravações em que ela fala, de forma simples, da sua biografia; outros já podem possuir um aspecto mais documental.

Nesses vídeos é ressaltada a origem humilde, a violência física que sofria do pai e a conversão que mudou a sua vida. Essa vivência relatada é similar a de muitos evangélicos e serve como uma história de inspiração para os que enfrentam problemas parecidos. Quando se descobre a ascensão social, financeira e política da candidata, é como testemunhar a própria intervenção de Deus na vida dessa pessoa. Tal intervenção pode ser considerada, na perspectiva de Weber (2004), como a superação de uma prova ou sinal de que essa pessoa é “ungida” por Deus, é como líder carismático que passou pela prova e deve ser obedecida sem questionamentos. Seu relato também terá um efeito mimético, pois as pessoas vão contar o relato a outras e tentar usar essa vivência como modelo para se inspirar, imitar e seguir. Isso é visto, não apenas no caso da deputada, mas, também, na relação entre Michele Bolsonaro e suas apoiadoras. Em uma pesquisa, na qual algumas mulheres evangélicas foram entrevistadas, elas afirmaram se identificar com a ex-primeira-dama pelo fato de que Michele apresentava uma origem e vida muito “turbulenta” (Teixeira; Reis, 2023).

Para entender melhor o funcionamento do carisma performado pela Cantora Mara Lima, não basta limitar-se a discutir suas campanhas eleitorais. É válido abordar os feitos da deputada na ALEP, pois servem como o cumprimento das provas de seu carisma, necessário para continuar sua legitimação diante de seus seguidores (Weber, 2004).

As provas que legitimam o carisma da deputada, nessa conjuntura, são as leis propostas por ela que foram aprovadas, como, por exemplo, a Lei 16859 de 2011 – Institui o Dia da Igreja Evangélica Assembleia de Deus do Estado do Paraná, a ser comemorado, anualmente, no dia 21 de abril; a Lei 16890 de 2011 – Institui o ano de 2011 como ano do centenário da Igreja Evangélica Assembleia de Deus do Brasil; a Lei 19.601 de 2018 – Institui o Dia da Juventude Assembleiana. Esses são só alguns exemplos.

A Cantora Mara Lima usa de maneira significativa os seus materiais de campanha para a divulgação dos projetos de sua autoria que viraram leis, mesmo nos mandatos anteriores, com

o objetivo de mostrar que é uma deputada sempre ativa na defesa dos interesses dos cidadãos. Ela até mesmo se identificou como a criadora da bancada evangélica na ALEP.

As próprias bandeiras conservadoras que a Cantora Mara Lima levanta, como a defesa da família, da vida, dos princípios cristãos, da liberdade religiosa e da luta contra a “ideologia de gênero” e legalização das drogas, são tópicos que, quando mobilizados diante do universo evangélico, rendem apoio, pois são valores que esse grupo já possui e que estão sendo traduzidos para o meio público, processo esse que gera legitimidade e produz carisma para a deputada, na perspectiva de Bourdieu (2008). Na visão de Marx Weber (2004), o acionamento de tais valores corresponde à aprovação da líder carismática diante do grupo que ela pretende liderar, o que lhe rende legitimidade.

Considerando toda a discussão sobre o modo de utilização do carisma performático da deputada, é notável que esse se mostrou eficiente em suas campanhas eleitorais, porque é produto de duas fontes de carisma, a individual e a conjuntural, o que fornece mais segurança de uma vitória eleitoral para a candidata. Tal performance pode ser considerada como uma “estratégia carismática” (Dobry, 2014), uma vez que se caracteriza pela figura de um líder carismático que busca oferecer uma “solução” para a crise que ele pretende resolver.

3.3 A atuação da Cantora Mara Lima nas frentes parlamentares e comissões da ALEP

No período analisado por esta pesquisa (2015-2022), foram criadas na ALEP algumas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) temporárias e muitas Frentes Parlamentares. Conforme o estatuto jurídico da ALEP, as CPI “são formadas para o exercício do poder investigatório sobre um fato” (ALEP, 2024). Enquanto as “Frentes Parlamentares são associações suprapartidárias de integrantes do Poder Legislativo que visam discutir um tema específico para procurar soluções ou aprimorar a legislação especializada no assunto” (ALEP, 2023).

A Cantora Mara Lima fez parte de duas CPI e oito Frentes Parlamentares durante o recorte temporal pesquisado. As duas comissões que a deputada integrou investigaram, respectivamente, os problemas relacionados a condomínios no Paraná e a violência contra as mulheres. Quanto às associações suprapartidárias, algumas são mais relevantes desta pesquisa do que outras e, portanto, vão receber um enfoque proporcionalmente maior: em especial, a Frente Parlamentar em Apoio às Escolas Especiais do Estado do Paraná; a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família; e a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, Cuidados e Prevenção às Drogas. Essas são importantes, pois a primeira é presidida pela própria deputada, o que denota que esse tema é de interesse para sua agenda política, e as duas últimas

apresentam temáticas semelhantes e procuram atender a demandas de setores religiosos conservadores: um campo fértil onde a parlamentar busca consolidar sua base de apoio e, sobretudo, intensificar a influência da sua fé evangélica no espaço legislativo. Diante disso, tendo esse fator em consideração, é perceptível que a deputada usa sua posição no Poder Legislativo como forma de defender pautas e expandir a influência de sua denominação evangélica no espaço público.

Além das frentes mencionadas, a Cantora Mara Lima integrou as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI). Como se pode observar no Quadro 2, em ordem cronológica, a primeira CPI a qual a deputada integrou foi a dos condomínios, tendo sido criada em 2014. Esta tratava sobre possíveis irregularidades ligadas aos condomínios que poderiam ter ocorrido no Estado do Paraná. Para realizar os trabalhos da comissão, foram coletados dados e denúncias sobre os condomínios e, após a constatação das irregularidades, um Termo de Compromisso Público foi imposto às empresas administradoras e garantidoras.

No segundo inquérito, disposto no Quadro 2, a CPI trata da violência contra a mulher, apresentando, dessa maneira, um tema que recebeu atenção significativa da Cantora Mara Lima em algumas de suas campanhas eleitorais, como os pleitos de 2010 e 2014, pois uma de suas pautas principais era a defesa dos direitos da mulher, que inclui a proteção da figura feminina contra a violência. Essa Comissão Parlamentar de Inquérito foi proposta pela deputada, visando a descobrir quais eram os principais motivos que provocam as agressões contra as mulheres e desenvolver políticas públicas para enfrentar esse problema. Entre as principais ações do inquérito, foi sugerida a realização de campanhas de conscientização e a criação de redes de proteção e atendimento às mulheres. A deputada demonstra uma valorização da pauta da defesa da mulher, evidenciada em alguns pleitos eleitorais e em sua participação na referida CPI. Porém, observa-se que esse posicionamento não se traduziu em uma produção expressiva de proposições durante a 18ª legislatura (2015-2018). Já na 19ª legislatura (2019-2022), houve um aumento considerável na apresentação de propostas legislativas voltadas a essa temática.

No Quadro 2, mostrado na sequência, apresentamos dados referentes às Comissões Parlamentares de Inquérito temporárias, as quais a Cantora Mara Lima integrou, junto a outros deputados. Durante o período pesquisado, foi destacado o nome das CPI, o objetivo destas e suas principais ações elaboradas.

Quadro 2 - Comissões Parlamentares de Inquérito

Identificação	Objetivos	Ações
CPI – Condomínios. Foi criada em 2014.	Investigar possíveis irregularidades cometidas por administradores de condomínios,	Coletadas opiniões, sugestões, reclamações e denúncias relacionadas aos condomínios. Após constatar as irregularidades, a CPI impôs o

	garantidoras e síndicos, no Estado do Paraná.	Termo de Compromisso Público para as empresas administradoras e garantidoras.
CPI – Violência contra a Mulher. Foi proposta pela Cantora Mara Lima, em 2015, que atuou como presidente.	Investigar ocorrências de violência contra as mulheres no estado do Paraná, para identificar os principais motivos que levam às agressões e pensar no desenvolvimento de políticas públicas para combater essa violência.	Sugestões para desenvolvimento de campanhas de conscientização sobre a violência contra a mulher; redes de proteção e atendimento para mulheres vítimas de agressão. Também foi sugerida a promoção de políticas públicas para a valorização do trabalho feminino.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Quanto às frentes parlamentares, é possível notar no Quadro 3, a seguir, que a Frente Parlamentar em Apoio às Escolas Especiais do Estado do Paraná foi coordenada pela deputada. O intuito desse grupo é promover a inclusão social de pessoas com deficiências nos espaços escolares. Levando essas informações em consideração, é visto que a deputada valorizava a pauta de inclusão no campo da educação. A deputada também teve ações voltadas a incentivar discussões e a escrever um Relatório Estadual sobre o tema da inclusão social.

Deve ser enfatizado que a Cantora Mara Lima esteve presente na Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família e na Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, Cuidados e Prevenção às Drogas. Ambas as associações compartilham a mesma finalidade: a defesa do modelo de família tradicional cristã e a luta contra o aborto. Essa segunda frente, em paralelo, tem seu enfoque na luta contra a descriminalização das drogas.

Além das frentes citadas, a deputada também fez parte de outras associações, conforme o Quadro 3, a seguir, como a Frente Parlamentar Anticorrupção, que tinha como objetivo a regulamentação da Lei Federal anticorrupção 12.846/2013, para possibilitar a indicação ao Poder Executivo; era membro da Frente Parlamentar Municipalista em Defesa da Segurança Pública; compôs a Frente Parlamentar de Apoio ao Comércio; integra a Frente Parlamentar do Plano Estadual de Educação e, ainda, a Frente Parlamentar em Defesa dos Setores de Comércio Gastronômico, Hotelaria e Turismo. Embora a Cantora Mara Lima participasse dessas frentes, que apresentam temáticas ligadas à anticorrupção, apoio ao comércio e valorização da segurança pública, estes temas foram mencionados com pouca frequência e não receberam foco em suas campanhas eleitorais e nem durante o seu 18º e 19º mandato. A pauta da educação aqui mencionada, embora não seja um enfoque tratado diretamente em suas campanhas, é abordado de forma ampla pela deputada, no sentido em que aparece em seus diferentes tipos de discursos e ações como um “satélite”. Isso é evidenciado pela menção ao fato de que a parlamentar criou e coordenou a Frente Parlamentar em Apoio às Escolas Especiais do Estado do Paraná, que

tinha como tema a inclusão de pessoas portadoras de deficiência no campo educacional. Mesmo que o foco esteja na inclusão social, esta ocorre na instituição de ensino. Outro aspecto relevante a ser abordado neste texto, relacionado com a temática da educação, é a luta da Cantora Mara Lima contra a assim chamada “ideologia de gênero” que, geralmente, é uma bandeira que possui alguma relação com a temática educacional, no sentido de que políticos evangélicos têm a tendência de procurar combater a chamada “ideologia” nas escolas (Balthazar; Conradi, 2019). Então, trata-se de um tema que, de igual modo, é importante para a deputada, mesmo que não seja discutido diretamente como as outras temáticas.

Apresentamos, no Quadro 3, uma síntese das frentes parlamentares de que a Cantora Mara Lima participou, durante o recorte temporal desta pesquisa. Destacamos o nome da frente, a finalidade para a qual foi criada e as principais ações desenvolvidas.

Quadro 3 - Frentes Parlamentares

Identificação	Descrição	Ações
Frente Parlamentar em Apoio às Escolas Especiais do Estado do Paraná. Foi criada em 2015, pela própria Cantora Mara Lima.	Promover a inclusão social de pessoas com algum tipo de deficiência, nas escolas regulares e no mercado de trabalho.	Por meio de um conjunto de metas, incentivar o debate sobre o tema da inclusão social, produzir um relatório estadual sobre esse tema e estabelecer um relacionamento entre o Poder Legislativo e as escolas especiais do Paraná.
Frente Parlamentar Anticorrupção. Foi criada em 2015.	Regulamentar a lei federal anticorrupção 12.846/2013.	Foi lançado um site próprio da frente (Lorusso, 2015).
Frente Parlamentar de Apoio ao Comércio. Foi formada em 2015.	Defender e amparar o comércio varejista.	Não foram identificadas ações ou resultados registrados no site da ALEP.
Frente Parlamentar do Plano Estadual de Educação. Foi criada em 2015.	Acompanhar até o final do mandato (2015-2018) a execução e cumprimento das metas do Plano Estadual de Educação do Paraná.	Não foram identificadas ações ou resultados registrados no site da ALEP.
Frente Parlamentar em Defesa dos Setores de Comércio Gastronômico, Hotelaria e Turismo. Foi criada em 2015.	Gerar discussões e propostas que visem apoiar o desenvolvimento destes setores.	No dia 25 de agosto de 2015, foi realizada uma reunião entre os parlamentares e empresários. A finalidade era definir uma agenda para atrair turistas para o Paraná (Budola, 2015).
Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família. Foi criada em 2015 e teve Gilson de Souza como presidente.	O objetivo oficial é “acompanhar e fiscalizar os programas e políticas públicas governamentais destinadas à proteção e garantia dos direitos à vida e da família” (Santana, 2015).	Foi discutida a elaboração do projeto de lei “Escola sem Partido”, que visa a combater a suposta “doutrinação” política e ensino da “ideologia de gênero” nas escolas. Ribas afirma que, nesta reunião, foi abordada a “criação de uma comissão especial para fiscalizar o andamento das ações previstas no Plano Estadual de Educação” (2015). Também apresentou um requerimento que pretendia, por meio de uma moção, retirar todas as menções a “ideologia de

		gênero” e educação sexual da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
Frente Parlamentar Municipalista em Defesa da Segurança Pública. Foi criada em 2015.	Intermediar o diálogo entre o Poder Legislativo, Poder Executivo e os Municípios paranaenses, para resolver os problemas ligados à segurança pública.	Foram realizadas audiências e reuniões de caráter público.
Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, cuidados e prevenção às Drogas. Foi criada em 2019.	Objetivo similar à frente citada anteriormente, mas com o acréscimo da pauta de realização de políticas públicas antidrogas.	Não foram identificadas ações ou resultados registrados no site da ALEP.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

É válido mencionar que a Cantora Mara Lima criou e coordenou a Frente Parlamentar em Apoio às Escolas Especiais do Estado do Paraná⁹, em 2015, por meio do requerimento n. 1049/2015. Essa frente possui como objetivo o incentivo à inclusão social de pessoas portadoras de deficiência nas escolas regulares e no mercado de trabalho.

Além disso, no dia 28 de agosto de 2015, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, foi lançada a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, tendo sido coordenada pelo deputado Gilson de Souza (PSC), pastor vinculado à Igreja do Evangelho Quadrangular. O evento de inauguração da frente contou com a presença de vários deputados e convidados, entre eles estavam o presidente da Igreja do Evangelho Quadrangular, pastor Irineu Rodrigues, que agradeceu os parlamentares por adotarem um posicionamento que, na sua perspectiva, vai produzir benefícios às famílias (*apud* Ribeiro, 2015)¹⁰:

Nós vivemos numa nação democrática, bem aberta, tranquila. E tanto um lado é tem liberdade de expressão quanto o outro lado também tem e toda a liberdade de expressão seus sentimentos, mas nós, né, como é igreja, como instituição eclesiástica, nós temos que nos posicionar, até porque nunca foi fácil criar filhos, imagine neste momento que a gente está vivendo aqui e daqui 10, 15 anos a gente não sabe o que vai acontecer. Então, hoje é essas pessoas que são cabeça pensante, que tem uma visão do futuro, nós temos que realmente tomar posição e fazer a nossa parte enquanto existir um soberano lá em cima, um Deus lá em cima, pessoas tementes aqui embaixo, pessoas, parlamentares né, como o Gilson de Souza e tantos outros colegas dele, promotores públicos que aqui estão. Eu acredito que a família, ela sempre vai permanecer intacta, tranquila e serena, esse é o nosso objetivo (Rodrigues, 2015 *apud* Ribeiro, 2015).

⁹ O nome original da associação era Frente Parlamentar em Defesa das APAES do Paraná. A alteração ocorreu por meio do requerimento n. 1332 (Paraná, 2023), uma vez que a Federação das Apaes do Paraná é uma marca registrada, com proteção em todo o país. Em razão disso, o Poder Legislativo não pode usar a marca.

¹⁰ Irineu Rodrigues foi entrevistado por Claudia Ribeiro. O *podcast* da entrevista está acompanhado de um texto jornalístico que contém informações sobre o lançamento da frente (Ribeiro, 2015).

Essa frente definiu como objetivo principal “acompanhar e fiscalizar os programas e políticas públicas governamentais destinadas à proteção e garantia dos direitos à vida e à família” (Santana, 2015).

Tal finalidade pode ser percebida, ainda, em movimentos que advogam a defesa da vida e da família, como o dessa frente, que foram desenvolvidos em grande parte do Brasil. Eles surgiram como uma forma de oposição ao avanço de demandas minoritárias, notadamente, após o ano de 2003, por exemplo, quando o governo Lula promoveu ações de igualdade de gênero que atendiam ao interesse do movimento feminista e de grupos LGBTQIA⁺. Tais iniciativas pressupunham a implementação de leis contra a homofobia e a elaboração do terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos, que levaram a uma ampla discussão dessas questões no espaço público (Burity, 2018). Além disso, no ano de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) equiparou a união entre duas pessoas de mesmo sexo à união de pessoas de sexos opostos.

Durante a década de 2010, o cenário da política nacional passou pelo aumento da crítica e oposição aos direitos LGBTQIA⁺. Na perspectiva da política parlamentar-partidária, o combate contra os direitos das mulheres e LGBTQIA⁺ se firmou, de forma geral, por meio de alianças entre políticos conservadores, especialmente, entre evangélicos e católicos, de partidos de centro-direita e de direita (Bulgarelli, 2018). Somado a esses fatores, essa frente surge em uma conjuntura pós-Jornadas de Junho de 2013. Esses protestos ocorridos durante as jornadas levaram a uma ascensão do conservadorismo no Brasil (Burity, 2018). Portanto, esse grupo legislativo do Paraná foi criado em uma conjuntura política favorável a seu objetivo de defesa da família tradicional e da vida.

É pertinente observar que a frente discutida não advoga em favor de qualquer tipo de estrutura familiar, mas, especificamente, em prol do modelo tradicional de família, conforme delineado por Gilson de Souza (2015). Os políticos evangélicos conservadores defendem um conceito de família que se define como “o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (Brasil, 2013). Nesta estrutura, cada membro desempenha um papel específico, com o homem assumindo o papel de líder do lar e provedor, enquanto a mulher é encarregada das tarefas de cuidado, educação dos filhos e perpetuação da linhagem, subserviente à autoridade paternal. Os filhos, por sua vez, têm a responsabilidade de obedecer às diretrizes e regras parentais, uma vez que o modelo tradicional é considerado como a guarda dos valores cristãos. Outras configurações familiares são desconsideradas como legítimas na perspectiva dos políticos evangélicos conservadores, que sustentam o discurso de defesa da família tradicional.

É relevante ressaltar que o emprego do termo “defender” nesse contexto implica que, para os políticos evangélicos conservadores, o arranjo familiar heterossexual é percebido como ameaçado ou em risco (Mezzomo; Silva; Pátaro, 2021), e que eles mobilizam esforços em sua proteção mesmo no âmbito da Assembleia. Como se vê, essa percepção de ameaça justifica a adoção de discursos moralizantes e a proposição de medidas legislativas que reforcem esse modelo específico de família, que é evidenciado, frequentemente, como oposição direta a outras configurações familiares. No entanto, é preciso registrar que essa pretensa defesa não se traduz, necessariamente, em políticas públicas voltadas à garantia de direitos ou ao fortalecimento material das famílias, já que se restringe a uma perspectiva meramente normativa que busca legitimar um ideal moralizante.

Considerando isso, a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família tem como uma de suas principais pautas a defesa da vida. Essa bandeira é mobilizada pela Igreja Católica e por algumas igrejas protestantes. Esse posicionamento em prol da defesa da vida é caracterizado por ser contrário à interrupção da gravidez. A oposição política a tal procedimento foi adotada por grupos de cristãos conservadores, que são os principais defensores deste posicionamento, pois, na perspectiva da cosmovisão cristã, o aborto é considerado uma forma de assassinato, não importando o período gestacional em que o procedimento ocorre e nem sua motivação. Essa, aliás, tem sido uma posição comum de políticos evangélicos conservadores, que têm ganhado força no Brasil e na América Latina, desde o início do século XXI (Machado, 2017; Mariano, 2022).

Segundo o deputado Gilson de Souza (2015 *apud* Santana, 2015), o objetivo dessa frente é, também, “realizar um trabalho forte junto às escolas, para acompanhar de perto os materiais didáticos que são oferecidos aos alunos das escolas públicas”. Como essa frente se propõe a ser defensora da família tradicional, a pretensão de verificar os materiais didáticos é um indicativo que esta bancada se propõe a lutar contra a chamada “ideologia de gênero”.

É necessário realizar uma reflexão nesse contexto, sobre o conceito de “ideologia de gênero” e sua origem, pois está muito presente nas discussões de políticos evangélicos conservadores e nos discursos da Cantora Mara Lima.

O termo “ideologia de gênero” foi construído a partir da década de 1990. Um marco importante para o processo de criação desse conceito tem a ver com a Conferência Internacional da Mulher, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Pequim (1995). Nesta reunião, lideranças católicas questionaram o conceito de gênero utilizado por ativistas feministas. Outro momento importante foi na Comissão Episcopal do Apostolado Laical e a Conferência Episcopal do Peru, na qual foi lançado um documento que relacionava a “ideologia

de gênero” ao ateísmo, marxismo, afirmando, ademais, que a perspectiva de gênero negaria a dimensão natural dos homens e mulheres (Machado, 2018).

Mas é preciso dizer que a “ideologia de gênero”, nos discursos de candidatos, é um conceito vago, podendo assumir muitos significados diferentes. Quem seriam os autores dessa ideologia que procura “corromper” as crianças? Os professores, as feministas, os grupos LGBTQIA⁺? Esse enunciado, que parece apostar na receptividade do senso comum, acusa geralmente o inimigo, que seria o “outro”, de querer atacar a pureza e inocência das crianças por meio da propagação dessa ideologia. A intenção de utilizar esse léxico não é outra senão instigar os afetos sociais, sem atacar diretamente a comunidade LGBTQIA⁺ e conquistar o apoio do eleitorado mediante pânico moral (Anjos; Mezzomo; 2022). A luta de políticos contra a “ideologia de gênero” também pode ser considerada uma forma de defesa da estrutura da família tradicional (Mezzomo; Silva; Pátaro, 2021).

Discutindo ainda sobre a “ideologia de gênero”, em 21 de novembro de 2017, alguns deputados conservadores da ALEP, incluindo a Cantora Mara Lima, exigiram o envio de uma moção ao Ministro da Educação (MEC) e ao presidente do Conselho Nacional de Educação, pedindo a retirada de todas as menções a conteúdos referentes a “ideologia de gênero” e educação sexual da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (ALEP, 2017). A justificativa dessa solicitação seria que a inserção dessas temáticas é considerada uma violação do direito constitucional da educação moral que os pais possuem sobre seus filhos, afirmando, ainda, que não há fundamento científico que ampare tal “ideologia”.

O pânico moral presente no requerimento chega ao ponto de afirmar que a “ideologia de gênero” na BNCC teria o intuito de usar crianças e adolescentes como experimentos científicos e, ainda, aponta o risco de que o Governo Federal poderia, futuramente, ter de indenizar toda a população que terá sofrido algum dano psicológico, moral e/ou estético, por ser submetida, em algum momento, à abordagem desse tema.

Esse documento também acusou o Ministério da Educação (MEC) de desrespeitar a vontade popular por colocar a “ideologia de gênero” na BNCC. Com isso, se afirma a necessidade de salvar as crianças e adolescentes dessa “ideologização”. Foi considerado inadmissível que o Estado tente “impor” conceitos de ideologias, orientação sexual, moral, política e religiosa. Em adição, é afirmado que a escola só pode ensinar conteúdos voltados a capacitar os jovens para o mercado de trabalho. A Cantora Mara Lima assinou o requerimento, assim como outros membros da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, o que evidencia o seu apoio às ideias e declarações desse documento.

A pretensão da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família em lutar contra a “ideologia de gênero” é novamente reforçada quando foi realizada a sua primeira reunião de

trabalho, na Sala das Comissões da Assembleia Legislativa, no dia 22 de novembro de 2015, quando o termo “ideologia de gênero” foi citado (Ribas, 2015). Ainda nesse encontro, foi discutida a elaboração do projeto de lei “Escola sem Partido”, que visa a combater a suposta “doutrinação” política e ensino da “ideologia de gênero”¹¹ nas escolas. Ribas (2015) afirma que, nessa reunião, foi discutida a “criação de uma comissão especial para fiscalizar o andamento das ações previstas no Plano Estadual de Educação”. A função dessa comissão, além do mais, é se opor à “doutrinação” nas salas de aulas e que nelas estavam trazendo conteúdos para os estudantes, que não estariam presentes no plano, segundo o deputado Gilson de Souza. Continua o deputado, que é pastor da IEQ, de querer “uma parceria com a frente que já existe em Brasília para defender as bandeiras da família”, referindo-se à Bancada Evangélica¹² que atua no Congresso Nacional (*apud* Santana, 2015).

Em 8 de dezembro de 2015, a Cantora Mara Lima fez um discurso¹³ no plenário sobre o Dia da Família, no qual falou acerca da importância dos laços familiares conforme o modelo patriarcal e citou que ela e seus colegas da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família lutam por essa instituição:

Eu reconheço a importância da família e tenho lutado por esse direito, junto aos meus colegas. Eu tenho certeza que todos que estão aqui, todos os 54, em especial a Bancada Evangélica, também a Frente Parlamentar em Defesa da Família da qual eu faço parte, e como presidente tem o Pastor Gilson de Souza (Lima, 2015).

Vale mencionar que a Bancada Evangélica do Paraná não é um sinônimo de Frente Parlamentar em Defesa da Família, no sentido oficial, pois a primeira é uma associação informal de deputados. Entretanto, muitos membros da Frente faziam parte da Bancada, em 2015, como, por exemplo, a própria Cantora Mara Lima, que era a presidente desse grupo, Gilson de Souza, Artagão Júnior, Claudia Pereira, Jonas Guimarães e o Pastor Arruda. Essa sobreposição de integrantes evidencia a fluidez das alianças políticas e demonstra como vínculos ideológicos e estratégicos são capazes de transcender estruturas formais para fortalecer a articulação de pautas conservadoras no legislativo paranaense, como já ocorre no Parlamento Federal.

¹¹ O termo “ideologia de gênero” foi usado no *podcast* “Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família debate ações do plano estadual de educação”, que tinha sido publicado juntamente numa notícia no site oficial da ALEP, pela entrevistadora Claudia Ribeiro (2015). Inclusive, o próprio Gilson de Souza é entrevistado neste *podcast*, em que afirma que nesta reunião da frente seriam discutidas estratégias para se opor à “doutrinação” dentro das salas de aula.

¹² O “seu nome oficial é Frente Parlamentar Evangélica, mas essa frente é correntemente chamada de bancada evangélica pela mídia, pela literatura científica, pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) e por seus próprios membros” (Prandi; Santos, 2017, p. 187).

¹³ Na página oficial do *Facebook* da Cantora Mara Lima, foi postado um vídeo em 8 de dezembro de 2015, nele está o discurso feito pela deputada.

Devido a tantos membros fazerem parte de ambos os grupos, não se pode considerar que as associações agem de forma totalmente distinta. Em função disso, quando a Bancada atua em prol de uma finalidade, a Frente também a auxilia, mesmo que de maneira informal. Na Figura 5, ilustrativamente, são apresentadas as postagens de 2 de dezembro de 2015. Nelas, é possível perceber ambas as associações agindo juntas. Nesta figura, é evidenciada a realização de um culto para agradecer a Deus pelo ano de 2015. A Cantora Mara Lima publicou em seu *Facebook*, nesse mesmo dia, uma descrição de quem participou do evento, com muitas fotos da deputada com outros participantes. Esse tipo de ação conjunta entre a Bancada e a Frente reflete uma sinergia entre os grupos, que, embora possam ter diferenças em seus objetivos específicos, compartilham entre si uma visão comum e uma abordagem colaborativa para atingir suas metas. A realização do culto, como mostrado na figura, simboliza essa união, ao mesmo tempo em que fortalece a imagem da Cantora Mara Lima como uma figura central na articulação entre os membros de ambos os grupos, destacando seu papel de liderança religiosa e política.

Ainda, é possível notar na descrição das fotos desse dia, a presença de membros da Bancada Evangélica da ALEP e da Frente Parlamentar em Defesa da Família. Vários dos que compõem a segunda compareceram, tendo seus nomes evidenciados no início do *post* e aparecendo todos na última foto. É interessante notar que, embora Gilson seja o presidente da Frente, é a Cantora Mara Lima que está sentada no centro da mesa do plenário da ALEP, lembrando que a deputada é a presidente da Bancada Evangélica do Paraná. Sob essa ótica, ela é uma protagonista no processo de “evangelização” do legislativo paranaense, já que tal centralidade, de que a deputada parece não abrir mão, destaca seu papel como líder de um movimento crescente na política estadual.

Neste evento, foi publicada a foto de um material produzido pela Bancada Evangélica paranaense. A imagem apresenta a seguinte frase: “preservando os valores da família cristã, da ética, da vida, da liberdade religiosa e de uma sociedade justa” (Lima, 2015). De modo similar, é mostrada a foto de um homem com sua esposa e filha, sugerindo, assim, a mensagem de que esse é o modelo de família cristã. Essa representação, portanto, reforça a identidade conservadora da bancada que se quer transmitir às bases de apoio.

A Figura 5 mostra o alinhamento dessa bancada do Paraná com a Frente Parlamentar em Defesa da Família e com a Bancada Evangélica do Congresso Federal, visto que esse grupo de Brasília também defende o que seriam considerados os valores da família cristã e da vida (Prandi; Santos, 2017; Bulgarelli, 2018; Mariano, 2022). Reforçando esse ponto, Daiana Nunes da Rosa (2019) afirma que movimentos evangélicos na ALEP não se isolam das ações coordenadas da Bancada Evangélica no Congresso Nacional. Assim, esse aparente uníssono entre as vozes parlamentares estaduais e a federal, que utilizam o discurso evangélico quase

como língua materna, demonstra, na nossa interpretação, uma crescente mobilização de uma agenda conservadora que atravessa diferentes esferas políticas, unificando discursos e práticas dentro do campo religioso.

Figura 5 - Culto na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP)



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Para falar sobre a Bancada Evangélica e sua agenda política, é válido, primeiramente, que seja discutido sobre quando e como ela surgiu. Segundo Ricardo Mariano (2016), é durante a redemocratização do Brasil que grupos evangélicos conseguem expandir sua influência na política de forma significativa. Se o ditado, antes, era de que “crente não se envolve em política”, agora, a máxima se inverte: “irmão vota em irmão”. A Bancada Evangélica é, mais especificamente, formada durante o momento da constituinte.

Desde o seu início, os membros da Bancada Evangélica se declararam como representantes de Deus no Parlamento Federal e defensores da família tradicional e da moralidade bíblica, assumiram comissões estratégicas para se oporem a reivindicações dos movimentos feministas e LGBTQIA+ (veto à proibição da discriminação por orientação sexual), lutam contra o que é considerado pelos membros da bancada como sendo um desvio

dos valores cristãos, como a legalização do aborto, o casamento homoafetivo, a legalização das drogas e defendem a sua liberdade religiosa e objetivos corporativistas (Bulgarelli, 2018; Mariano, 2022).

É possível perceber que tanto a Bancada Evangélica do legislativo federal quanto a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família da Assembleia Legislativa do Paraná compartilham similaridades em suas agendas. Ambos os grupos defendem o modelo de família tradicional e se posicionam contra o aborto. Além disso, alguns deputados dessa frente já tiveram proposições voltadas à garantia da liberdade religiosa (Pátaro *et al.*, 2018). Com isso, as demandas de setores conservadores evangélicos do cenário nacional, que levaram à criação da bancada, igualmente, podem ser vistas em setores evangélicos na conjuntura política paranaense, que resultou na formação dessa frente.

Na Figura 6, estão presentes os deputados estaduais que fazem parte da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família. A Cantora Mara Lima pode ser vista à direita, ao lado de Gilson de Souza. A faixa da frente exibe a imagem de um homem (em azul), representando o marido, e uma mulher (em rosa), que simboliza a esposa, e os dois estão ao lado um do outro representando a união entre ambos (relacionamento ou matrimônio), com a imagem de um feto envolta em um coração vermelho no meio dos dois, invocando a noção de que o feto já é considerado com um membro do núcleo familiar e esse é o formato da família tradicional. Também transmite a ideia de que é papel dos pais amar o feto e, portanto, protegê-lo dos perigos e ameaças.

Figura 6 - Lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família



Fonte: Santana (2015).

Outra frente semelhante à anterior foi fundada em 2019. Trata-se da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, Cuidados e Prevenção às Drogas, proposta também pelo

deputado estadual Gilson de Souza. O objetivo é parecido ao da bancada predecessora, mas com o detalhe de que aparenta fornecer uma visibilidade maior à discussão de políticas públicas antidrogas, quando comparada com sua versão de 2015. Merece destaque o fato de que a interferência da religião no poder público confronta o princípio de laicidade do Estado brasileiro, instalado no Brasil pela Constituição republicana de 1891 e que prevê a separação da Igreja e do Estado (Schwarcz; Starling, 2018).

Após discutir sobre essas associações religiosas presentes na ALEP e algumas de suas ações, é possível perceber que estas operam para fazer valer suas demandas que foram desenvolvidas a partir da convivência das igrejas evangélicas e implantar seu *ethos* na legislação estadual. A expansão da influência evangélica no poder legislativo do Paraná é identificada, igualmente, no cenário nacional, em que as lideranças pentecostais:

Optaram por uma estratégia de representação eleitoral autônoma (“corporativa”) que, pelo seu sucesso, foi se redefinindo paulatinamente em termos de uma pretensão a tornarem-se governo, participando como tais (ou seja, como grupo religioso) em negociações de coalizões, ocupando diferentes partidos e buscando controlá-los (Burity, 2018, p. 36).

Após descrever as frentes das quais a Cantora Mara Lima fez parte na ALEP, é possível perceber que alguns elementos são mais recorrentes e prioritários para a deputada nos dois mandatos. Esses assuntos são a anticorrupção, a segurança pública, o comércio e, em especial, a pauta antidrogas, educação, defesa da família e da vida.

Durante a 18ª legislatura (2015-2018), a deputada participou em um número maior de frentes parlamentares, se comparado com a 19ª legislação (2018-2022), visto que nessa foi criada apenas a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, Cuidados e Prevenção às Drogas. Falar das frentes é importante, pois, nesses espaços de sociabilidade, os legisladores passam a compor o campo de possibilidades em que a Cantora Mara Lima está inserida, influenciando e sendo influenciada pelas relações de poder. Esses elementos instigam no sentido de que essas associações constroem uma conjuntura na qual ocorre o favorecimento da deputada, ao apoiar determinadas pautas (que ela concorda), porém, ainda assim, essas têm de ser discutidas pela associação de deputados da qual ela faz parte. Para isso, é necessário que ela concilie suas visões sobre o tema específico com a dos colegas, como forma de angariar apoio para seus posicionamentos e proposições. Nas agremiações, os deputados agem juntos e não de forma totalmente individual para aprovar projetos de seus interesses.

Nesta seção, pontuamos alguns aspectos das campanhas eleitorais, presentes desde 2006, quando a Cantora Mara Lima debutou na política partidária. Consideramos que a constituição de seu carisma se dá pelo protagonismo individual e pela dimensão conjuntural, mesclando elementos, símbolos e pautas do mundo evangélico e do cenário político estadual e nacional. É nesse contexto que a deputada marca presença efetiva nas frentes e comissões parlamentares de inquérito.

Com essas ponderações, é possível ter uma percepção do campo de possibilidades da deputada, que, por sua vez, possibilita um melhor entendimento sobre a sua produção legislativa, levando em conta que sua conjuntura pode influenciar o seu modo de legislar. Com a descrição das articulações políticas da Cantora Mara Lima, identificamos posicionamentos e valores acionados, que são bandeiras, em grande parte, de perfil conservador e que derivam da cosmovisão cristã-evangélica, como a defesa da vida e o modelo de família tradicional.

Tendo presente essas compreensões, na próxima seção, tabulamos e analisamos as proposições apresentadas pela Cantora Mara Lima, no exercício das duas legislaturas, a 18ª e 19ª iniciadas, respectivamente, em 2015 e 2019.

4 “QUE JESUS CRISTO É O SENHOR DE TODAS AS NAÇÕES”: PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS DA CANTORA MARA LIMA

A Cantora Mara Lima, ao longo da sua gestão parlamentar de 2015-2018 e 2019-2022, apresentou uma quantidade significativa de produções legislativas, abrangendo uma variedade de temas, especialmente em relação a temáticas ligadas à religião e assumindo o *ethos* evangélico na sua prática legislativa, afinal, na sua perspectiva, estaria atendendo a um chamado de Deus.

Considerando essa alta quantidade de material legislativo produzido, esta seção tem como objetivo identificar e analisar o perfil de seu mandato, tomando por base as proposições apresentadas na ALEP. As proposições são constituídas por projetos de lei, projetos de resolução e requerimentos¹⁴, que são apresentados no plenário ou em trâmite nas comissões da Câmara. Visando ao propósito de percorrer o desempenho da Cantora Mara Lima, essa seção foi organizada em quatro momentos, articulados entre si, que compreendem a coleta, a tabulação e a análise da produção legislativa.

Como primeira ação, é descrito o trabalho de organização do material empírico, a realização de seu levantamento, coleta e tabulação. Nesse estágio foram construídas dez categorias temáticas, que foram possíveis de serem concebidas a partir das proposições.

No segundo momento foi discutido sobre a produção legislativa do mandato de 2015-2018, começando com a apresentação dos dados coletados de forma descritiva, seguida de sua análise. Para discutir essas informações, foram construídos gráficos e tabelas, nos quais é exibida a quantidade de cada tipo de proposição, no sentido de quantos projetos de lei, projetos de resolução e requerimentos foram produzidos em cada um dos quatro anos desta legislatura, além da apresentação da quantidade de temáticas identificadas. Na sequência, fizemos o mesmo exercício, tomando por base o mandato de 2019-2022.

Por fim, após ter concluída a descrição e análise dos dois mandatos, 2015-2018 e 2019-2022, procuramos estabelecer comparações entre os dois períodos de legislatura, identificando especificidades, mudanças e recorrências presentes no exercício legislativo da deputada. Vale mencionar que fazemos esses movimentos, buscando compreender a articulação entre o projeto

¹⁴ As proposições legislativas da Cantora Mara Lima foram acessadas no site da ALEP. Para tanto, tomamos os seguintes passos e procedimentos: no site oficial da ALEP, a aba legislação, selecionamos pesquisa legislativa e acessamos o tópico proposições. Após esse procedimento, o usuário é direcionado para uma nova página, ao lado esquerdo dela está localizada uma guia, com vários tópicos diferentes para serem selecionados ou preenchidos, a fim de filtrar as informações referentes à deputada Cantora Mara Lima. A página permite a pesquisa sobre proposições legislativas do Paraná, que pode ser acessada a partir do seguinte link: <https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/proposicao>.

e o campo de possibilidades da deputada na produção de proposições (Velho, 2003), no sentido de entender seu perfil legislativo ao longo dos dois mandatos.

4.1 Organização das proposições produzidas nos mandatos 2015-2018 e 2019-2022

A maioria da população brasileira segue alguma religião e os estados da região Sul também apresentam um elevado grau de pertencimento religioso. Segundo dados coletados por uma pesquisa do Datafolha em 2020 (Pestana, 2021), na referida região, 53% da população são católicos, 30% estão vinculados a alguma denominação evangélica, 9% não professam nenhuma religiosidade específica, 3% seguem alguma religião de matriz afro (Candomblé, Umbanda e outros), 3% se identificam como espíritas, 1% é composto por ateus e 1% professa outras religiões.

Os evangélicos, representando 30% do Sul do país, são parcela significativa da população. Portanto, no estado do Paraná, essa parte da população também possui uma presença expressiva, inclusive, na conjuntura política, na qual elegem deputados para representar e atuarem em nome dos interesses de sua denominação (Pátaro; Mezzomo; Rosa; Silva, 2018; Mezzomo; Anjos; Oro, 2021).

Para a organização empírica, procedemos à coleta, descrição e análise das proposições produzidas pela Cantora Mara Lima na ALEP, durante a sua 18ª (2015-2018) e 19ª legislatura (2019-2022). Todos os dados e gráficos foram tabulados em planilhas do *Excel* e o material analisado foi baixado em formato PDF do site da Assembleia.

Primeiramente, realizamos o levantamento do número de produções legislativas de cada ano, pertencentes aos mandatos pesquisados da deputada (2015-2022). Em seguida, foi realizada a catalogação das informações básicas de todos os projetos de lei, projetos de resolução e requerimentos. Registramos a data de entrada das proposições, quando a deputada oficializa a proposição na ALEP, que nem sempre é a data de protocolo. Vale observar que, em alguns casos, o arquivo PDF não estava disponível, com alguns requerimentos dos anos de 2020 e 2021. Outro dado registrado foi o tipo de proposição, sendo um projeto de lei¹⁵, projeto de

¹⁵ “Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência da Assembleia com a sanção do Governador, nos termos da Constituição do Estado” (Regimento Interno da ALEP, 2016, art. 159, § 1º).

resolução¹⁶ ou requerimento¹⁷. Também foram anotados número de protocolo, título, resumo dos projetos (ementa) e autoria das proposições, que às vezes era coletiva.

As categorias temáticas foram construídas a partir das proposições, tomando por base os seus conteúdos, que foram sistematizados com a leitura do ementário. Trata-se de um movimento que procura aproximar e separar as matérias conforme afinidade e coerência temática. Levamos, ainda, em consideração, os tipos de produção, tais como projetos de lei, projetos de resolução e requerimentos. Criamos dez categorias temáticas, que apresentamos a seguir:

1) **Homenagens:** Voltada à concessão de títulos e congratulação de indivíduos, grupos e instituições. Também está identificada nessa categoria a exaltação do significado de determinados dias e meses, aniversários, lutos, criação de datas especiais.

2) **Religião:** Foram incluídas nesse campo as questões morais, propostas que visam a defender a liberdade religiosa, a realização de cultos no Plenário da ALEP, homenagens a instituições eclesásticas ou líderes e figuras religiosas, enaltecer datas sagradas comemorativas.

3) **Saúde:** Engloba propostas voltadas à saúde, conscientização sobre problemas de saúde e doenças. Arrecadação de recursos para a área da saúde pública. Homenagens específicas para hospitais, datas e figuras médicas ou do ramo da enfermagem.

4) **Educação:** Foram destacadas as medidas legislativas voltadas ao setor educacional, instituições educacionais, campanhas de conscientização sobre temas do campo educacional e questões relacionadas às APAES também estão inseridas nessa categoria.

5) **Segurança:** Inseridos nesse campo os materiais ligados à segurança pública, criminalidade, violência, ações judiciais ligadas a questões criminais, produção legislativa que institui regras e orientações voltadas à proteção das pessoas contra a violência e acidentes, como, por exemplo, incêndios e outros. Também estão inseridas nessa área, homenagens a servidores públicos que trabalham com a segurança.

6) **Defesa da mulher:** Propostas voltadas a defender a mulher contra os variados tipos de violência, valorização das mulheres no mercado de trabalho e na vida social. Também estão inseridas nesta categorização as homenagens a figuras, grupos ou instituições ligadas ao tema da defesa da mulher.

¹⁶ Os requerimentos “são pedidos dirigidos ao Presidente da Assembleia, sobre objeto de expediente ou de ordem, por qualquer Deputado ou Comissão. Os requerimentos são de duas espécies: I – os sujeitos a despacho do Presidente; II – os sujeitos à deliberação da Assembleia” (Regimento Interno da ALEP, 2016, art. 166). Existem 42 tipos de requerimentos, que são descritos e regulados pelos artigos 167, 168, 169, 170 e 171.

¹⁷ Os “projetos de resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual sobre os quais a Assembleia deva se pronunciar exclusivamente em casos concretos” (Regimento Interno da ALEP, 2016, art. 159, § 2º).

7) **Infraestrutura:** Nesta área, foram catalogadas as proposições relacionadas ao setor de produção de energia, desenvolvimento e manutenção de rodovias e prédios públicos, assim como propostas voltadas a evitar acidentes de trânsito em edificações e com produtos químicos.

8) **Cultura e Esporte:** Nessa categoria, foram classificadas as propostas voltadas à defesa do patrimônio cultural, da conservação, divulgação e incentivo da cultura. Produções legislativas que estão alinhadas aos interesses da classe artística. Nesta área, também estão inclusas medidas focadas nas atividades, instituições, eventos e datas ligadas a práticas esportivas.

9) **Economia e comércio:** Essa categoria engloba questões relacionadas ao comércio e a atividades econômicas do Paraná e tópicos referentes a tarifas, além de propostas ligadas a questões trabalhistas.

10) **Outros:** Nesta temática, foram inseridas as proposições relacionadas a trabalhos internos da ALEP ou que não têm afinidade com as outras categorias. Pedidos de arquivamento de proposições e pedidos de coautoria de outros deputados, pertencem a esta temática.

Em relação a essas categorias temáticas, é necessário proceder à seguinte observação: embora exista uma categoria própria para homenagens, as proposições que apresentam felicitações ligadas a alguma área específica foram analisadas de acordo com a natureza do conteúdo abordado, sendo inseridas em sua respectiva temática. Dessa maneira, não se trata apenas de identificar um ato de homenagem, mas, sobretudo, de compreender o contexto e a finalidade do objeto celebrado. Por exemplo, o Requerimento 4196/2016, que congratula o Hospital Universitário de Londrina, ainda que se configure como uma homenagem, foi classificado na temática da saúde, pois o objeto exaltado – no caso, a instituição hospitalar – possui função e relevância inerentes à área.

As porcentagens apresentadas nos gráficos desta investigação foram obtidas por meio da regra de três – método clássico para determinar uma quantidade desconhecida, mantendo a mesma relação proporcional entre dois valores conhecidos –, de maneira que os resultados foram submetidos a um arredondamento simples. Dessa forma, alguns valores percentuais podem não somar exatamente 100% e, logo, ser considerados aproximações. Além disso, as porcentagens que aparecem como zero podem, na realidade, representar números muito próximos de zero, mas não necessariamente o zero absoluto, devido ao arredondamento aplicado.

Tendo considerada a sistematização e categorização do material empírico, foi realizada a análise dos dados destas produções, possibilitando dessa maneira, a compressão do desempenho dos mandatos da deputada, que são discutidos a seguir.

4.2 Perfil do mandato legislativo de 2015-2018

A Cantora Mara Lima foi reeleita no pleito de 2014, para um novo mandato na ALEP, que se iniciou em 2015 e finalizou em 2018. Durante essa legislatura, ela produziu uma quantidade expressiva de matérias, conforme sintetizado no Quadro 4, disposto a seguir. Intuímos que a intensa atividade legislativa pode evidenciar, é verdade, um comprometimento genuíno com as pautas defendidas por sua base eleitoral. Por outro lado, não se pode desconsiderar que se trate, também, de uma estratégia política para ampliar o alcance de sua atuação, robustecendo sua influência no cenário político paranaense.

Quadro 4 - Tipos e quantidades das proposições apresentadas pela Cantora Mara Lima, no mandato 2015-2018

Ano	Projetos de Lei	Projetos de Resolução	Requerimentos	Total geral
2015	15	1	362	378
2016	10	1	77	88
2017	12	0	96	108
2018	7	1	123	131
Total parcial	44	3	658	705

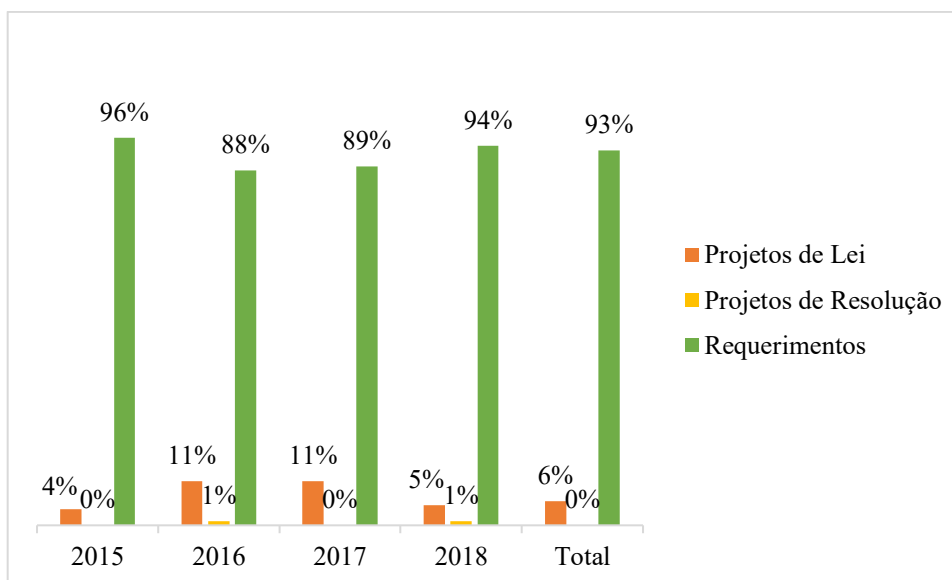
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Durante o seu mandato na 18ª legislatura (2015-2018), a Cantora Mara Lima demonstrou uma intensa atividade legislativa ao produzir um total de 705 proposições. Dentre elas: 44 eram projetos de lei; três projetos de resolução; e 658 requerimentos, demonstrando uma nítida preferência pelo uso dos requerimentos como instrumento de atuação parlamentar.

Tal predominância sugere que, para a deputada, os requerimentos foram a ferramenta mais eficaz para tratar de questões pontuais e obter respostas rápidas do Legislativo. Em contrapartida, os projetos de lei, por sua vez, receberam um foco secundário, e os projetos de resolução praticamente não foram explorados, o que indica que a proposição de novas normas não foi sua prioridade máxima.

Seja como for, a distribuição desses tipos de proposições, apresentada no Gráfico 1, permite visualizar a variação anual e confirma as tendências e estratégias adotadas pela Cantora Mara Lima durante seu mandato.

Gráfico 1 - Produção de cada tipo de proposição, no mandato 2015-2018



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Em todos os anos de seu mandato na 18ª legislatura, a Cantora Mara Lima protocolou uma grande quantidade de requerimentos, maior que os outros dois tipos de materiais. Essa quantidade está sempre acima do valor de 86%, sendo o ano de maior produção desta categoria em 2015, contando com 96%, ainda que, no ano seguinte, tenha sido menor sua produção, representando 88% que, embora apresente um percentual menor de requerimentos, sua proporção ainda é maior que todas as outras porcentagens, referentes a outras proposições, que são descritas a seguir.

Diferentemente dos requerimentos, os projetos de lei não receberam tanto foco, não tendo ultrapassado o valor de 11% em nenhum dos anos desta legislatura. Nos anos de 2016 e 2017, a porcentagem de produções deste tipo de projeto foi de 11%, maiores valores deste tipo de proposta no referido mandato e, em 2015, foram registrados 4%, a menor quantidade desta categoria.

Quanto aos projetos de resolução, estes foram os que menos receberam foco da Cantora Mara Lima, pois a frequência de sua produção foi baixa. No total, foram produzidos apenas três projetos de resolução, sendo um escrito por ano, menos em 2017. No ano de 2015, foi escrito apenas uma proposição deste tipo, que em relação a toda quantidade de material legislativo produzido no mesmo período, equivale a 0%. O percentual desta categoria dos anos de 2016 e 2018, corresponde a 1%. Portanto, resta evidente que os projetos de resolução não eram considerados uma prioridade para a legislatura da deputada.

Consideradas essas descrições e levando-se em conta os dados trazidos pelo Quadro 4 e Gráfico 1, é possível afirmar que os requerimentos foram o principal foco da Cantora Mara Lima. O motivo para isso pode ser sua natureza, pois existem duas espécies de requerimentos: um está sujeito ao despacho do Presidente da ALEP e o outro é submetido à aprovação ou

reprovação da Assembleia (Regimento Interno da ALEP, 2016, art. 166). Portanto, as propostas que dependem do presidente têm a possibilidade de serem despachadas com mais facilidade, como, por exemplo, requerer autorização para ausentar-se de ir a ALEP durante um determinado período. Outro aspecto que justifica a produção maior de requerimentos é que muitas dessas proposições, publicadas em 2015, são referentes à congratulação de municípios do Paraná.

Ainda discutindo os dados do Quadro 1 e Gráfico 1, ao comparar as proporções de requerimentos com projetos lei, mesmo que em anos separados do mesmo mandato, pode-se afirmar que os projetos de lei receberam uma atenção secundária. Isso se torna mais evidente ao levar em consideração os dados do mandato como um todo, quando os requerimentos representaram 93% das 705 proposições, enquanto os projetos de lei correspondem a 6%. Os projetos de resolução apresentaram quantidades que podem ser consideradas baixas, a ponto de não conseguir representar um número inteiro, fazendo corresponder a 0%, deixando esta categoria como a que teve menos prioridade na produção legislativa da Cantora Mara Lima, em comparação com os requerimentos e projetos de lei.

O Quadro 5 apresenta o total de proposições do mandato de 2015-2018, por categoria temática, em cada ano.

Quadro 5 - Proposições da Cantora Mara Lima por categoria temática, no mandato 2015-2018

Temas	Quantidade de proposições por ano				
	2015	2016	2017	2018	Total
Homenagens	308	12	1	2	323
Religião	19	27	70	85	201
Outros	18	20	20	19	77
Saúde	10	13	5	8	36
Educação	13	5	0	0	18
Segurança	3	6	5	4	18
Infraestrutura	4	0	0	8	12
Defesa da Mulher	3	3	5	1	12
Cultura e Esporte	0	2	2	2	6
Economia e Comércio	0	0	0	2	2
Total	378	88	108	131	705

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Podemos identificar no Quadro 5 que a categoria homenagens se destaca, tendo totalizado 323 proposições durante o período analisado. Desse total, 308 propostas foram registradas em 2015, evidenciando uma forte concentração inicial dessa atividade legislativa. Essa expressiva produção no primeiro ano contrasta com os anos subsequentes, nos quais houve

um declínio significativo no número de homenagens apresentadas, sugerindo uma mudança de estratégia ou prioridades ao longo do mandato.

Em segundo lugar, a temática religião acumulou 201 materiais. A produção voltada para essa temática iniciou de forma modesta em 2015, com apenas 19 proposições, mas apresentou um crescimento progressivo ao longo dos anos seguintes. Tal incremento, tido como consistente, reflete um profundo interesse por pautas religiosas e a resposta às demandas de uma base eleitoral que valoriza esse tipo de discurso.

Já em 2018, a temática atingiu seu auge, totalizando 85 propostas, o que pode demonstrar uma ascensão considerável na relevância das questões religiosas dentro da atividade legislativa.

É evidente que, conforme a quantidade de matérias de homenagens diminui, aumenta o valor de produções religiosas. Isso também pode ser constatado, por meio dos Gráficos 2, 3, 4 e 5, no qual os valores das proposições do Quadro 5 são transformados em dados percentuais, que representam a proporção de matérias pertencentes a cada temática, em relação ao total de proposições referentes a cada ano.

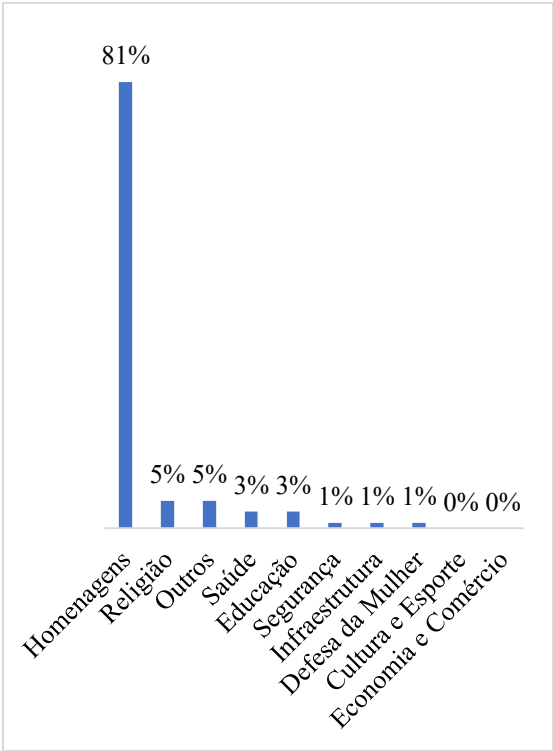
Em terceiro lugar no ranking de temas abordados nas proposições legislativas do mandato 2015-2018, destaca-se a categoria outros, que reúne 77 propostas. Essa classificação, por sua natureza ampla e genérica, funciona como um guarda-chuva para iniciativas que não se enquadraram nas demais categorias pré-definidas, seja por abordarem temas transversais, específicos demais ou ainda inéditos no contexto legislativo analisado ou são referentes a trabalhos e funcionamento interno da própria ALEP. A grande quantidade de registros nesse tópico revela a diversidade de assuntos tratados pela parlamentar em tela.

Quanto às demais categorias – saúde, educação, segurança, infraestrutura, defesa da mulher, cultura e esporte, economia e comércio –, observa-se que, individualmente, elas representaram um volume bem menor de proposições quando comparadas aos três temas mais frequentes. Essa disparidade pode ser interpretada sob diferentes óticas: numa delas, reflete prioridades temáticas do período, que são influenciadas por demandas mais urgentes ou por agendas políticas ligadas à parlamentar.

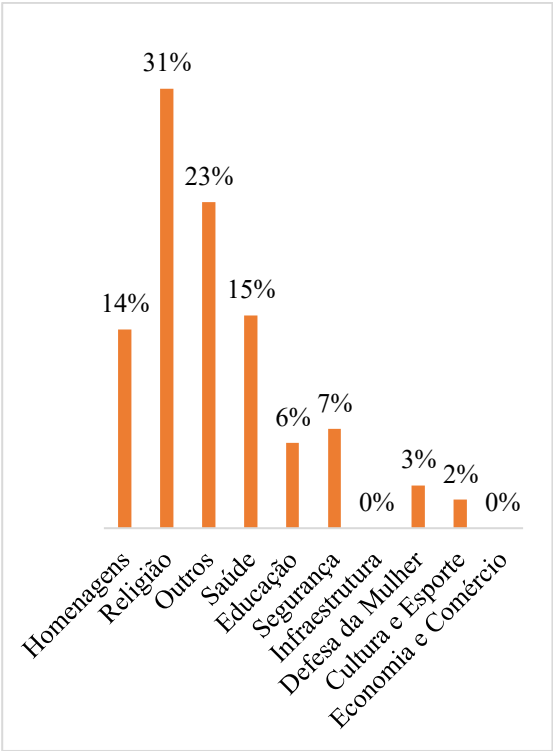
No Gráfico 6, a propósito, são apresentadas as porcentagens totais das categorias temáticas de todas as proposições produzidas, no mandato 2015-2018.

Gráfico 2 - Proposições temáticas de 2015

Gráfico 3 - Proposições temáticas de 2016

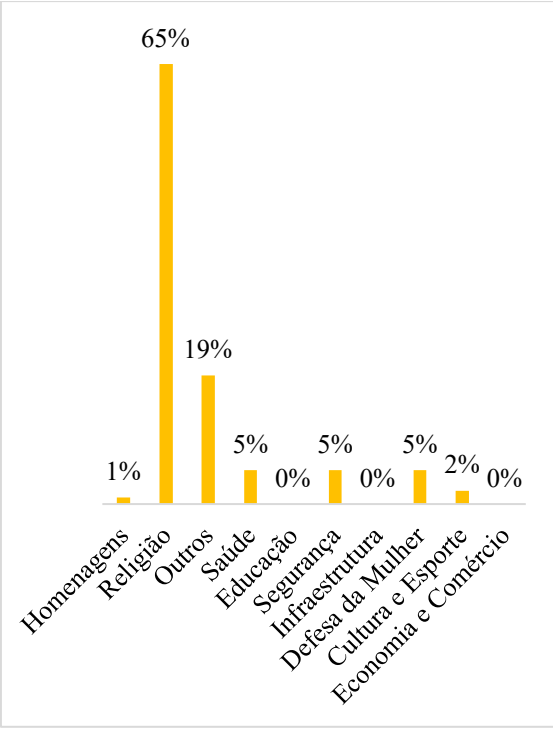


Fonte: Dados da pesquisa (2025).



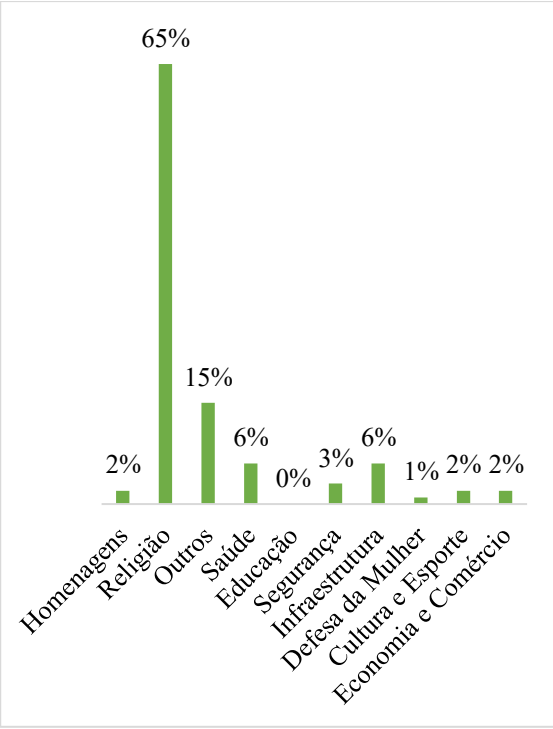
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Gráfico 4 - Proposições temáticas de 2017



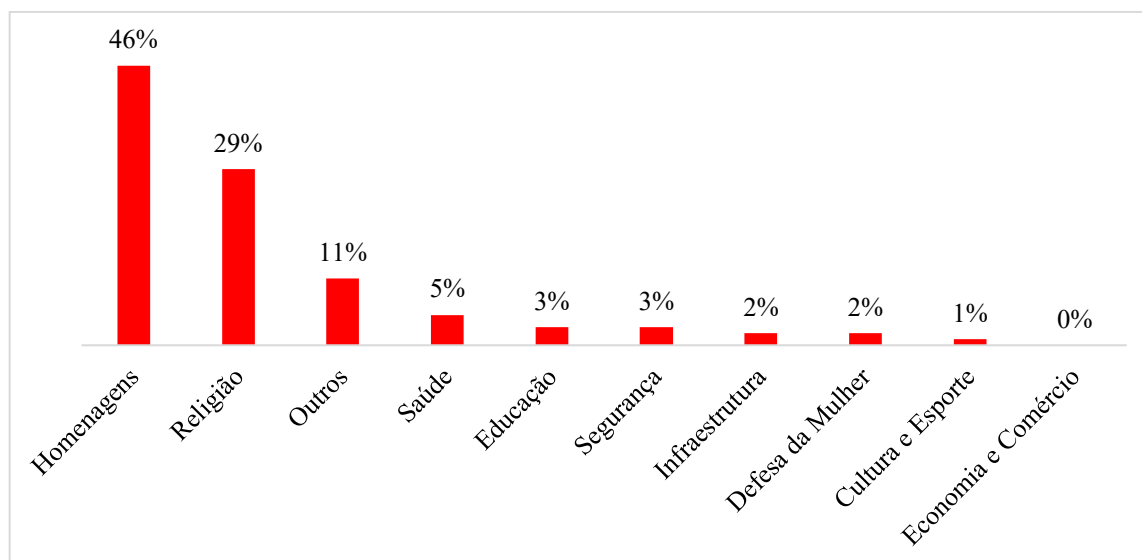
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Gráfico 5 - Proposições temáticas de 2018



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Gráfico 6 - Proposições temáticas no mandato 2015-2018



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Por meio da análise das porcentagens dos Gráficos 2 a 6, com os dados do Quadro 5, é possível afirmar que, embora a categoria homenagens tenha tido a maior quantidade de produção legislativa no mandato de 2015-2018, correspondendo a 46% de todas as proposições do período, isso não significa que este tema tenha sido o mais valorizado durante toda essa legislação, pois o ápice de sua produção foi em 2015, o que representou 81% das proposições daquele ano: um número elevado. Nos anos posteriores, o seu percentual caiu drasticamente: em 2016, atingiu 14%, e, em 2017, apenas 1%, sendo esse o menor valor de todo o mandato para este tema. No ano de 2018, observou-se um leve aumento em relação ao período anterior, que corresponde a 2%.

Outro fator que fez as homenagens serem o maior percentual de 2015 foi que, naquele ano, a Cantora Mara Lima produziu uma grande quantidade de requerimentos, que, em grande parte, tinham como objetivo congratular municípios do Estado do Paraná. As congratulações para cidades, por meio de requerimentos, foram maiores em 2015 do que qualquer outro período do mandato de 2015-2018.

Quanto à temática da religião, no ano de 2015, sua produção foi modesta, correspondendo a 5%. Em 2016, obteve um salto, atingindo 31%. Já em 2017 e 2018, alcançou o seu auge, com 65% em ambos os períodos. Nos anos de 2016, 2017 e 2018, foi a temática com maior escrita de propostas. Considerando todo o mandato de 2015-2018, a religião tematizou 29% de todas as proposições.

Considerando esses dados, evidencia-se uma grande valorização da temática religiosa, que se consolidou como o segundo assunto mais recorrente na produção legislativa da 18ª legislatura. Mas, mesmo em uma posição secundária, em termos de produção do mandato

inteiro, ela ainda pode ser considerada a temática mais priorizada deste período, pois ela só fica atrás da categoria homenagens em 2015 e ultrapassa esta, nos três anos posteriores.

Quanto à categoria saúde, a quarta mais produzida no mandato, seu percentual, no geral, foi de 5%. Em 2015, foi registrado seu valor mínimo de 3%. No ano seguinte, o de 2016, salta para 15%. Posteriormente, em 2017, decai para 5%. E, em 2018, passa para um pequeno aumento de 6%. Devido ao baixo índice de proposições escritas que podem ser identificadas nessa categoria, a saúde é considerada um tema de baixa prioridade para a produção legislativa da deputada.

Em relação à temática educação, que corresponde a 3% de todas as proposições, sua distribuição foi a seguinte: em 2015, representou 3%; em 2016, atingiu seu maior percentual na legislatura, chegando a 6%. Nos anos de 2017 e 2018, todavia, não houve nenhuma proposição especificamente voltada para o campo educacional.

A temática da segurança correspondeu a 3% de todas as proposições do mandato de 2015-2018. No ano de 2015, seu percentual era de 1%; em 2016, atingiu o ápice de 7%, mas sofreu queda para 5% em 2017 e, em 2018, reduziu-se ainda mais para 3%. A presença desse tema pode ser considerada baixa, sobretudo, ao se levar em conta que a deputada integra a Frente Parlamentar Municipalista em Defesa da Segurança Pública.

A categoria temática da defesa da mulher, na 18ª legislatura, correspondeu a 2% de todas as proposições do período legislativo. Em 2015, representou 1%. No ano de 2016, subiu para 3%. No ano seguinte, 2017, teve uma ascensão para 5%. E, em 2018, retornou ao percentual de 1%. Considerando esses dados, é possível afirmar que não foi um foco central da deputada a produção de proposições voltadas à proteção das mulheres durante o referido mandato.

Ao considerar o campo de possibilidades da Cantora Mara Lima, que, nessa conjuntura, compreende as suas articulações políticas dentro da ALEP, é possível notar que, embora essa pauta não seja prioritária, ainda existe na perspectiva da deputada. Todavia, não é tema central para o seu mandato de 2015-2018. O reconhecimento deste tema ocorreu por meio da criação da CPI Violência contra a Mulher, proposta pela própria deputada. Esta comissão parlamentar de inquérito pretendia investigar quais fatores levavam às agressões e refletir sobre políticas públicas para se opor a essa violência, segundo os dados do Quadro 2. Portanto, a defesa da mulher recebe algum grau de atenção, embora baixo, por parte da deputada Cantora Mara Lima (Velho, 2003), mesmo que essa atenção seja limitada nessa legislatura.

Em relação às categorias temáticas restantes, segundo dados do Gráfico 6, infraestrutura teve um percentual de 2%, cultura e esporte apresentou o valor de 1%, o tema economia e comércio teve uma porcentagem ínfima, que não correspondeu a um número inteiro.

As proposições da categoria outros corresponderam à terceira temática mais escrita no período, perfazendo um total de 11% de todas as proposições. No ano de 2015, sua produção foi de 5%. Em 2016, alcança o seu mais alto percentual: 23%. Já no ano de 2017, registrou 19%. Por fim, em 2018, chega a 15%.

Após descrever e discutir os dados apresentados pelas tabelas, gráficos e quadros, pode-se considerar que a legislação da deputada priorizou os temas homenagens e religião, ao ponto de as duas primeiras categorias representarem, juntas, mais da metade das proposições do mandato de 2015-2018. Também podemos apontar a educação como tema relevante, embora tenha sido prioritário em comparação aos já citados, devido às ações desenvolvidas pela deputada Cantora Mara Lima junto às comissões de trabalho montadas para finalidades específicas relacionadas a esse tema. No entanto, a defesa da mulher não se configurou, como se viu, como uma categoria temática prioritária para ela, uma vez que a produção de proposições voltadas à proteção das mulheres foi tímida e apresentou variações significativas ao longo do mandato.

4.3 Perfil do mandato legislativo de 2019-2022

Como já dissemos anteriormente, a Cantora Mara Lima buscou reeleição ao cargo de deputada estadual, em 2018, mas ficou como suplente. Todavia, assumiu a titularidade em 1º de fevereiro de 2019 (Redação Bem Paraná, 2019).

Em sua nova legislatura, que foi de 2019-2022, a deputada escreveu uma quantidade significativa de proposições legislativas, compostas por projetos de lei, projetos de resolução e requerimentos. Esses materiais são apresentados no Quadro 6, a seguir.

Quadro 6 - Tipos e quantidades das proposições apresentadas pela Cantora Mara Lima, no mandato 2019-2022

Ano	Projetos de Lei	Projetos de Resolução	Requerimentos	Total
2019	28	2	67	97
2020	31	0	114	145
2021	20	0	113	133
2022	5	1	198	204
Total	84	3	492	579

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

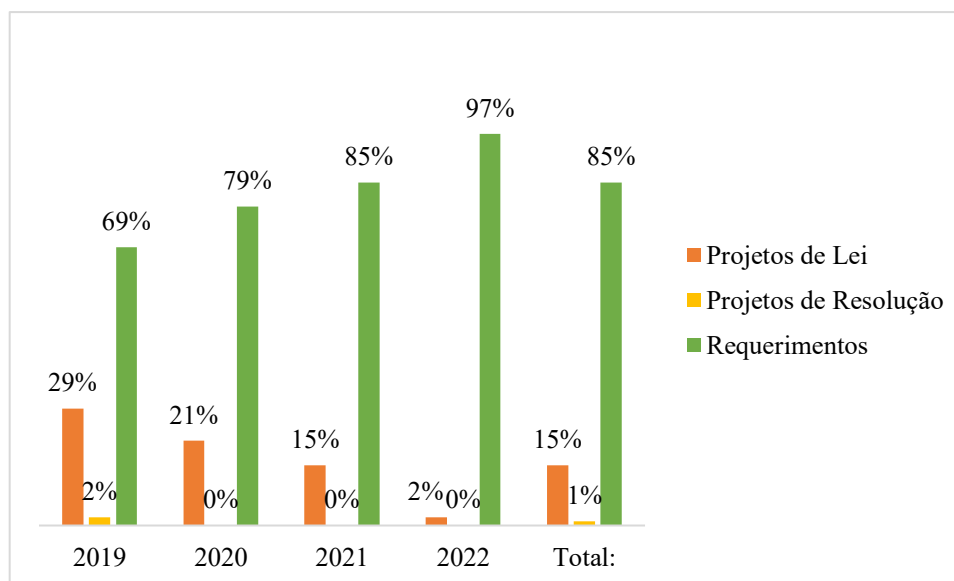
Nesse mandato, a Cantora Mara Lima apresentou 579 proposições. Destas, 84 eram projetos de lei, 3 projetos de resolução e 492 requerimentos.

Podemos evidenciar, por meio do Quadro 6, que, nessa legislação, foi priorizada a formulação de requerimentos, visto se tratar do tipo de material mais produzido no período. Os projetos de lei foram a segunda categoria mais frequente entre as propostas legislativas. Os

registros dos projetos de resolução indicam uma baixa quantidade de propostas. Portanto, das três categorizações legislativas, essa foi a que não obteve um foco relevante durante o mandato.

O Gráfico 7 ilustra esses dados, apresentando o Quadro 6 em formato percentual, com base nos materiais legislativos de cada ano em relação ao total de proposições do mesmo período.

Gráfico 7 - Produção de cada tipo de proposição, do mandato 2019-2022



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Segundo o Gráfico 7, os requerimentos representam 85% de todas as proposições do mandato 2019-2022. Em 2019, o percentual deste tipo de material perfaz mais que a metade de outras propostas daquele período. No ano de 2020, esse valor é elevado para 79%; em 2021, foi registrado um aumento no índice de 85%; no ano de 2022, foi registrada a proporção de 97%, sendo esse o maior valor de todo o período.

Quanto aos projetos de lei, estes apresentam 15% das propostas nesta legislatura. Em 2019, foi exibida a sua maior porcentagem de 29%; no ano de 2020, seu índice caiu para 21%; decaiu novamente em 2021, para 15%; o valor continuou a cair no ano de 2020, quando atingiu seu menor valor, com 2%.

Comparando os índices de requerimentos e projetos de lei, é possível afirmar que a escrita de requerimentos seguiu um ritmo constante de crescimento entre o início e fim do mandato 2018-2022, enquanto ocorreu o oposto para os projetos de lei, que indicou um fluxo de redução em sua quantidade no mesmo período.

Em relação aos projetos de resolução, o percentual corresponde a apenas 1% de todo o material legislativo. Em 2019, sua produção equivaleu a 2%; entre 2020 e 2022, sua porcentagem foi de 0%.

Considerando os dados descritos e trazidos pelo Quadro 6 e Gráfico 7, é evidente que os requerimentos foram uma prioridade para a Cantora Mara Lima, especialmente, em 2022. Enquanto os projetos de lei foram uma prioridade secundária, os anos de 2019 e 2020 foram os mais priorizados para a sua produção. Já os projetos de resolução não foram o foco em sua legislação, tendo apresentado pouca atenção em 2019.

No Quadro 7, a seguir, é exibido o total de proposições apresentadas no mandato de 2019-2022, por categoria temática, em cada ano, e também o valor total de cada tema na 19ª legislatura.

Quadro 7 - Proposições da Cantora Mara Lima em relação a categoria temática, no mandato 2019-2022

Temas	Quantidade de proposições por ano				
	2019	2020	2021	2022	Total
Homenagens	5	6	26	8	45
Religião	40	8	31	163	242
Outros	12	23	13	19	67
Saúde	14	27	30	4	75
Educação	4	13	4	0	21
Segurança	5	6	5	2	18
Infraestrutura	1	12	7	3	23
Defesa da Mulher	12	28	7	5	52
Cultura e Esporte	0	3	3	0	6
Economia e Comércio	4	19	7	0	30
Total	97	145	133	204	579

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

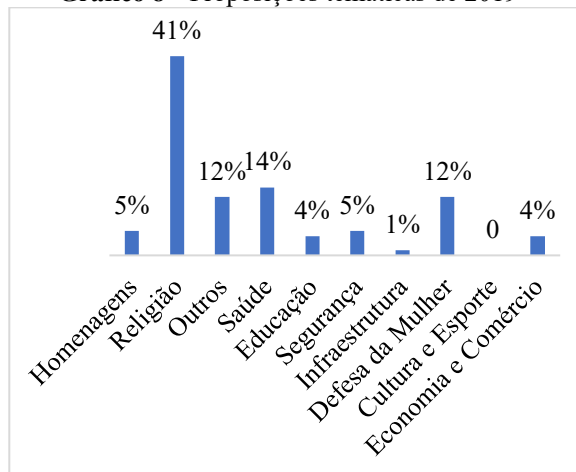
Como é possível notar no Quadro 7, a temática da religião foi a que mais teve destaque na legislação da Cantora Mara Lima, contando com 242 proposições. Materiais legislativos ligados à saúde receberam uma atenção secundária, apresentando 75 propostas. A categoria outros também foi priorizada em uma terceira posição, com a quantidade de 67. O tema da defesa da mulher também recebeu uma valorização, ficando em quarto lugar, com 52. As homenagens também foram expressivas, com 45 proposições.

As outras temáticas, como educação, segurança, infraestrutura, economia e comércio, não foram priorizadas em comparação com as categorias citadas acima. Mas ainda exibiram uma quantidade significativa de materiais, com exceção de cultura e esporte, que contou com

somente seis propostas: uma quantidade ínfima, que indica que este tema, em específico, não era considerado relevante para a legislação da deputada.

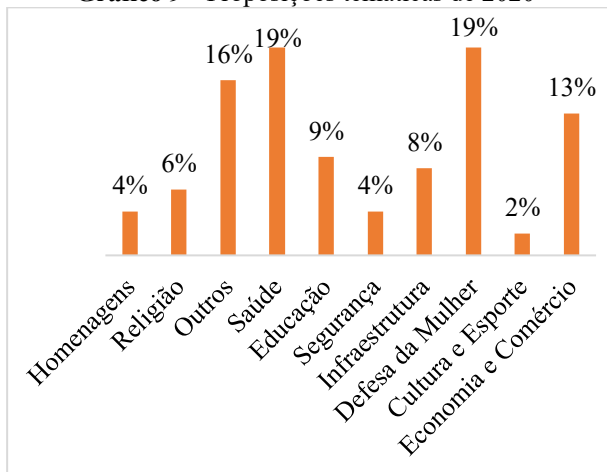
Tendo como base os dados exibidos e descritos, é possível notar que a 19ª legislatura apresenta uma grande diversificação de temas e com uma significativa distribuição temática das proposições. Isso se torna mais evidente, ao observar os Gráficos 8, 9, 10, 11 e 12 a seguir.

Gráfico 8 - Proposições temáticas de 2019



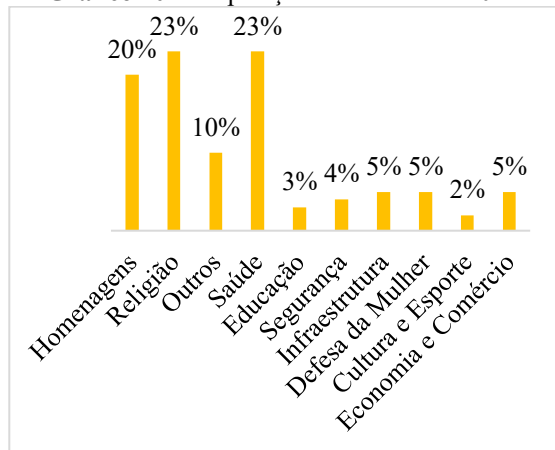
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Gráfico 9 - Proposições temáticas de 2020



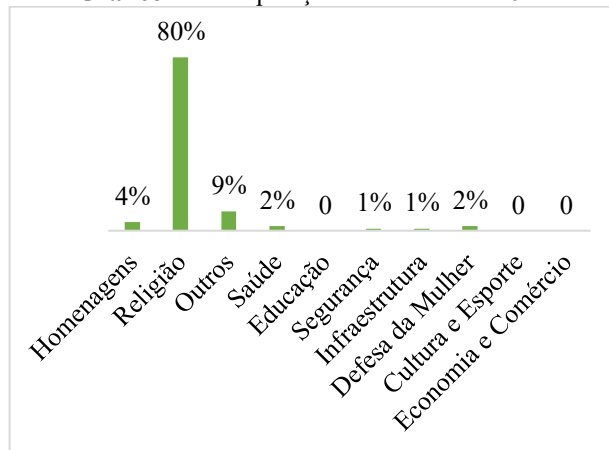
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Gráfico 10 - Proposições temáticas de 2021



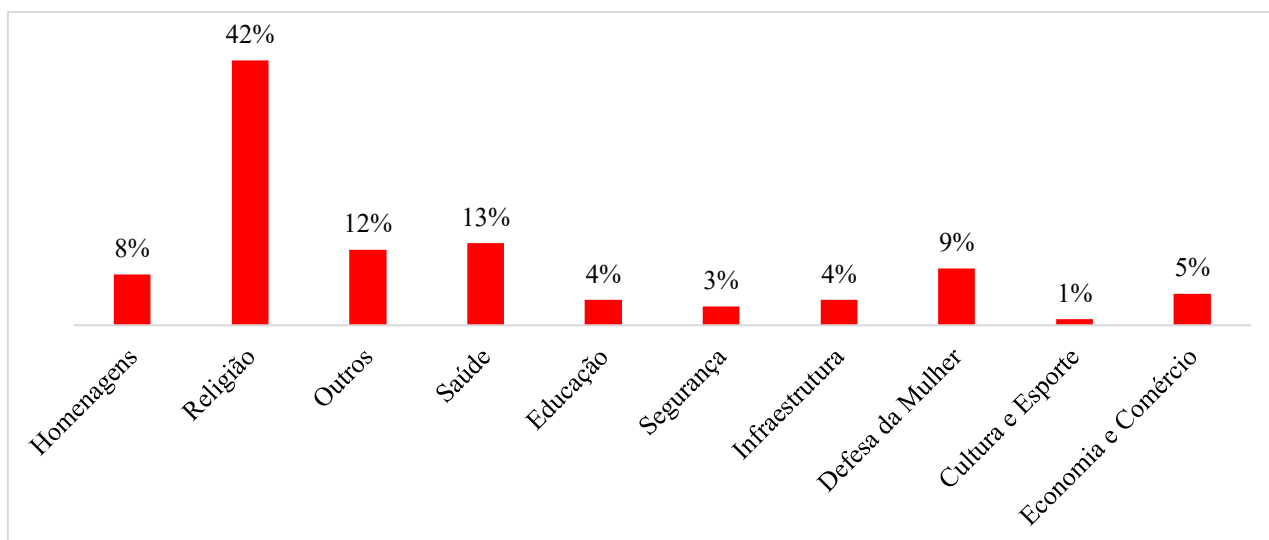
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Gráfico 11 - Proposições temáticas de 2022



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Gráfico 12 - Proposições temáticas no mandato 2019-2022



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Por meio da observação das porcentagens dos Gráficos 8 a 12, em conjunto com os dados do Quadro 7, é evidente que as proposições ligadas à religião foram o foco da Cantora Mara Lima, representando, sozinhas, 42% de todos os materiais.

A temática da saúde recebeu atenção secundária, representando o percentual de 13%. Em 2019, apresentou 14%; no ano de 2020, foi percebida uma ascensão para 19%; em 2021, alcançou seu ápice de 23%. Já em 2022, decaiu para 2%, sendo o menor índice do mandato.

Em relação à categoria temática da defesa da mulher, esta corresponde a 9% de todas as proposições. No ano de 2019, registrou 12%; em 2020, foi registrado o maior aumento da 19ª legislatura, que foi de 19%; em 2021, essa porcentagem caiu para 5%; no ano de 2022, decaiu mais uma vez, para 2%.

A categoria da defesa da mulher registrou um aumento entre 2019 e 2020, possivelmente, em resposta a uma maior demanda social voltada à denúncia e ao combate dos crescentes índices de violência contra a mulher observados naquele período.

As categorias restantes apresentaram uma menor prioridade, mas ainda representam quantidades significativas, como resultado de uma maior dispersão das proposições entre os diferentes temas, durante o mandato 2019-2022. Com exceção da categoria cultura e esporte, que não apresentou nem mesmo uma quantidade significativa, tanto que seu valor total de matérias corresponde a apenas 1%.

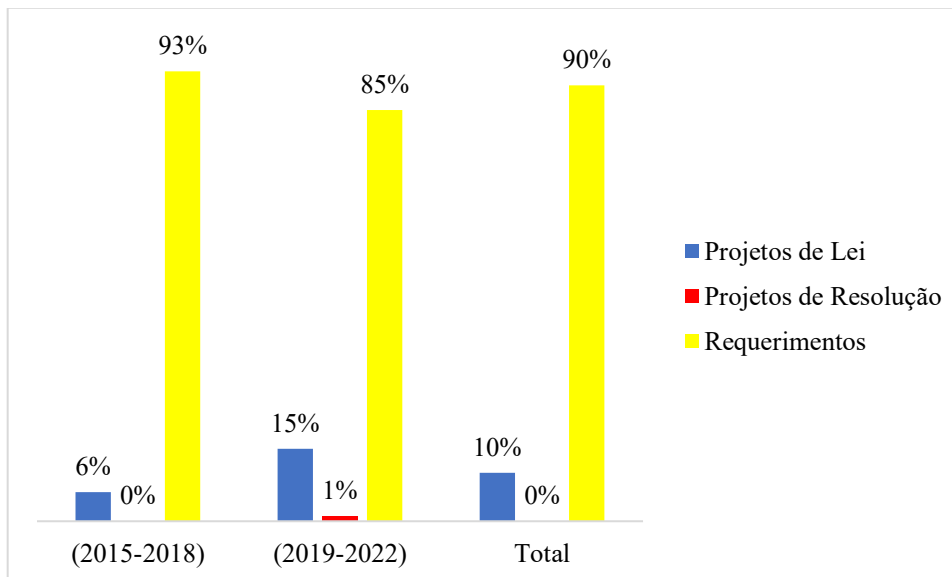
A categoria defesa da mulher representa 9% do total, seguida por homenagem com 8%, educação e infraestrutura, ambas com 4%, e segurança com 3% de todas as proposições.

A categoria outros foi o terceiro tema mais priorizado, representando 12% de todas as proposições. Em 2019, contou com 12%; no ano de 2020, registrou 16%; em 2021, correspondeu a 10%; e em 2022, contabilizou 9%.

4.4 Características, especificidades e continuidades nos dois mandatos da Cantora Mara Lima

A Cantora Mara Lima, na 18ª legislatura (2015-2018) e na 19ª legislatura (2018-2022), manteve a priorização de determinados tipos de proposições em seus mandatos, evidenciando uma continuidade em suas estratégias legislativas e temáticas de atuação. Essa constatação foi possível a partir da análise dos dados quantitativos coletados, que permitiram identificar padrões na sua produção parlamentar. Essa tendência fica ainda mais clara na leitura do gráfico 13, no qual estão dispostos, de maneira comparativa, os percentuais correspondentes a cada tipo de proposição apresentados em ambos os mandatos. Além disso, o gráfico também apresenta a distribuição percentual das categorias temáticas priorizadas pela deputada, indicando suas áreas de maior interesse político e de atuação recorrente. Assim, a análise dos dados reforça a ideia de que Mara Lima manteve uma linha de ação relativamente estável entre as duas legislaturas, focada em temas e instrumentos legislativos específicos.

Gráfico 13 - Síntese da 18ª e 19ª Legislatura



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Observando os dados apresentados pelo Gráfico 13, é possível afirmar que, em ambos os mandatos, se priorizou os requerimentos, em detrimento dos outros tipos de proposições, ao ponto de a soma dos dois períodos legislativos levarem os requerimentos a corresponderem a 90% de todas as proposições. Esta categoria de material alcançou o seu ápice no mandato durante a 18ª legislatura, mas decaiu um pouco, para 85%, na legislatura seguinte.

Em relação aos projetos de lei, estes receberam atenção secundária na produção legislativa da Cantora Mara Lima, representando 10% do total. Na verdade, durante a 18ª legislatura, a proporção de projetos de lei foi ainda menor, correspondendo a apenas 6%. Ainda assim, houve um incremento significativo no mandato subsequente, quando essa categoria passou a representar 15% da produção.

Já os projetos de resolução não são relevantes para a produção de propostas da deputada, porque a quantidade total dos 2 períodos não equivale nem a 1%.

Considerando a descrição dos dados, podemos concluir que a priorização dos requerimentos é uma continuidade entre os mandatos, mesmo contando com variações na proporção. Em ambas as legislaturas, os projetos de lei são vistos pela legislatura como tendo uma relevância secundária. Por outro lado, os projetos de resolução não são valorizados em nenhum dos mandatos.

Ainda discorrendo sobre a produção legislativa, a Cantora Mara Lima focou nos requerimentos, pois é uma estratégia da deputada para constituir uma conexão com sua base eleitoral, instituições religiosas e grupos que a apoiam.

Nesse sentido, Pierre Bourdieu (1996) contribui para compreensão desta lógica social que sustenta a produção de requerimentos. Segundo ele, quando um indivíduo ou instituição fazem um ato de generosidade de bens simbólicos (que o autor chama de *dom*), para outra pessoa ou outra instituição, o destinatário desta ação ficará em uma dívida simbólica (este compromisso não é declarado abertamente, sendo, portanto, um conhecimento subentendido entre o remetente e o destinatário) com a parte que forneceu o *dom*, tendo de retribuir de alguma forma, dentro de um intervalo de tempo. Esse processo é uma troca simbólica disfarçada de ato de generosidade.

O funcionamento da economia de bens simbólicos, descrito por Bourdieu (1996), pode envolver trocas entre deputados evangélicos e sua base eleitoral evangélica, pois, em ambas as situações, ocorre a troca de sentidos e bens. Daiana Nunes da Rosa (2019), a partir de Bourdieu, analisa a lógica e motivação das trocas simbólicas entre parlamentares evangélicos da ALEP e os eleitores de suas denominações e igrejas das quais são membros. A pertinência desta discussão para esta pesquisa está evidente, de sorte que a perspectiva desses autores contribui para um entendimento mais detalhado do processo de troca de bens simbólicos presente nesta investigação.

Levando em consideração essa discussão sobre a economia de bens simbólicos, a produção de requerimentos da Cantora Mara Lima pode ser integrada neste modelo, já que esse tipo de material legislativo é voltado muitas vezes a determinados indivíduos, grupos ou instituições, criando uma vinculação direta com a sua base eleitoral. É importante retomar que

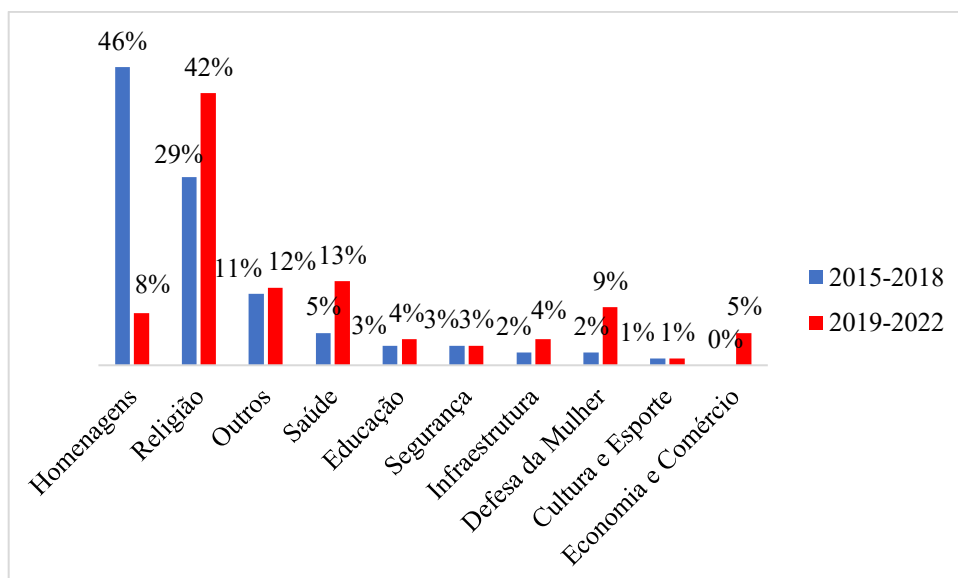
as trocas simbólicas não são abertamente anunciadas por nenhuma das partes. Posto isso, essa troca não é informada de maneira clara e explícita entre os envolvidos.

Nesse sentido, quando a deputada escreve um requerimento que homenageia um destinatário específico, ela está constituindo uma relação de troca de bens simbólicos com este beneficiário do “ato de generosidade”. Embora as trocas aparentem ser gestos de altruísmo, elas, na verdade, geram a noção de obrigação em retribuir esse dom, dentro de um determinado intervalo de tempo (Bourdieu, 1996).

No caso da Cantora Mara Lima, essas trocas simbólicas são perceptíveis no início no período eleitoral de 2014, quando a deputada recebe dádivas (dons) como apoio oficial da CIEADEP e de pastores, utilização de palcos de igrejas onde realiza seus shows. Como reciprocidade, a parlamentar, ao longo de seu mandato, produz requerimentos que fazem menções honrosas, como congratulações a pastores, grupos religiosos, igrejas e membros da denominação. Essas trocas de bens simbólicos fortalecem os vínculos entre a Cantora Mara Lima e a AD, relação que continua durante todo o mandato, já que a deputada produz requerimentos que favorecem simbolicamente a sua igreja (Rosa, 2019; Lanna, 2000).

Em relação aos temas, o Gráfico 14 apresenta a comparação entre os diferentes mandatos. Trata-se de um gráfico que é uma junção dos dados totais já apresentados nos Gráficos 6 e 12, de ambos os mandatos, mas, dessa vez, são exibidos de uma maneira comparativa.

Gráfico 14 - Síntese temática da 18ª e 19ª Legislatura



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Com base nos dados apresentados no Gráfico 14, podemos afirmar que a categoria homenagens foi uma das categorias priorizadas no mandato 2015-2018, apresentando o valor de 46%, mas, na legislação seguinte, passou por uma ruptura, que fez sua proporção cair consideravelmente. Isso se deve a três motivos principais: a congratulação de cidades a partir de 2016 diminuiu de forma significativa; há um foco nas temáticas religiosas ainda no mandato na 18ª legislatura; e a ascensão da categoria saúde, na 19ª legislatura, decorrente da epidemia da Covid-19 que atingiu o Brasil e levou a Cantora Mara Lima a priorizar esse tema.

Discorrendo, ainda, sobre as homenagens relacionadas a datas, é relevante mencionar, aqui, que, ao felicitar cidades, indivíduos, grupos e instituições, a Cantora Mara Lima não está apenas levando a uma valorização daquele evento, mas realizando o reconhecimento social de algum aspecto ligados àquela data. Em verdade, o calendário não é um objeto desprovido de significado ou que sirva, unicamente, para marcar o tempo e o espaço: antes, ele pode reforçar aspectos ligados à cultura, às sociabilidades e à religião (Le Goff, 1990).

Muitas datas religiosas tradicionais brasileiras são ligadas ao catolicismo, como resultado do contexto histórico do Brasil (Bosisio, 2014). Tendo isso em vista, na conjuntura (2015-2022) investigada por esta pesquisa, a criação de novas datas religiosas pode ser considerada uma forma de a Cantora Mara Lima demarcar território para a sua base eleitoral evangélica (Pinheiro, 2017). Também é uma maneira de demonstrar reciprocidade em relação às trocas simbólicas com as igrejas e comunidades evangélicas que a apoiaram em sua campanha.

O controle do calendário é uma forma de demonstração de poder e um instrumento de poder. Por conseguinte, ao celebrar publicamente congratulações relacionadas a alguma data

específica de uma figura religiosa (pastores e outros membros das igrejas) ou a criação de novas festividades anuais, passa-se a impressão de empoderamento das igrejas evangélicas e seus membros. Como resultado desse reconhecimento, ocorre a legitimação da liderança carismática da Cantora Mara Lima, visto que, segundo Weber (2004), o líder carismático precisa exibir provas que legitimam a sua liderança.

A temática religião é marcante desde a 18ª legislatura, pois esta começa a se tornar um foco da deputada a partir de 2016, sendo nesse ano que tal categoria exibiu um percentual maior, como poder ser observado no Gráfico 3. Portanto, não se trata de uma ruptura, mas de uma amplificação, já que foi de 29% na 18ª legislatura para 42% na 19ª legislatura.

O foco nas temáticas religiosas está em sintonia com seu discurso de campanha em 2014, quando apresentou um enfático discurso conservador, alinhado aos valores defendidos por setores evangélicos, dos quais ela se coloca como representante. O *ethos* evangélico foi um fator de grande importância em sua campanha eleitoral, a ponto de ela ter recebido o apoio da AD nas eleições (Anjos; Mezzomo; Fier, 2024).

Sobre essa mesma eleição, ela levantou as bandeiras da defesa da família tradicional e se declarou como a “deputada da família” (Mezzomo; Silva; Pátaro, 2020). Esse tipo de posicionamento a evidencia como uma religiosa conservadora, ao considerar a conjuntura política e religiosa do Brasil (Prandi; Santos, 2017; Bulgarelli, 2018; Mariano, 2022).

Embora esse posicionamento conservador seja compartilhado por evangélicos e católicos, a Cantora Mara Lima ainda priorizou os eleitores evangélicos nos discursos de campanha, como quando utiliza uma linguagem bíblica durante o pleito (Rosa, 2019). Embora os católicos também valorizem essa dinâmica, para os membros das igrejas protestantes, ela é um elemento essencial (Fajardo, 2019). Portanto, ao utilizar, nos seus materiais, mensagens bíblicas, a deputada está acionando o *ethos* da cosmovisão evangélica, como forma de legitimar sua candidatura como representante do eleitorado evangélico. Outra forma de ela mostrar que prioriza o eleitorado evangélico é que sua plataforma eleitoral foi constituída a partir do cenário gospel, das igrejas nas quais ela canta e evangeliza (Rosa, 2019). Daí que as suas campanhas expressam um aspecto estético evangélico, a partir do qual os membros podem se identificar (Anjos; Mezzomo; Fier, 2024).

Assim, a identidade religiosa assembleiana é de grande relevância para a Cantora Mara Lima, não apenas no período eleitoral de 2014, mas também nos dois mandatos (2015-2018; 2019-2022), pois ela assume a performance de uma religiosa política (Carvalho Junior; Oro, 2017), como ficam evidentes nas proposições (Quadro 5 e Gráficos 2 a 5) os vínculos religiosos. Dessa forma, ela desenvolve uma produção legislativa que apresenta uma natureza religiosa ligada à cosmovisão evangélica.

Ainda em relação ao perfil das proposições religiosas, este condiz com a forma de articulação política da deputada na ALEP durante os mandatos. Nesse período, ela integrou a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, criada em 2015, que tratava de temas de interesse do campo religioso. Também em 2018, ela era a líder da bancada evangélica da ALEP (Lima, 2018), cargo instrumentalizado para dar ênfase nas demandas religiosas.

Durante esse mandato, a parlamentar teve como elemento integrante de seu campo de possibilidades a articulação com outros deputados que compartilhavam de um projeto religioso parecido com o dela. Nesse caso, o que une a todos é a defesa do formato de família tradicional e combate à chamada “ideologia de gênero” e “doutrinação” política no ensino do Paraná.

Em 2015, os temas religiosos indicaram o percentual de 41%, sendo esse o maior índice desse período anual. Em 2020, foi de 6%, menor registro do mandato, subindo para 23% em 2021: índice similar à categoria da saúde.

Já em 2022, alcança o seu ápice de 80%, tornando-se a categoria principal nesse ano. Esse aumento pode ser consequência do período eleitoral, que incentiva a Cantora Mara Lima a buscar uma produção maior de proposições ligadas à religião, possivelmente, como forma de manutenção dos vínculos que ela tem com as igrejas evangélicas. São requerimentos cujo objetivo é a realização de menções honrosas para igrejas evangélicas, seus membros e grupos evangélicos. Sendo assim, a produção de material legislativo de natureza religiosa torna-se uma forma de troca de bens simbólicos com a comunidade evangélica (Bourdieu, 1996; Lanna, 2000), na qual a deputada mobiliza o apoio de igrejas evangélicas para a sua campanha de reeleição, além de fortalecer o vínculo dela com as igrejas da denominação que ela pertence, a AD. Esse entendimento é reforçado pelo Gráfico 7, que mostra que a produção de requerimentos alcançou seu maior percentual naquele mandato, representando 97%, enquanto a de projetos de lei foi de somente 2%: o menor valor da 19ª legislatura. Portanto, é possível inferir que, em 2022, a deputada concentrou seus esforços na manutenção do apoio das igrejas evangélicas.

Outro fator relevante que pode ter influenciado sua atuação foi o resultado do pleito anterior, em 2018, quando ficou como suplente e só reassumiu o cargo de deputada estadual em fevereiro de 2019 (Redação Bem Paraná, 2019). Dessa forma, ela intensificou a apresentação de proposições religiosas, buscando ampliar sua capilaridade eleitoral entre os evangélicos. Isso é evidenciado, quando se comparam os dados de materiais legislativos de categorização religiosa dos anos de 2018 e 2022, períodos nos quais ocorreram as campanhas eleitorais da Cantora Mara Lima. No Gráfico 5, de 2018, as propostas religiosas representaram 65% de todo material legislativo daquele ano.

No que concerne aos dados da categoria temática “Religião”, é relevante considerar o campo de possibilidades que circundavam a atuação da Cantora Mara Lima (Velho, 2003) e que pode ter influenciado a percepção de seu eleitorado nesse processo. Além disso, desde 2018, a deputada ocupava a liderança da bancada evangélica na Assembleia Legislativa do Paraná (Lima, 2022), o que deve ter lhe conferido maior motivação para priorizar proposições relacionadas à temática religiosa.

A Cantora Mara Lima, por meio de proposições, tenta sinalizar para os eleitores e pastores evangélicos que ela está apoiando e representando os interesses da comunidade evangélica do Paraná, como, aliás, dizia algumas de suas propagandas eleitorais em 2018. É o que acontece, por exemplo, na Figura 7, em que a Cantora Mara Lima se apresenta como defensora dos valores cristãos e da família, além de listar posições que ela e a comunidade compartilham.

Figura 7 - Panfleto digital da campanha eleitoral de 2018



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Proposições voltadas à área da Saúde não receberam foco significativo na 18ª legislatura, embora a temática tenha recebido maior atenção em sua 19ª legislatura, especialmente entre os anos de 2020 e 2021, contando com 13% do total de propostas do mandato de 2018-2022, estando atrás apenas da categoria religião. Esse aumento é resultante de uma mudança no campo de possibilidades da Cantora Mara Lima, já que, em 2020, o vírus da Covid-19 chegou ao Brasil, e a gravidade da doença incidiu sobre a sociedade brasileira, a ponto de o Governo Federal decretar estado de calamidade pública, em 20 de março daquele ano (Brasil, 2020). Essa conjuntura levou a deputada a criar proposições ligadas à área da saúde, especialmente, em relação à epidemia. No ano de 2022, o índice diminuiu, talvez, em razão de

estar mais focada na reeleição e, portanto, em criar materiais legislativos para sua base eleitoral evangélica.

Embora não tenham se destacado tanto em termos quantitativos na 18ª legislatura, as categorias temáticas de defesa da mulher, economia/comércio e educação demonstraram relevância em termos de articulação política. A defesa das mulheres, por exemplo, ganhou força com a CPI da violência contra a Mulher, enquanto o setor de comércio mobilizou a frente parlamentar de turismo e hotelaria. Já em seu mandato na 19ª legislatura, ocorreu uma mudança que levou ao aumento significativo destes temas, em comparação com seus percentuais da gestão legislativa anterior, embora a ampliação do tema da educação tenha sido de apenas 1%.

Ainda discorrendo sobre a temática da defesa da mulher, um dos fatores para que esse tema tenha recebido atenção nas propostas legislativas da deputada no seu mandato na 19ª legislatura, é derivado da intensificação da violência doméstica em 2020, que pode ser consequência do isolamento social provocado pela pandemia da Covid-19, como evidenciam algumas pesquisas (Martins et al., 2020; Vieira; Garcia; Maciel, 2020; Gomes; Carvalho, 2021; Souza; Farias, 2022). Segundo dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), teve-se a média de crescimento de 14,1% de denúncias realizadas para o Ligue 180 (esse número é usado para denunciar casos de violência contra a mulher), nos primeiros quatro meses de 2020, quando comparado ao ano de 2019 (Brasil, 2022).

São vários os fatores que integram esse quadro de aumento de violência contra a mulher durante a pandemia em 2020, entre esses, o isolamento das mulheres de suas redes de apoio, como amigos e familiares, o que as coloca em uma posição de vulnerabilidade (Martins *et al.*, 2020; Vieira; Garcia; Maciel, 2020; Souza; Farias, 2022). Outro ponto é a adoção de políticas neoliberais no momento anterior à pandemia, causando cortes nas políticas públicas destinadas às mulheres. Devido ao orçamento reduzido, o atendimento às vítimas se tornou precário e, em muitos casos, inexistente (Souza; Farias, 2022).

Ainda, é necessário explicar outros elementos integradores desse contexto que ampliaram a violência contra as mulheres. Estes são o estresse do agressor, resultante da insegurança financeira, principalmente, em famílias de baixa renda que dependem do emprego informal, medo de ficar doente e insegurança em relação ao futuro. Também é importante mencionar que o isolamento social levou a prejuízos econômicos e impossibilitou o trabalho informal realizado por muitas mulheres, o que gerou uma maior dependência financeira destas com seus parceiros (Martins *et al.*, 2020).

A temática da educação, apesar de representar um percentual total pequeno de propostas nos dois mandatos, o tema pode ser considerado relevante para a deputada. Ao analisar seu campo de possibilidades (Velho, 2003), é possível notar que ela considerava essa pauta

importante, já que esteve envolvida em comissões parlamentares ligadas ao campo educacional, tais como a Frente Parlamentar em Apoio às Escolas Especiais do Estado do Paraná, coordenada pela própria deputada, e a Frente Parlamentar do Plano Estadual de Educação, ambas fundadas em 2015. Também é necessário mencionar que a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, da qual participa, teve ações voltadas a combater a “doutrinação” política e “ideologia de gênero” no campo educacional, como podemos conferir no Quadro 3. A temática educacional, assim, está mais focalizada em questões específicas, como, por exemplo, a luta contra a “ideologia de gênero” nas escolas e a promoção da inclusão social de pessoas com deficiência na educação.

Ao analisar os dados do Gráfico 14, é possível perceber que a maioria das proposições do mandato 2015-2018 está concentrada nos temas das homenagens e da religião. Já no mandato 2018-2022, embora essas categorias ainda sejam as prioritárias, os materiais legislativos estão mais distribuídos entre as diferentes temáticas, especialmente entre saúde, defesa da mulher, economia e comércio.

Considerando todas essas discussões, é possível notar que o campo de possibilidades da Cantora Mara Lima influenciou no seu modo de legislar, priorizando mais determinados temas em um mandato do que no outro. Na 19ª legislatura, por exemplo, a categoria “religião” recebeu maior atenção, provavelmente, devido às circunstâncias eleitorais, enquanto a pandemia de Covid-19, por outro lado, redirecionou o foco para saúde e defesa da mulher. A temática econômica também recebeu uma atenção mais significativa na última legislação, já que, neste período, a deputada integrou a frente parlamentar que era ligada ao turismo e hotelaria. Além destas mudanças em seu campo de possibilidades, também houve a continuidade de um discurso religioso conservador no cenário político brasileiro, que se manteve durante os dois mandatos, evidenciando, portanto, que o projeto político da Cantora Mara Lima de levar o *ethos* evangélico para dentro do poder público faz parte de um movimento político nacional, impulsionado por algumas denominações evangélicas.

* * *

Ao coletar, organizar e analisar as proposições apresentadas pela Cantora Mara Lima durante a 18ª e a 19ª legislatura, 2015-2018 e 2019-2022, respectivamente, é possível perceber que mudanças no campo de possibilidades influenciaram no modo de legislar da deputada (Velho, 2003). Na última legislatura, houve um maior enfoque nas categorias “Religião” e

“Homenagem”, o que corrobora a ideia de que a compreensão da trajetória do indivíduo – nesse caso, da deputada – deve ser cotejada com a dinâmica do campo de possibilidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desta investigação foi analisar a trajetória da Cantora Mara Lima na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), durante os mandatos de 2015-2018 e 2019-2022, a 18ª e 19ª legislaturas, respectivamente, entendendo a deputada como uma religiosa política (Carvalho Junior; Oro, 2017), representante da Assembleia de Deus (AD) no legislativo do Paraná.

Entendemos que o exercício político da deputada, de levar os valores evangélicos para a ALEP, faz parte de um fenômeno que pode ser percebido no âmbito nacional e estadual, que é caracterizado pelo aumento da influência das igrejas evangélicas nos poderes legislativos municipais, estaduais e nacionais, através da eleição de candidatos que abertamente defendem posicionamentos advindos de sua religiosidade (Vieira, 2018; Mariano, 2022).

Os políticos evangélicos, geralmente, apresentam posicionamentos como a defesa da família, defesa da vida (contra o aborto), luta contra uma suposta “doutrinação” nas escolas e oposição à legalização das drogas. Durante a análise da trajetória da Cantora Mara Lima, foi possível perceber que ela compartilha de tais posicionamentos, visto que também faz parte deste movimento político conservador, que compartilha do entendimento de que a moral religiosa cristã deve se ampliar para a esfera do poder público. Tal sentido, para além de uma trajetória exclusiva da personagem, deve ser entendido em consonância à conjuntura política nacional e estadual, formadoras do campo de possibilidades da deputada (Velho, 2003).

Vale dizer que o crescimento do número de evangélicos e a redemocratização do Brasil favoreceu a candidatura de políticos evangélicos. Em decorrência disso, esses candidatos tentam conquistar o apoio das igrejas e apresentam projetos políticos alinhados com os interesses da comunidade religiosa. A cantora Mara Lima não é exceção neste cenário político, já que recebeu o apoio da AD em todas as eleições de que participou (Anjos; Mezzomo; Fier, 2024), e apresentou um discurso religioso conservador nas campanhas de 2014, 2018 e 2022, repetindo a prática durante as legislaturas, demonstrando posicionamentos políticos e apresentando proposições alinhadas ao universo evangélico.

No período dos dois mandatos analisados (2015-2018; 2019-2022), a conjuntura estadual pode ser caracterizada pelas medidas neoliberais e neoconservadoras dos governadores Beto Richa e Ratinho Junior. Já no cenário nacional, consideramos que o avanço de grupos políticos conservadores (Burity, 2018; Mariano, 2022) criou um campo de possibilidades favorável aos projetos políticos da deputada. Também, entendemos que a pandemia de Covid-19 que atingiu o Brasil em 2020 moldou seu campo de possibilidades.

Assim, pesquisas sobre políticos evangélicos são relevantes e não podem ser ignoradas, pois podem contribuir para um melhor entendimento sobre as articulações e a presença pública desses personagens e agremiações religiosas, problematizando as estratégias, pautas e perfil que apresentam. Esse é o caso da Cantora Mara Lima que, a propósito da discussão, continua atuando no cenário político, já que foi reeleita em 2022 para um novo mandato na 20ª legislatura (2023-2026).

Esta investigação também contribui ao priorizar a Cantora Mara Lima e a sua trajetória como objetos de pesquisa, pois, em pesquisas identificadas – algumas das quais desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder –, a deputada é enfocada noutra abordagem e perspectiva. Ademais, a discussão ensejada nesta investigação pode colaborar nas discussões que buscam perscrutar figuras específicas de religiosos políticos, em suas campanhas políticas ou na forma de legislar.

Nas campanhas políticas realizadas, desde 2006 até a última eleição estadual de 2022, a Cantora Mara Lima contou com o apoio da AD, o que parece ter se constituído em elemento essencial para obter uma quantidade significativa de votos e ser reeleita em três pleitos sucessivos (Anjos; Mezzomo; Fier, 2024). Nessas eleições para a ALEP, foi possível identificar a utilização de um discurso religioso marcado pelo conservadorismo, em relação aos costumes, apelando para a defesa da família tradicional contra uma suposta ameaça ideológica, que é representada como “ideologia de gênero”, além das posições contrárias à legalização do aborto e das drogas.

Nas eleições de 2014, 2018 e 2022 de que a Cantora Mara Lima participou, não houve ruptura em seu discurso ou na estratégia de campanha. O que pode diferenciar uma das outras é que, a cada eleição, foi aumentando a frequência e a qualidade dos materiais publicados nas redes sociais. Também, na eleição de 2022, a deputada apoiou de forma explícita o presidente Jair Messias Bolsonaro (PL) e alguns de seus materiais expressavam uma estética bolsonarista, posicionando-se, de forma clara, no espectro político de direita.

Percebemos que a fama e a visibilidade que a deputada obteve em sua carreira anterior, de cantora gospel, foi importante para o sucesso de suas campanhas e para a construção de sua legitimidade política, como candidata evangélica e também para a formação de sua liderança carismática. Talvez daí tenha adotado e mantido seu nome artístico, Cantora Mara Lima, como nome de urna. Seu carisma foi instrumentalizado para ganhos políticos, expressando a cosmovisão evangélica, por meio do uso de uma linguagem bíblica, exposição da Bíblia em seus materiais de campanha, pautas e bandeiras comuns à comunidade evangélica, além do apoio de lideranças da AD.

Ainda em relação ao carisma, o diálogo entre diversos autores possibilitou articular diferentes ênfases do conceito, tanto no seu aspecto individual (Weber, 2004) quanto coletivo (Bourdieu, 2007). Reconhecemos, assim, que a Cantora Mara Lima tem sua liderança carismática sustentada em sua performance e visibilidade da carreira gospel, mas também como resultante do apoio e do universo simbólico absorvido da AD e instrumentalizado na sua trajetória (Campos 2005, 2011; Fajardo, 2019; Correa, 2020). Nesse sentido, a literatura foi importante para compreender a trajetória da deputada, relacionando as performances eleitorais e o *ethos* da cosmovisão evangélica.

No seu mandato durante a 18ª legislatura, as categorias religião e homenagens sobressaíram em relação às demais, enquanto na 19ª legislatura, houve maior dispersão entre outras categorias, embora religião e homenagens continuaram como categorias que receberam uma atenção considerável. Essa mudança, mesmo que tênue, é decorrente da Covid-19 no Brasil, o que fez com que, em 2022, a deputada desse atenção à saúde e à defesa da mulher, suscetível pelo isolamento social e a violência doméstica.

Ao considerar os resultados dos dois mandatos, é possível perceber que a Cantora Mara Lima focou seus esforços em produzir requerimentos, pois, por meio desses, conseguia manter um vínculo com o eleitorado evangélico. Portanto, mesmo com variações entre as duas legislaturas, o foco da deputada foi manter a troca de bens simbólicos com o eleitor (Bourdieu, 1996), criando requerimentos e projetos de lei voltados ao seu público.

É válido ressaltar que a trajetória da Cantora Mara Lima está inserida em um processo maior, que pretende levar valores evangélicos para a esfera pública. A realidade da deputada pode se aproximar de outras figuras políticas presentes em outras regiões do Brasil e que também se utilizam do universo simbólico religioso para se elegerem, além de utilizarem táticas eleitorais e de legislação para atender suas agendas, conservar e ampliar os apoios.

A pesquisa, que ora finda, não esgota a discussão sobre a performance da Cantora Mara Lima, tampouco da problematização acerca das aproximações entre os campos da religião e da política. A título de ilustração, e tomando nossa personagem como possibilidades de estudos, lembramos da pertinência em discutir sua passagem pela Câmara Municipal de Curitiba entre 2009 e 2010, além de debater, na perspectiva do tempo presente, sua performance político-religiosa na 20ª legislatura, iniciada em 2023, no momento em que a dinâmica política nacional passa a conviver com um governo compreendido por bolsonaristas como comunista e alinhado ao famigerado eixo do mal.

FONTES

ALEP. Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família debate ações do Plano Estadual de Educação. **Assembleia Legislativa do Paraná**. 22 set. 2015. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/frente-parlamentar-em-defesa-da-vida-e-da-familia-debate-acoes-do-plano-estadual-de-educacao>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

ALEP. Legislação Estadual. **Assembleia Legislativa do Paraná**. 2018. Disponível em: <https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/norma-legal>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

ALEP. Proposições. **Assembleia Legislativa do Paraná**. 2023. Disponível em: <https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/proposicao>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

ALEP. **Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná**. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná, 2016.

ALEP. Frentes parlamentares e blocos temáticos. **Assembleia Legislativa do Paraná**. 2023. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/atividade-parlamentar/frentes-parlamentares-e-blocos-tematicos>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

ALEP. Lançada na Assembleia Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família. **Assembleia Legislativa do Paraná**. 28 ago. 2015. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/lancada-na-assembleia-frente-parlamentar-em-defesa-da-vida-e-da-familia>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

BRASIL. Aprovada mudança do nome do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). **Tribunal Superior Eleitoral**. 2018. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Maio/aprovada-mudanca-do-nome-do-partido-do-movimento-democratico-brasileiro-pmdb>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

BRASIL. Denúncias registradas pelo Ligue 180 aumentam nos quatro primeiros meses de 2020. 2022. **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/denuncias-registradas-pelo-ligue-180-aumentam-nos-quatro-primeiros-meses-de-2020>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

BRASIL. Projeto de Lei PL 6583/2013. Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**. 16 out. 2013. Disponível em: <http://bit.ly/30hPqII>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, conforme solicitado pelo Presidente da República em mensagem de 18 de março de 2020. **Senado Federal**. 20 mar. 2020. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DLG&numero=6&ano=2020&ato=b1fAzZU5EMZpWT794>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

BRASIL. Portaria nº 913. Declara o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e revoga a Portaria GM/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020. **Ministério da Saúde**. 22 abr. 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria-913-22-MS.htm>. Acesso em: 17 fev. 2025.

BUDOLA, Trajano. Frente Parlamentar de Defesa do Comércio, Turismo e Hotelaria cria agenda de ações. **ALEP**. 25 ago. 2015. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/OFt0Z>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

CANTORA MARA LIMA. Sobre mim. **Deputada Cantora Mara Lima**. 2023. Disponível em: <<https://bit.ly/3EpphgV>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

CANTORA MARA LIMA. Página inicial. **Deputada Mara Lima**, 2022. Disponível em: <deputadamaralima.com.br>. Acesso em: 17 fev. 2025.

CIEADEP. Alteração estatutária da Convenção das Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus no Estado do Paraná – CIEADEP. **CIEADEP**. 29 jul. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3zSg92e>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA. Deputada Mara Lima agradece ao Ministério de Santo Amaro no Brasil. **Deputada Cantora Mara Lima**. 19 set. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=49e1l8WBi6Q>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

GPCP. Acervo “Religião e política: campanha eleitorais e mandatos políticos”. Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder. Campo Mourão, 2024. Disponível em: <<http://culturaepoder.unespar.edu.br>>. Acessado em: 17 fev. 2025.

LIMA, Marilei de Souza. **A bancada Evangélica da Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP [...]**. Curitiba, 2 dez. 2015. Facebook: Cantora e Deputada Estadual Mara Lima Paraná. Disponível em: <https://www.facebook.com/cantoramaraalima?locale=pt_BR>. Acesso em 17 fev. 2025.

LORUSSO, Débora. Site da Frente Parlamentar Anticorrupção já está no ar. **ALEP**, 01 abr. 2015. Disponível em: <<https://abrir.link/PIhsK>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

MARA LIMA OFICIAL. Testemunho de Vida da Cantora Mara Lima. **Youtube**. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fY4-Ca8tWHk&t=624s>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

MEDEIROS, Thiago. Mara Lima: altos e baixos da carreira. **Youtube**. 12 ago. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3OI6i5H>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

MEDEIROS, Thiago. Na época do LP O Regresso teve mais de 5 milhões de cópias vendidas – de cara com Mara Lima. **Youtube**. 24 set. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/47YVdWU>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

MILLERBRAGA. Cantora Mara Lima para deputada estadual no PR, vote 45123. **Youtube**. 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AN9U4VFIerg>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

PESTANA, Matheus. As religiões no Brasil. **Religião e Poder**. 2021. Disponível em: <<https://religioepoder.org.br/artigo/a-influencia-das-religoes-no-brasil>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

PSC, **Estatuto**. Brasília: Partido Social Cristão, 2018.

RIBAS, Rossano. Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família debate ações do Plano Estadual de Educação. **Assembleia Legislativa do Paraná**. 2015. Disponível em: <<https://encr.pw/mTtTM>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

RIBEIRO, Claudia. Lançada na Assembleia Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família. **Assembleia Legislativa do Paraná**. 2015. Disponível em: <<https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/lancada-na-assembleia-frente-parlamentar-em-defesa-da-vida-e-da-familia>>. Acesso: 17 fev. 2025.

SALLES, Ygor. Corrupção é principal motivação de manifestantes em SP, diz Datafolha. **Folha de São Paulo**. 21 jun. 2013. Disponível em: <<https://abrir.link/jFWID>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

SANTANA, Eduardo. Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família é lançada oficialmente na Assembleia. **Assembleia Legislativa do Paraná**. 2015. Disponível em: <<https://abrir.link/RdOOb>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Gedeon Freire. **Matriz pentecostal brasileira**: Assembleia de Deus (1911-2011). Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2013.

ANJOS, Brandon Lopes dos; MEZZOMO, Frank Antonio. “Uma luta do bem contra o mal”: a instrumentalização da agenda moral na eleição estadual paranaense. **Plura**, v. 13, n. 2, p. 81-99, 2022.

ANJOS, Brandon Lopes dos; MEZZOMO, Frank Antonio. Mobilização e ativismo nas mídias sociais de candidatos evangélicos nas eleições à Assembleia Legislativa (2014, 2018, 2022). In: CERVI, Emerson Urizzi; MASSUCHIN, Michele Goulart (Orgs.). **Eleições 2022 no Paraná**: a disputa na perspectiva midiática, do eleitorado e das instituições. Curitiba: CPOP, 2023, p. 107-128.

ANJOS, Brandon Lopes dos; MEZZOMO, Frank Antonio; FIER, Caio Rodrigo. “É na unção que se encontra poder”: carisma e organização eclesial na trajetória política da Cantora Mara Lima. **Ciências Sociais e Religião**, v. 26, n. 00, p. 1-36, 2024.

BALTHAZAR, Gregory da Silva; CONRADI, Carla Cristina Nacke. Direitos humanos, gênero e sexualidade no espaço escolar. In: PRIORI, Angelo; FELIPE, Delton Aparecido; PEREIRA, Márcio José. **Conversas sobre direitos humanos e práticas educativas no espaço escolar**. Maringá: Edições Diálogos, 2019, p. 87-96.

BATISTELLA, Alessandro. O governo Ney Braga e o golpe civil-militar de 1964 no Paraná. **Diálogos**, Maringá, v. 18, supl. esp., p. 203-242, 2014.

BELLOTTI, Karina. “**Delas é o reino dos céus**”: mídia evangélica infantil na cultura pós-moderna do Brasil (anos 1950-2000). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2010.

BOSISIO, Izabella Pessanha Daltro. **A religião no calendário oficial**: um mapeamento da legislação sobre feriados no Brasil. 204 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Marginalia**: só notas adicionais sobre o dom. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 7-20, out. 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectivas, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer? São Paulo: EdUSP, 2008.

BULGARELLI, Lucas. Moralidades, direitas e direitos LGBTI nos anos de 2010. In: GALLEGO, Esther Solano. **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 97-102.

BURITY, Joanildo. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In: ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo (Orgs.). **Conservadorismo, fascismos e fundamentalismos**: análises conjunturais. São Paulo: Editora da Unicamp, 2018, p. 15-66.

CAMARGO, João Borba. **História do Paraná**: 1500-1889. Maringá: Bertoni, 2004.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. São Paulo: Pensamento, 2009.

CAMPOS, Roberta Bivar Carneiro. Para além da Dominação: carisma e modo de vida entre os Ave de Jesus. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 11-116, 2005.

CAMPOS, Roberta Bivar Carneiro. O profeta, a palavra e a circulação do carisma pentecostal. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 54, n. 2, p. 1.013-1.049, 2011.

CASSOTTA, Priscilla Leine. **Partido Social Cristão: organização e distribuição do poder**. 2019. 193f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

CHRISTI, Rafaela. **O uso de jingles político-religiosos nas eleições à ALEP: uma abordagem da comunicação política a partir da História Pública Digital**. 136f. (Mestrado em História Pública) – Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, 2020.

CORREA, Marina. **Assembleias de Deus: ministérios, carisma e o exercício do poder**. São Paulo: Editora Recriar, 2020.

COSTA, Samuel Guimarães da. **História Política da Assembleia Legislativa do Paraná**. v. 1. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná, 1994.

CUNHA, Magali do Nascimento. **A explosão gospel: um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

DOBRY, Michael. **Sociologia das crises: a dinâmica das mobilizações multissetoriais**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. São Paulo: Editora WMF; Martins Fontes, 2018.

FAJARDO, Maxwell. **Onde a luta se travar: uma história das Assembleias de Deus no Brasil**. Curitiba: Editora Recriar, 2019.

FLACH, Simone Fátima; SCHLESENER, Anita Helena. Análise de conjuntura sobre a ocupação de escolas no Paraná a partir do pensamento de Antônio Gramsci. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 165-186, 2017.

GOBBI, Daniel. **Identidade em ambiente virtual: uma análise da Rede Estudantes pela Liberdade**. 126f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

GOFF, Jacques Le. Calendário. In: GOFF, Jacques Le. **História e memória**. São Paulo: Editora Unicamp, 1990, p. 420-462.

GOMES, Maria Carmen Aires; CARVALHO, Alexandra Bittencourt de. Pandemia de COVID-19 e violência doméstica na conjuntura sociopolítica brasileira. **Revista Estudos Feministas** Florianópolis, v. 29, n. 3, p. 1-13, 2021.

JANTSCH, Erich. Rumo à interdisciplinaridade e transdisciplinaridade na educação e inovação. In: APOSTEL, Léo *et al.* (Orgs.). **Interdisciplinaridade: problemas de ensino e**

pesquisa nas universidades. Paris: Organização pela Cooperação Econômica e Desenvolvimento; Centro para Pesquisa Educacional e Inovação, 1972, p. 97-121.

KUNHAVALIK, José Pedro. Ney Braga: trajetória política e bases do poder. *In*: OLIVEIRA, Ricardo Costa de; SALLES, Jefferson de Oliveira; KUNHAVALIK, José Pedro (Orgs.). **A construção do Paraná Moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: SETI, 2004, p. 231-379.

LACERDA, Fábio. **Pentecostalismo, eleições e representação política no Brasil contemporâneo**. 144f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio Sobre a Dádiva. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, [S. l.], n. 14, p. 173-194, jun. 2000.

LEANDRO, Breno Pacheco *et al.* Bolsonarismo no Paraná: uma análise do desempenho partidário nas eleições de 2022. *In*: CERVI, Emerson Urizzi; MASSUCHIN, Michele Goulart (Orgs.). **Eleições 2022 no Paraná: a disputa na perspectiva midiática, do eleitorado e das instituições**. Curitiba: CPOP, 2023, p. 264-284.

MACHADO, Lia Zannota. O aborto como direito e o aborto como crime: o retrocesso neoconservador. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, 2017.

MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 601-629, 2014.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 1-18, 2018.

MAGALHÃES, Marion Brepohl. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André. Apoio evangélico a Bolsonaro: antipetismo e sacralização da direita. *In*: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (Orgs.). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020, p. 323-349.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, maio/ago. 2011.

MARIANO, Ricardo. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores: Secularização e pluralismo em debate. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 710-728, out./dez. 2016.

MARIANO, Ricardo. Ativismo político evangélico conservadores rumo à extrema direita. *In*: INÁCIO, Magna; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (Orgs.). **Democracia e eleições no Brasil: para onde vamos?** São Paulo: Hucitec, 2022, p. 219-236.

MARTINS, Andréa Maria Eleutério de Barros Lima *et al.* Violência contra a mulher em tempos de pandemia da covid-19 no Brasil. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v. 93, p. 1-16. 2020.

- MARTINS, Breno Ramos Guimarães. Quem são os deputados estaduais do Paraná? Uma análise do perfil socioeconômico dos parlamentares eleitos para as 18ª e 19ª legislaturas da Assembleia Legislativa do Paraná. **Revista do Legislativo Paranaense**, Curitiba, n. 4, p. 93-110, 2020.
- MEZZOMO, Frank Antonio; ANJOS, Brandon Lopes dos; ORO, Ari Pedro. Assim na Câmara como na Assembleia: representação corporativa evangélica nas eleições de 2018 e 2020 no Paraná. **Ciências Sociais e Religião**, Campinas, v. 23, p. 1-43, 2021.
- MEZZOMO, Frank Antonio; ANJOS, Brandon Lopes dos; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. “Quando um justo governa, o povo se alegra”: modus operandi evangélico nas eleições à Assembleia Legislativa do Paraná, em 2018. **Estudos de Religião**, São Bernardo do Campo, v. 34, n. 1, p. 3-32, jan./abr. 2020.
- MEZZOMO, Frank Antonio; ANJOS, Brandon Lopes dos; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. “A milícia dos remidos marcha impoluta”: campanha dos evangélicos assembleianos ao legislativo paranaense em 2018. **Projeto História**, São Paulo, v. 67, p. 42-78, jan./abr. 2020.
- MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. Religião católica, evangélica e afro-brasileira em disputa eleitoral: acionamento de elementos religiosos na campanha à Assembleia Legislativa do Paraná. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 456-485, jan./abr. 2019.
- MEZZOMO, Frank Antonio; SILVA, Lucas Alves da; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. “Pela família tradicional”: campanha de candidatos evangélicos para a ALEP nas eleições de 2018. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. 13, n. 39, p. 13-41, 2021.
- MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGU, Esther Solano (Org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 17-26.
- MORIN, Edgar. Epistemologia da complexidade. In: SCHNITMAN, Dora Fried (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 274-289.
- NAPOLITANO, Marcos. Tempos de Caos e conciliação. In: NAPOLITANO, Marcos. **História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 281-312.
- NATIVIDADE, Marcelo; VAGGIONE, Juan Marco; CUNHA, Christina Vital da. Religiões e políticas públicas no Brasil e na América Latina. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 11-21, 2023.
- PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira *et al.* A liberdade religiosa nas proposições de deputados evangélicos da Assembleia Legislativa do Paraná. **Religare**, v. 15, n. 2, p. 422-450, 2018.
- PAULA, Robson Rodrigues de. **Audiência do Espírito Santo: música evangélica, indústria fonográfica e produção de celebridades no Brasil**. 214f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PÉREZ GUADALUPE, José Luis. El hermano no vota al hermano: la inexistencia del voto confesional y la subrepresentación política de los evangélicos en América Latina. **Ciências Sociais e Religião**, Campinas, v. 22, p. 1-39, 2020.

PINHEIRO, Amanda Costa. **Religião e política**: análise dos mandatos de agentes religiosos no legislativo municipal de Campo Mourão. 110f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Desenvolvimento) – Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, 2017.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre a moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. **Tempo Social**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 187-214, 2017.

PRIORI, Angelo *et al.* **História do Paraná**: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012.

RIVERA, Paulo Barrera. **Tradição, transmissão e emoção religiosa**: sociologia do protestantismo contemporâneo na América Latina. São Paulo: Olho d'Água, 2001.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educação**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.

ROSA, Daiana Nunes da. **Na igreja e na política**. A atuação de Deputados evangélicos na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP). 117f. (Mestrado em Sociedade e Desenvolvimento) – Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, 2019.

SAMUELS, David. Partidos presidencias: a separação de poderes e organização partidária e comportamento. **Estudos Políticos Comparativos**, [s.l.] v. 35, 2002. p. 461-483.

SCHWARCZ, Lilian Morin; STARLING, Heloisa Murgel. A primeira república e o povo nas ruas. *In*: SCHWARCZ, Lilian Morin; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 318-350.

SILVA, Joselita Romualdo. Pedagogia do quartel: formação de corpos dóceis nos colégios cívicos-militares. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 17, n. 37, p. 83-101, 2023.

SILVA, Lucas Alves da. **“A família em primeiro lugar”**: campanha de candidatos evangélicos à Assembleia Legislativa paranaense em 2018. 132f. (Mestrado em Sociedade e Desenvolvimento) – Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, 2020.

SOUZA, Lídia de Jesus; FARIAS, Rita de Cássia Pereira. Violência doméstica no contexto de isolamento social pela pandemia de covid-19. **Serviço Social e Sociedade**, Viçosa, n. 144, p. 213-232, 2022.

STEIMBACH, Allan Andrei. **Escolas ocupadas no paraná: juventudes na resistência política   reforma do ensino médio (medida provisória 746/2016)**. 348f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes; REIS, L via. Mulheres evangélicas para além do voto: notas sobre processos de engajamento, política e cotidiano. **Debates do NER**, Porto Alegre, n. 42, p. 11-64, 2022.

TORRES, Eduardo Cunha. Economia e carisma da indústria cultural da celebridade. *In*: FRANÇA, Vera *et al.* (Orgs.). **Celebridades do século XXI**: transformações no estatuto da fama. Porto Alegre: Sulina, p. 71-95.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

VIEIRA, Henrique. Fundamentalismo e extremismo não esgotam experiência do sagrado nas religiões. *In*: GALLEGU, Esther Solano. **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 92-96.

VIEIRA, Pâmela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, p. 1-5, 2020.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: EdUnB, 2004.